UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Ascensão e queda do reformismo - do Partido Socialdemocrata Alemão
ao Partido Trabalhista britânico**

[Versão Corrigida]

Gustavo Barroso do Rego

São Paulo
2019
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Ascensão e queda do reformismo - do Partido Socialdemocrata Alemão
ao Partido Trabalhista britânico**

[Versão Corrigida]

Gustavo Barroso do Rego

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Sociologia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
com vistas à obtenção do título de Mestre
em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Musse.

REGO, Gustavo Barroso do. **Ascensão e queda do reformismo - do
Partido Socialdemocrata Alemão ao Partido Trabalhista britânico.**
Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE
[Termo de Ciência e Concordância do \(a\) orientador \(a\)](#)

Nome do (a) aluno (a): Gustavo Barroso do Rego

Data da defesa: 25/03/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): RICARDO MUSSE

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/05/2020

RICARDO MUSSE

Agradecimentos:

Ao meu orientador, Ricardo Musse, pela acolhida, pelas críticas, pelas indicações e pela parceria na elaboração desta pesquisa.

Aos meus pais, por todo amor e carinho dedicado desde sempre e por terem me ensinado a lição mais importante de todas: ter empatia pelos explorados e indignar-se contra qualquer injustiça. À minha querida irmã Nádia, por todo carinho e acolhimento prestado no momento mais difícil – serei eternamente grato. Ao meu irmão Ricardo, que, talvez sem que ele saiba, foi um dos meus primeiros incentivadores.

Ao irmão que a vida me deu, meu querido companheiro de todas as horas, Pedro Serrano, que, numa certa tarde, no metrô, sugeriu que eu prestasse o mestrado e desde então deu contribuições indispensáveis para que eu pudesse concluí-lo.

A Sâmia Bomfim, por ter me inspirado e apoiado por tanto tempo.

A Giovanna Marcelino, ao mesmo tempo companheira de militância, colega de pesquisa e grande amiga. Sou imensamente grato pelo apoio acadêmico e emocional.

Aos queridos amigos que me deram a mão no momento mais difícil e impediram que eu desistisse de tudo: Carol, Evelin e Matheus.

A Ana Carolina Bergária, que em tão pouco tempo me fez tão bem e disse algumas das coisas mais lindas que alguém já me disse.

A todos os membros do grupo de estudos com o qual tanto aprendi, e especialmente a Ugo e Anouch pelos conselhos imprescindíveis.

A Thiago Aguiar, por tudo que me ensinou sobre política, marxismo e sociologia e pela ajuda indispensável na elaboração de meu projeto de pesquisa.

A Joana Salém, pela leitura crítica dos meus primeiros esboços e por me apoiar quando eu ainda não tinha bem definido qual caminho minha pesquisa percorreria.

A Daniela Mussi, pela constante disposição a ajudar em tudo que fosse preciso.

A todos os meus companheiros do Movimento Esquerda Socialista, aos quais dedico este trabalho.

Resumo: Este trabalho discorre sobre a origem e o declínio da vertente política e teórica do socialismo conhecida como reformismo: uma estratégia política socialista que visa conquistar, a partir do desenvolvimento do próprio capitalismo, melhorias progressivas para a classe trabalhadora que se acumulam em direção ao socialismo, recusando a transformação revolucionária, por saltos, e todo tipo de ação violenta. Esta elaboração parte do diagnóstico do capitalismo como sistema estável, passível de ser flexionado pela classe trabalhadora e cujo desenvolvimento tende à socialização. Por conseguinte, a sociedade socialista é vista não como meta, mas como um horizonte distante, cabendo prioridade das ações à realização das “pequenas tarefas” do momento presente. Além disso, concebe a democracia (compreendida no sentido liberal, isto é, como governo e parlamento representativo eleitos por sufrágio livre e universal) não só como meio mas como princípio. Por fim, suas principais vias de ação são a disputa pelo Estado por meio de eleições e obtenção de conquistas salariais pela ação dos sindicatos. Na primeira parte, define-se o conceito de reformismo por meio da reconstituição histórica de seu surgimento no âmbito do Partido Socialdemocrata Alemão, numa trajetória que se estende desde a sua fundação até o ano de 1933 e da análise de dois dos seus principais teóricos, Eduard Bernstein e Rudolf Hilferding. Na segunda parte, analisa-se de que modo, no âmbito do Partido Trabalhista do Reino Unido, entre as décadas de 1970 e 1990, em função do declínio da democracia e da organização dos trabalhadores ocasionadas pela ascensão do neoliberalismo, os elementos constitutivos do reformismo foram eliminados dando origem ao “pós-reformismo”. Para tanto, analisam-se também os escritos a este respeito de Tony Blair e Anthony Giddens. Por fim, procede-se à comparação entre esses dois momentos.

Palavras chave: *marxismo; reformismo; pós-reformismo; Partido Socialdemocrata Alemão; Partido Trabalhista*

Abstract: The present work discusses the rise and fall of the political and theoretical side of socialism known as reformism: a political strategy that aims to achieve progressive improvements for the working class from the capitalist order, keeping socialism as a ultimate goal, but refusing any form of violent and sudden disruption as well as prioritizing the accomplishment of the “small tasks” of the present moment, having as main action the dispute of the State through the elections and labor conquests for the representation of the unions. The first part defines the concept of reformism through the historical reconstruction of its emergence within the German Social Democratic Party from its foundation until 1933 and the analysis of two of its leading theorists, Eduard Bernstein and Rudolf Hilferding. In the second part, we analyze how, within the context of the UK Labor Party, between the 1970s and 1990s, due to the decline of democracy and worker’s organizations caused by the rise of neoliberalism, the constitutive elements of reformism were eliminated giving rise to “post-reformism”. To this end, we also analyze the writings on this subject by Tony Blair and Anthony Giddens. Finally, we compare these two moments.

Keywords: *Marxism; reformism; post-reformism; German Social Democratic Party; Labour Party*

Espremida entre uma base social cambiante e um horizonte político em contração, a socialdemocracia parece ter perdido sua bússola. (...) Houve época, nos primeiros anos da Segunda Internacional, em que ela orientou sua ação para a superação do capitalismo. Empenhou-se depois por reformas parciais, consideradas passos gradativos rumo ao socialismo. Finalmente, contentou-se com o bem-estar social e o pleno emprego dentro do capitalismo. Se ela admitir agora uma diminuição do bem-estar e desistir do pleno emprego, em que tipo de movimento vai se transformar?
Perry Anderson, 1996

ÍNDICE:

Introdução – p. 10

PARTE I: O QUE É REFORMISMO?

Capítulo 1 - *Práxis* e a “dialética da inclusão e exclusão” – p. 16

Capítulo 2 – O Partido Socialdemocrata Alemão, a II Internacional e o surgimento do “marxismo” – p. 35

Capítulo 3 - A burocratização e a ascensão do reformismo no SPD – p. 54

Capítulo 4 - O reformismo teórico: Bernstein e Hilferding – p. 81

Capítulo 5 - A concepção de história do reformismo – p. 95

PARTE II – O PÓS-REFORMISMO

Capítulo 6 - O neoliberalismo – p. 101

Capítulo 7 - “New Labour”: o surgimento do “pós-reformismo” – p. 136

Capítulo 8 - *Minha Visão da Inglaterra*, de Tony Blair – p. 150

Capítulo 9 - Anthony Giddens e a “terceira via” – p. 157

Conclusão – o declínio do reformismo – p. 161

Bibliografia – p. 167

Introdução:

Em *História Geral do Socialismo*, Jacques Droz aponta o surgimento dos primeiros princípios do socialismo já na Antiguidade. Nos pensadores gregos, no cristianismo primitivo e até mesmo nas tradições religiosas orientais (como o islamismo e o taoísmo) é possível encontrar de forma incipiente algumas noções básicas daquilo que se conhece modernamente como socialismo: uma sociedade fundada na abundância e no bem-estar, em que não há egoísmo ou pobreza mas prevalece a igualdade e a convivência comunitária.¹ Eric Hobsbawm, por sua vez, argumenta que essas concepções primitivas de comunitarismo não são a origem do socialismo, mas apenas foram utilizadas como referência por alguns comunistas modernos.² Mas é consenso entre os dois que somente no contexto da Revolução Francesa - com a “Conspiração dos Iguais”, movimento liderado por Babeuf, que compreendia que a Constituição não havia criado mais do que uma igualdade formal entre os cidadãos, exigindo, por conseguinte, a abolição da propriedade privada - o comunismo deixa de ser apenas um conjunto de elaborações utopistas para se converter num movimento político.³ ⁴ Difunde-se, dessa forma, a concepção de que a realização dos interesses das classes subalternas – isto é, o fim da pobreza, a promoção da igualdade, a construção de uma sociedade baseada na fraternidade, etc. – dependeria da abolição de um regime dominado despoticamente por uma elite opressora.

Portanto, a partir desse momento, o socialismo vai progressivamente deixando de ser uma elaboração idealizada, um sonho distante de caráter quase sempre religioso, para tornar-se um projeto de sociedade cuja realização depende do engajamento político de um determinado sujeito social. Esta conformação traz uma questão desafiadora aos socialistas: de que modo seria possível construir a sociedade socialista a partir da sociedade já existente? Pois enquanto o socialismo não passava de mera

¹ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, Vol. 1 – “As utopias socialistas até a Revolução Industrial”, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 12-14

² HOBBSAWM, Eric (1980), “Marx, Engels e o Socialismo Pré-Marxiano” em: *História do Marxismo*, volume 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 34

³ Ibid. p. 40

⁴ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, Vol. 1 – “As utopias socialistas até a Revolução Industrial”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 15

idealização, não se impunha a necessidade de se pensar as mediações entre a sociedade em que se vive e aquela em que se deseja viver.

Dessa questão relativa à mediação depreendem-se diversas polêmicas que dividiram os socialistas ao longo da história. A transformação social deverá ocorrer de forma gradual ou por meio de saltos? O sujeito social da transformação será exclusivamente a classe trabalhadora ou ela poderá (ou mesmo deverá) contar com o apoio de outras classes ou pelo menos frações de outras classes? Em quais circunstâncias justifica-se o uso da violência pelos socialistas, se é que em algum momento ela pode ser justificada? A transformação deve ser levada a cabo por uma vanguarda organizada e esclarecida ou por um movimento coletivo, até mesmo numericamente majoritário na sociedade? Qual o papel do Estado: instituição intrinsecamente opressora ou alavanca da transformação social? Por fim, qual a relação dos socialistas com a história: devem buscar o retorno a um passado bucólico, ancorar-se no movimento do progresso ou inaugurar uma nova dinâmica histórica inteiramente nova?

Essas polêmicas assumiram diferentes facetas e foram suscitadas por diferentes atores a partir do século XIX, de modo que, ainda que seja sugestivo separar os socialistas genericamente entre “moderados” e “radicais”, é preciso considerar que essas são categorias sempre relativas e transitórias. Por exemplo, se no que se refere à caracterização sobre o Estado, Marx pode ser considerado “radical” em relação a Lassalle, o mesmo teórico poderia ser considerado “moderado” em relação a Bakunin. Em relação ao movimento gradual (que pode ser associado a uma posição “moderada”) ou por saltos (“radical”), Marx é “radical” em relação a Proudhon, mas “moderado” em relação a Weitling ou Blanqui.

Extrapolando ao escopo desta pesquisa realizar uma leitura exaustiva sobre todo o conjunto dessas polêmicas. O objeto desta dissertação é, dessa forma, um conjunto de posições a respeito da mediação entre o socialismo e a sociedade existente conhecido como “reformismo”. Bo Gustafsson aponta que o reformismo surgiu de forma relativamente independente em todos os

países europeus ao mesmo tempo⁵. Mas apesar de não se tratar de um fenômeno exclusivo da Alemanha, o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD, na sigla em alemão) é considerado o caso paradigmático de reformismo, sendo considerada a organização na qual o reformismo nasceu e se desenvolveu de forma típica, influenciando outros partidos socialdemocratas do mundo. É difícil afirmar precisamente quando o reformismo surgiu - já que descende de posições anteriormente existentes no movimento socialista - e quando passou a dominar o SPD, já que até 1917⁶ ainda havia no partido uma ala revolucionária que se opunha a essa estratégia e a revisão das teses de Marx só foram oficialmente aceitas pelo partido no Congresso de Görlitz em 1921⁷, mas, desde 1905, por ocasião da polêmica acerca das greves de massas, estava claro que o reformismo contava com grande penetração do interior do partido. Dessa forma, esta pesquisa analisa a formação do reformismo no SPD desde a fundação do partido, no Congresso de Gotha, em 1875, até a sua destruição pela repressão nazista em 1933.

Por “reformismo” compreende-se uma estratégia política socialista que visa conquistar, a partir do desenvolvimento do próprio capitalismo, melhorias progressivas para a classe trabalhadora que se acumulam em direção ao socialismo, recusando a transformação revolucionária, por saltos, e todo tipo de ação violenta. Esta elaboração parte do diagnóstico do capitalismo como sistema estável, passível de ser flexionado pela classe trabalhadora e cujo desenvolvimento tende à socialização. Por conseguinte, a sociedade socialista é vista não como meta, mas como um horizonte distante, cabendo a prioridade das ações à realização das “pequenas tarefas” do momento presente. Além disso, concebe a democracia (compreendida no sentido liberal, isto é, como governo e parlamento representativo eleito por sufrágio livre e universal) não só como meio mas como princípio. Por fim, suas principais vias de ação são a disputa pelo Estado através das eleições e conquistas salariais pela ação dos sindicatos.

⁵ GUSTAFSSON, Bo. (1975) *Marxismo y revisionismo. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona, Grijalbo, pp. 425-428

⁶ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks

⁷ FETSCHER, Iring (1982) “Bernstein e o desafio à ortodoxia” Em: *História do marxismo*, vol. 2, São Paulo: Paz e Terra, p. 291

O reformismo pode ser lido analiticamente por meio de duas dimensões: prática e teórica. Por um lado, ele é um conceito que resume a prática adotada pelos sindicatos ligados ao SPD, por militantes (como Ignaz Auer e Georg Von Vollmar) que desejavam realizar alianças com partidos burgueses em alguns parlamentos locais, os *Landtags* (como Saxônia e Bavária), tendo em vista a conquista de reformas, e pela burocracia do partido (cujo maior representante é Friedrich Ebert). Por outro, ele é uma teoria elaborada por Eduard Bernstein, e posteriormente expandida por outros autores, como Rudolf Hilferding, que também é analisado aqui, a partir da revisão da obra de Marx. Nesta pesquisa, busca-se compreender o reformismo como uma unidade dialética entre estes dois polos - teoria e prática. Os reformistas não eram exclusivamente filósofos e tampouco pragmáticos que agiam politicamente de maneira irrefletida – ainda que o pragmatismo e a primazia do presente histórico estivesse na base de seu pensamento. Qualquer análise do reformismo deve articular dialeticamente as suas ações como partido político e as produções teóricas de seus militantes e dirigentes. Dessa forma, a teoria de Bernstein e Hilferding são abordadas aqui como as expressões mais explícitas do reformismo (teórico e prático). Hobsbawm (2003) alerta para o perigo de se estudar a história das ideias como um movimento autônomo que produz efeitos materiais. Retomando a advertência de Marx segundo a qual “não é a consciência dos homens que determina sua existência material, mas o inverso”⁸, o autor não nega a importância das ideias mas as vê como requeridas pela atitude.⁹ Nesse sentido, as ideias de Bernstein e Hilferding sintetizaram e guiaram as necessidades da atitude reformista que já existia materialmente. Mas, por exemplo, o reformismo prático não foi vitorioso no SPD pela qualidade dos argumentos de Bernstein. Aliás, é somente desta perspectiva que se torna possível compreender porque as ideias de Bernstein foram rejeitadas pelo SPD ao mesmo tempo em que a prática deste último parece uma versão levada às últimas consequências das teses do primeiro.

⁸ MARX *apud* HOBBSAWM, Eric (2003) *Revolucionários – ensaios contemporâneos*, São Paulo: Paz e Terra, p. 134

⁹ Ibid. p. 136

O interesse pelo estudo do reformismo se justifica por várias razões. O SPD foi¹⁰ o maior partido socialdemocrata de seu tempo, sendo exemplo e guia para todos os outros partidos pertencentes à II Internacional. Dessa forma, é o exemplo mais bem sucedido (ao menos até a Revolução Russa) de um partido operário e marxista. Aliás, o próprio “marxismo”, compreendido como um movimento político e teórico, só existe em função do papel que os quadros do SPD tiveram na sua sistematização (com todos os prejuízos decorrentes disso), divulgação e consolidação. Considerando a hegemonia exercida pela socialdemocracia e pelo marxismo no movimento socialista do mundo todo, explica-se a repercussão que os acontecimentos ocorridos no interior do SPD tiveram para os demais partidos socialistas do mundo todo não só contemporâneos como ao longo da história.

Uma vez definido e caracterizado o reformismo por meio das circunstâncias de sua ascensão, a segunda parte desta dissertação se debruça sobre as circunstâncias de seu declínio, isto é, quando, em função do desmantelamento das organizações operárias e do declínio do Estado democrático pela sua submissão ao capital causados pelo neoliberalismo, as perspectivas estratégicas traçadas pelo reformismo foram anuladas.

A rigor, o reformismo (que neste ponto já se compreende como uma estratégia com ampla influência sobre os demais partidos socialistas, que extrapola os limites do próprio SPD) já havia sido substancialmente modificado pelos partidos socialdemocratas no pós guerra ao converter-se num keynesianismo com vistas a atenuar os efeitos deletérios da economia capitalista. Entretanto, optou-se aqui por focar o momento em que um partido até então reformista declara-se explicitamente não socialista e não vinculado estritamente à classe trabalhadora. Isto ocorreu no âmbito do Partido Trabalhista, no Reino Unido, entre os anos 1970 e 1990. Tony Blair, cujo livro *Minha Visão Sobre a Inglaterra* é aqui analisado, foi um dos principais articuladores desse movimento de revisão do reformismo que ele mesmo batizou de *New Labour*.

¹⁰ Após a II Guerra Mundial, o SPD foi refundado e existe até o momento presente. Porém, esta dissertação está se referindo apenas ao partido existente entre 1875 e 1933, daí o uso do verbo no pretérito.

Que tal fenômeno tenha ocorrido no Reino Unido não é acidental. Este país foi, junto com os Estados Unidos, o local de surgimento e consolidação do neoliberalismo. É por essa razão, sobretudo, que optou-se por analisar o Partido Trabalhista desse período. Pois, dessa forma, é possível explicitar o vínculo causal que há entre a ascensão do neoliberalismo e o declínio do reformismo. Esta leitura, por sua vez, deve contribuir para os debates políticos e acadêmicos contemporâneos sobre estratégias e possibilidades de superação do capitalismo.

PARTE 1: O QUE É “REFORMISMO”?

Capítulo 1 – Práxis e a “dialética da inclusão e exclusão”:

Karl Marx e Friedrich Engels estabeleceram alguns dos principais fundamentos de sua teoria ao longo da década de 1840 por meio da superação [*Aufhebung*] – isto é, incorporação e negação ou conservação e supressão – de correntes de pensamento político e filosófico de esquerda contemporâneas a eles.

Friedrich Hegel foi uma das primeiras e mais importantes influências intelectuais de Marx. O acerto de contas deste último com os discípulos de Hegel, os neohegelianos de esquerda, começou em 1841 em textos como *Para a Questão Judaica*, *Manuscritos Econômicos* e *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Mais tarde, entre 1845 e 1846, prosseguiu nessa tarefa na companhia de Engels, que havia conhecido em 1844, e juntos escreveram *A Ideologia Alemã*.¹¹

Um dos pressupostos hegelianos que Marx encampou em sua teoria foi a busca pela *totalidade*, isto é, a noção de que a filosofia deveria apropriar-se da realidade em suas múltiplas contradições. Esse saber absoluto, ainda na concepção hegeliana, seria alcançado pela realização progressiva do “espírito” humano em sucessivas etapas de superação [*Aufhebung*]. O sentido da história universal seria regido por esse desenvolvimento do espírito e caminharia sempre em direção à liberdade. Essa marcha seria colocada em movimento pelo “poder do negativo”, ou seja, pelo fato de que todo estado de coisas contém em si o seu próprio devir e entra em conflito com ele. Ou, nas palavras de McLellan, o processo dialético de Hegel define que “[t]odo estado de coisas contingentes, de fato, entra no processo de sua própria negação, está sempre no ato de se transformar em algo diverso.”¹² Nota-se, dessa forma, o caráter idealista da concepção de história de Hegel, para a qual as revoluções seriam consequência do desenvolvimento das ideias, como fica claro em sua declaração a respeito da

¹¹ Dentre essas obras, *A Ideologia Alemã* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* foram publicadas apenas décadas depois, já no século XX.

¹² MACLELLAN, David (1980), “A concepção materialista da história” em: HOBBSAWM, Eric (org.), *História do Marxismo*, vol. 1, p. 69

Revolução Francesa: “a existência do homem tem o seu centro na cabeça, ou seja, na razão, sob cuja inspiração ele constrói o mundo da realidade.”¹³

Marx conserva em sua teoria a busca pela apreensão da totalidade em seu caráter dinâmico e contraditório. Entretanto, nega que a filosofia (ou o “espírito”) seja a expressão dessa totalidade ao considerar ela mesma como apenas parte da realidade social. Essa forma de compreender a totalidade da vida social pode ser visualizada neste trecho de *A Ideologia Alemã*:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência – religião, filosofia, moral, etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos).¹⁴

Dessa forma, Marx adota como ponto de partida de sua teoria não a concepção idealizada que os homens fazem de si mesmos, mas a maneira como efetivamente vivem. Com efeito, considera as manifestações ideais – tais como filosofia, religião, moral, etc. – como condicionadas ou mesmo determinadas pelas condições materiais. Novamente, em *A Ideologia Alemã*, afirma-se:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.¹⁵

Mais adiante, Marx e Engels complementam:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado e pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui,

¹³ HEGEL *apud* MACLELLAN, David (1980), “A concepção materialista da história” em: HOBBSBAWM, Eric (org.), *História do Marxismo*, vol. 1, p. 68

¹⁴ ENGELS, F. & MARX, K. (2007) [1845], *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Boitempo, p. 42

¹⁵ Ibid. pp. 86-87

da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.¹⁶

Por conseguinte, Marx critica a forma teleológica como Hegel e seus discípulos conceberam a história, a saber, como progressiva realização e libertação do espírito. As transformações históricas seriam dadas, na verdade, pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo choque entre estas e as formas de intercâmbio, pelas lutas de classes que irrompem como consequência dessas relações sociais de produção, pelas revoluções que, por sua vez, são desencadeadas pelas lutas de classes, em síntese, por forças materiais constatáveis apenas empiricamente e não pela força de um “espírito” cuja marcha é possível ser delineada pela filosofia.¹⁷

Com efeito, Marx critica a pretensão dos hegelianos que acreditavam estar contribuindo para a libertação da humanidade por meio de suas elaborações filosóficas já que “a ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato do pensamento”.¹⁸ Enquanto os filósofos alemães regozijavam-se pelos seus avanços teóricos, a Alemanha ainda vivenciava grande atraso político e econômico se comparado à França e demais nações europeias desenvolvidas:

Em política, os alemães pensaram o que as outras nações fizeram. A Alemanha foi a sua consciência teórica. A abstração e a presunção de seu pensamento andaram sempre no mesmo passo da unilateralidade e da atrofia de sua realidade.¹⁹

A insatisfação de Marx com o atraso político da Alemanha e a passividade dos seus intelectuais agudizou-se no período em que trabalhou como editor do jornal *Gazeta Renana*, entre 1842 e 1843. Na ocasião, Marx manifestou descontentamento por seus conterrâneos que atinham-se, em função da forte censura e repressão prussianas, às críticas sociais discretas que eram publicadas nos jornais. Em suas palavras:

É lamentável testemunhar trabalhos servis, mesmo que em nome da liberdade, e lutar com alfinetadas e não com cacetadas. Estou cansado de hipocrisia, de estupidez, de autoridade brutal. Estou cansado de nossa

¹⁶ Ibid. p. 94

¹⁷ Ibid. pp. 56-61

¹⁸ Ibid. p. 29

¹⁹ MARX, Karl (2010) [1843] *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo, p. 151

docilidade, de nossa obsequiosidade, de nossos recuos, de nossas querelas por meio de palavras. Nada posso fazer na Alemanha. Aqui, falsifica-se a si mesmo.²⁰

Assim, partiu para o exílio em Paris, onde ainda se faziam sentir os ecos da Revolução Francesa – cuja história Marx investigou profundamente - e onde tomou contato com o socialismo francês. Em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, manifesta a intenção de aliar a tradição filosófica alemã à tradição revolucionária francesa. É também em Paris que Marx se aproxima de Engels, que desde 1840 já se considerava comunista e que em Manchester já havia, mesmo sendo egresso de uma família burguesa, circulado em ambientes operários e tomado contato com seu movimento político.²¹

Essas experiências contribuíram para a elaboração das críticas ao hegelianismo que estão sendo expostas aqui e para a conversão de Marx ao comunismo. Entretanto, antes que se passe a esta conclusão, é necessário discorrer mais sobre a polêmica de Marx com os hegelianos.

A questão religiosa elucida esta polêmica. Hegelianos como Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer argumentavam que o ateísmo seria libertador para o homem. Marx, por sua vez, interpretando a religião não por si mesma mas como uma construção a partir de determinadas condições materiais, a considera uma “consciência invertida do mundo”, ou ainda, “a teoria geral deste mundo”. Dessa forma, conclui que “a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião.” Portanto, Marx concorda que a religião possui caráter ilusório, mas não acredita que ela possa ser combatida idealmente, por meio de argumentos filosóficos, mas apenas pela abolição das condições materiais em que ela se formou. Pois a religião seria como o ópio - droga que perturba a consciência e, nos tempos de Marx, era um dos únicos analgésicos disponíveis - de modo que só poderia ser eliminada pela abolição de sua necessidade, a dor. Mais ainda, a religião seria uma forma de pensamento alienada característica de uma circunstância histórica em que o homem não possui autoconsciência e é incapaz de apreender a totalidade da vida social, enxergando a própria

²⁰ MARX *apud* BENSÄID, Daniel (2013), *Marx, manual de instruções*, São Paulo: Boitempo, p. 14

²¹ Ibid. pp. 14-19

existência como consequência de forças estranhas, fantasmagóricas, superiores, numa palavra, divinas. Dessa forma, apenas em uma sociedade em que os indivíduos fossem plenamente conscientes da totalidade da vida social a religião seria supérflua. Portanto, seria necessário abolir Deus na prática, e não por meio de um exercício intelectual. Nas palavras de Marx:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo. (...) A supressão da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. (...) A religião é apenas o Sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo.²²

Portanto, para Marx, as distorções da consciência, como a religião, teriam origem nas condições materiais de existência. Por meio do conceito de ideologia, o autor demonstra que a divisão da sociedade em classes propiciou a que a classe que domina os meios de produção material domine também os meios de produção espiritual, de modo que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. Dessa forma, a divisão da sociedade em classes impede a formação de uma consciência totalizante colocando em seu lugar um reflexo distorcido da realidade material que, ao refletir os interesses da classe dominante como se fossem interesses das classes em geral, contribuiu para a atenuação das lutas de classes.²³ Por conseguinte, a dissolução dessas distorções da consciência, a apreensão da totalidade ou a libertação do homem não seriam atingidas pela crítica, mas pela abolição das condições materiais que formaram tais distorções:

(...) os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na ‘autoconsciência’ ou sua transformação em ‘fantasma’, ‘espectro’, ‘visões’, etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria.²⁴

É a partir deste pensamento que Marx elabora a célebre Tese XI sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes

²² MARX, Karl (2010) [1843] *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo, pp. 145-146

²³ ENGELS, F. & MARX, K. (2007) [1845], *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Boitempo, pp. 47-48

²⁴ Ibid. p. 43

maneiras; o que importa é transformá-lo.”²⁵ Mas isto não significa que Marx tenha considerado a atividade intelectual supérflua. Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, o autor havia criticado o “partido teórico” da Alemanha por acreditar que “poderia realizar a filosofia sem suprimi-la” mas também o “partido político prático” por supor que poderia “suprimir a filosofia sem realizá-la”²⁶. O que o autor propõe é a unidade dialética entre teoria e prática – a *práxis*. Pois a totalidade que busca a filosofia só pode ser realizada pela revolução, mas esta só se realiza se motivada e orientada pela crítica. Dessa forma, a crítica não seria um fim em si mesmo, mas um meio de “ensinar o povo a aterrorizar diante de si mesmo, a fim de nele incutir coragem.”²⁷ Em síntese,

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas.²⁸

A força material capaz de emancipar a humanidade é o movimento político do proletariado. Pois todas as revoluções anteriores – como Marx e Engels explicarão posteriormente, no *Manifesto Comunista* – foram levadas a cabo por uma classe subalterna particular que executou seus interesses particulares e instaurou uma nova forma de dominação sobre as demais. Mas o proletariado só pode emancipar-se emancipando a sociedade toda porque a ele não acomete uma injustiça particular mas a injustiça por excelência.²⁹ O fim do proletariado enquanto classe significa o fim das classes em geral pois não há como o proletariado suprimir sua condição de exploração senão pela supressão de toda forma de exploração. Dessa forma, a revolução comunista, entendida como tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora, permitiria aos indivíduos superarem sua condição de parcialidade e apreenderem a totalidade:

Chegou-se a tal ponto, portanto, que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência. Essa apropriação está primeiramente condicionada pelo objeto a ser apropriado – as forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior de um intercâmbio universal. (...) A apropriação de uma

²⁵ Ibid. p. 535

²⁶ MARX, Karl (2010) [1843] *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo, pp. 150-151

²⁷ Ibid. p. 150

²⁸ Ibid. p. 151

²⁹ Ibid. p. 156

totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. (...) Todas as apropriações revolucionárias foram limitadas; os indivíduos, cuja autoatividade estava limitada por um instrumento de produção limitado e chegavam, com isso, apenas a uma nova limitação.³⁰

Portanto, Marx dedica-se a partir de então a elaborar a crítica da sociedade capitalista do ponto de vista do proletariado para que sua teoria sirva de motivação e orientação para a revolução comunista. Novamente, é possível encontrar na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* uma asserção que explica o trabalho teórico e prático que será realizado pelo autor ao longo de sua vida:

Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação dos alemães em homens se completará.³¹

Marx não extraiu tais críticas ao hegelianismo apenas por meio de pura especulação filosófica ou reflexão sobre suas experiências pessoais. O autor refletiu a crítica conjuntura dos anos 1840, marcada por crises e revoluções. Como afirma Eric Hobsbawm sobre aquela década:

A história europeia assumiu uma nova dimensão: o problema social, ou melhor, a revolução social em potência encontrava expressão típica no fenômeno do proletariado. Sobre a base de uma classe operária que crescia e se mobilizava, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias-comunistas, como as socialistas-assocacionistas.

Uma das primeiras e mais fortes expressões desse movimento operário ascendente com crescente inclinação comunista foi o cartismo. O movimento baseava-se na Carta do Povo, escrita por William Lovett e Feargus O'Connor em 1838, que continha as seguintes reivindicações: sufrágio universal e secreto com abolição da qualificação (votação discriminada por nível de renda), salário para os membros do parlamento (para que os trabalhadores pudessem nele ingressar), nivelamento entre os distritos eleitorais e eleições parlamentares anuais (para garantir revogabilidade dos mandatos e, conseqüentemente, maior controle popular). Este conjunto de reivindicações era uma reação à reforma eleitoral de 1832, em que a burguesia arrancou da monarquia a expansão da população apta a

³⁰ ENGELS, F. & MARX, K. (2007) [1845], *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Boitempo, p. 73

³¹ MARX, Karl (2010) [1843] *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo, p. 156

votar mas não incluiu a classe trabalhadora. O movimento realizou manifestações de massas e até mesmo uma greve geral em 1842 que contou com a participação de 50 mil trabalhadores. Além disso, com o passar dos anos, o movimento incorporou reivindicações econômicas ao programa democrático original, sendo a mais importante delas a limitação da jornada de trabalho diária, o que foi efetivamente conquistado em 1847 (a jornada de trabalho passou a ser limitada a 10 horas no Reino Unido, fato analisado no capítulo 8 de *O Capital*), um ano antes do movimento ser esfacelado e derrotado.³²

O cartismo foi fundamental para o amadurecimento do movimento operário. Primeiramente, lançou e deu base de massas às duas reivindicações centrais da classe trabalhadora durante todo o restante do século: o sufrágio universal e a redução da jornada de trabalho. Além disso, como explica Osvaldo Coggiola, “a primeira vitória histórica da classe operária foi produto de um movimento claramente político.” Isto é, não foi resultado de especulações filosóficas, de criação de sociedade alternativas em pequena escala ou de conspirações que visassem tomar o poder de assalto, mas de uma organização independente da classe trabalhadora com influência de massas e um programa claro. Portanto, ainda que o conteúdo das reivindicações do cartismo não se diferenciasssem qualitativamente das reivindicações dos democratas radicais burgueses, na prática, o movimento contribuiu para a formação do proletariado como classe politicamente independente das demais.³³

Nesse contexto, em Paris, Marx começa a se aproximar das organizações operárias, sobretudo da Liga dos Justos, organização clandestina formada principalmente por artesãos alemães exilados que tinha como lema “Todos os homens são irmãos!” Apesar de reconhecer a debilidade política e programática dessa organização, Marx manifesta em carta para Engels de 1844 sua admiração por aqueles homens:

Entre eles a fraternidade não é uma palavra vazia, mas uma realidade, e toda a nobreza da humanidade irradia desses homens endurecidos pelo

³² COGGIOLA, Osvaldo (2008) “150 anos do Manifesto Comunista” em: MARX & ENGELS [1848] *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, pp. 14-16

³³ Ibid. p. 15

trabalho [nos quais há] o gosto pelo estudo, a sede de conhecimentos, a energia moral, a necessidade de desenvolvimento.³⁴

Em 1847, Marx filia-se à Liga e, junto de Engels, contribui para uma série de transformações que aconteceriam nessa organização. Primeiramente, seu nome muda para “Liga dos Comunistas”. O antigo lema, marcadamente idealista e com notável influência cristã, é substituído por “proletários de todos os países, uni-vos!” Novos estatutos foram estabelecidos, sendo seu primeiro artigo o seguinte:

O fim da Liga é a derrubada da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa fundada no antagonismo de classes e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada.³⁵

Além disso, estrutura da organização torna-se mais democrática, orientada a realizar agitações de massas (sempre que possível) para romper o estreito circuito das sociedades clandestinas.

As transformações realizadas pela dupla na Liga enfrentaram a resistência de alguns de seus antigos dirigentes, notadamente Wilhelm Weitling, que defendia como estratégia a organização armada de alguns milhares de operários que deveriam tomar o poder de assalto.

Em 1847, na expectativa de que irrompesse logo a revolução, a Liga Comunista encomenda a Marx que escreva seu manifesto, o que o teórico realiza, com atraso, no final de fevereiro de 1848. O célebre *Manifesto Comunista*, assinado também por seu parceiro Engels, expressa sinteticamente a prática política e a teoria que seus autores vinham construindo desde o início da década. Pois o documento é, a um só tempo, uma análise científica da estrutura econômica e da construção histórica da sociedade capitalista, uma teoria dialética e materialista do desenvolvimento histórico e um programa para a revolução. Ou seja, trata-se de um documento da *práxis*, ou ainda, um exemplo bem acabado do materialismo histórico-dialético.

O *Manifesto* busca tornar o proletariado consciente do processo histórico do qual participa e assume o ponto de vista dos oprimidos apontando o caminho da revolução social. Não busca, portanto, como o

³⁴ MARX *apud* ibid. pp. 11-12

³⁵ Ibid. p. 12

próprio Marx expressou anos antes, “antecipar dogmaticamente o mundo, mas, ao contrário, encontrar o novo mundo a partir da crítica do antigo”³⁶. Da mesma forma, aponta o proletariado organizado politicamente enquanto classe – e não a sociedade em geral ou seitas isoladas - como a força material capaz de erigir o novo mundo pela superação do antigo. E o método de construção desse novo mundo seria a revolução social, isto é, a construção de uma sociedade em novas bases materiais.

Para afirmar essa perspectiva teórica e política, Marx e Engels precisaram diferenciá-la das demais correntes socialistas contemporâneas no item do *Manifesto* intitulado “Literatura socialista e comunista”. De maneira geral, critica-se o caráter a-histórico (isto é, não fundamentado no desenvolvimento histórico material) ou até mesmo reacionário dessas correntes, por conseguinte, idealista, e sua não vinculação ao proletariado.

Dentre as correntes que são alvo de sua crítica, cabe destacar aquela que se chamou aqui de “socialismo conservador ou burguês”. De acordo com o *Manifesto*, essa tendência seria conduzida por burgueses que desejam atenuar os males sociais da sociedade burguesa, como os filantropos, por exemplo. Assim, não desejam abolir a sociedade capitalista, mas eliminar “os elementos que a revolucionam e dissolvem”. Em outras palavras, “querem a burguesia sem o proletariado.” Com efeito, o proletariado seria iludido por um convite a participar da sociedade burguesa que desembaraça o ódio que ele sente por esta. Dessa forma, esse socialismo

procura fazer com que os operários se afastem de qualquer movimento revolucionário, demonstrando-lhes que não será tal ou qual mudança política, e sim uma transformação das condições de vida material e das relações econômicas, que poderá ser proveitosa para eles. Por transformação das condições materiais de existência esse socialismo não compreende em absoluto a abolição das relações burguesas de produção – que só é possível pela via revolucionária -, mas apenas reformas administrativas realizadas sobre a base das próprias relações de produção burguesas e que, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para diminuir os gastos da burguesia com sua dominação e simplificar o trabalho administrativo do Estado.³⁷

Há semelhanças notáveis entre o “socialismo conservador ou burguês” e o ulterior reformismo, como a tentativa de atenuar os efeitos nefastos da

³⁶ MARX *apud* Bensaïd, Daniel (2013), *Marx, manual de instruções*, São Paulo: Boitempo, p. 20

³⁷ MARX & ENGELS (2008) [1848] *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, p. 65

sociedade capitalista sem revolucionar as suas bases e a consequente moderação no conflito entre proletariado e burguesia. Entretanto, como alerta Eric Hobsbawm em “Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo”,

Em vão se buscará em Marx a antecipação das controvérsias posteriores, como o debate entre “reformistas” e “revolucionários”. Para ele, não havia qualquer conflito entre “luta cotidiana dos trabalhadores para melhorar suas próprias condições no regime” e luta pelo socialismo. O que Marx pretendia era afastar o movimento operário do sectarismo e do oportunismo.³⁸

Isso significa que Marx e Engels, como Hobsbawm aponta posteriormente no mesmo texto, não construíram um manual de ações concretas ou táticas precisas que deveriam ser seguidas por todos os partidos comunistas em quaisquer circunstâncias, mas constituíram princípios gerais como a auto-organização política do proletariado pela sua emancipação e a crítica radical da sociedade burguesa. A tarefa política dos comunistas que se apoiaram neles era, em primeiro lugar, ambígua pois os princípios gerais de suas análises eram amplos demais para que fosse possível extrair a partir deles orientações políticas precisas sobre o que fazer nos momentos mais críticos (como em uma crise revolucionária, por exemplo). Em segundo lugar, essa tarefa era complexa pois as posições políticas de Marx e Engels eram “de tal modo determinadas pela situação concreta, que era impossível reduzi-la a um conjunto de regras permanentes.” Assim sendo, “com Marx, podia-se apreender o método de análise e de ação, jamais uma série de lições prontas para uso, derivadas dos textos clássicos.”³⁹

Para Hobsbawm, então, que princípios políticos gerais podem ser extraídos da obra de Marx e Engels, isto é, que legado político foi deixado a seus sucessores? Em primeiro lugar, “a subordinação da política aos acontecimentos históricos”, isto é, a ação política pensada em função das condições objetivas presentes em cada conjuntura histórica. Em segundo lugar, a organização política do proletariado enquanto classe, o que, no quadro da sociedade capitalista, significava a organização de um partido político do proletariado. Em terceiro lugar, a compreensão da política como

³⁸ HOBBSAWM, Eric (1979) “Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo” em: _____. *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 317

³⁹ Ibid. p. 345

expressão da luta de classes, e, portanto, o Estado como representação da classe ou das classes dominantes ou, nos casos em que há equilíbrio entre as classes, mantenedor da estrutura de classes, isto é, sem representar nenhuma classe em particular, mas agindo de acordo com o interesse da classe dominante. Em quarto lugar, o entendimento de que entre o capitalismo e o socialismo deveria haver um Estado proletário de transição, a “ditadura do proletariado”, não no sentido de antônimo da democracia (se bem que pudesse significar a abolição das instituições da democracia liberal burguesa, como parlamento, etc.), mas de imposição dos interesses do proletariado sobre as demais classes – nesse sentido, por contraditório que soe, significaria a radicalização da democracia, inclusive com o fim da separação entre povo e governo. Por fim, indicações muito genéricas sobre a futura sociedade socialista, presentes principalmente na *Ideologia Alemã*, que serviam mais de crítica à sociedade existente do que propriamente de guia para a edificação do socialismo. Em seus escritos não há, dessa forma, apontamentos sobre, por exemplo, como levar a cabo a socialização da economia ou formas de planificá-la. Em certo sentido, isto foi proposital, pois, é coerente com a orientação materialista de não buscar antecipar dogmaticamente aquilo que apenas o processo histórico será capaz de determinar.

Os desdobramentos da revolução de 1848 – sobretudo na França, cuja reação culminou na ascensão de Luís Bonaparte ao poder – foram fundamentais para a elaboração dessa teoria política. Marx analisou esta conjuntura em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e em uma série de artigos que posteriormente foram organizados em livro por Engels com o título de *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*.

Em primeiro lugar, o autor demonstrou de que forma economia e política estão relacionadas. As classes sociais organizam-se politicamente para defender seus interesses materiais, de modo que, em última instância, os personagens políticos movem-se de acordo com essas classes e, conseqüentemente, as alterações na conjuntura econômica interferem nos acontecimentos políticos e vice-versa. Entretanto, essa correlação não é imediata e evidente. A temporalidade da economia não é a mesma da política – choques econômicos podem ser sentidos tardiamente ou acontecimentos

políticos podem adquirir dinamismo superior aos relativos ao modo de produção. Além disso, os atores políticos podem escamotear os interesses de classe que de fato representam. Da mesma forma, os “representantes” adquirem relativa autonomia em relação aos seus “representados”. É somente dessa forma que se compreende como a burguesia francesa, para conservar seus interesses materiais de classe, abriu mão de assumir diretamente o poder político e o concedeu a Luís Bonaparte - um “representante” do campesinato, da pequena burguesia e do *lumpenproletariado*.

Por conseguinte, Marx adota aqui uma visão mais nuançada sobre o Estado. De “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”⁴⁰, a instituição passa a ser vista como a “salvaguarda da estrutura de classes”⁴¹ – ou seja, fundada em classes, mas não necessariamente administrada diretamente pela classe dominante.

Consequentemente, a posição do proletariado em relação à república democrática tornava-se mais complexa. De um lado, a república se revelava como o regime político mais adequado para acomodar os diferentes interesses dos burgueses particulares, e a eleição de Luís Bonaparte apontava que o sufrágio universal não necessariamente redundaria na conquista do poder pelo proletariado. Por outro lado, a possibilidade de organizar partidos nacionais de massas, disputar eleições com o programa do proletariado e ainda conquistar posições nas instituições de Estado (no parlamento, mais exatamente) representavam uma grande oportunidade de organização da classe trabalhadora à qual Marx lutou para que não fosse perdida. Portanto, o movimento proletário deveria participar da vida política do Estado burguês, mas ciente de seus limites – atuar, nas palavras de Hobsbawm, “dentro dos termos da política burguesa, mas também fora dos mesmos.”⁴²

Por fim, e esta conclusão foi reforçada pela derrota da Comuna de Paris em 1871, a revolução social seria um objetivo por princípio, mas as condições reais de levá-la a cabo seriam determinadas pelo estágio de

⁴⁰ MARX & ENGELS (2008) [1848] *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, p. 42

⁴¹ HOBBSBAWM, Eric (1979) “Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo” em: _____. *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 343

⁴² Idem

desenvolvimento das forças produtivas, correlação de forças entre as classes e pelo grau de consciência e organização do proletariado. Ou seja, levantes prematuros redundariam na derrota do proletariado e consequente reação. Para evitá-la, seria fundamental, além de condições objetivas tais como a crise do modo de produção capitalista, o fortalecimento do partido do proletariado pelo aumento de sua influência entre a classe. Como sintetiza novamente Hobsbawm, “Marx e Engels não contavam com a ação espontânea das forças históricas, mas com a ação política dentro dos limites do que é historicamente possível.”⁴³

Essas conclusões sobre política embasaram a atuação de Marx no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), futuramente conhecida como I Internacional.

A AIT foi fundada em 1864, a partir das experiências adquiridas com a revolução de 1848 e como uma espécie de antídoto contra o nacionalismo que ganhava corpo na Europa e influenciava muitos trabalhadores. Com mais de cem organizações envolvidas, a associação era marcada por sua heterogeneidade política – liberais, proudhonianos, antigos cartistas, sindicalistas, anarquistas e simpáticos a Marx (o termo “marxista” sequer existia no sentido que existe hoje⁴⁴) dividiam-se nos congressos e no Conselho Geral, órgão de direção da AIT⁴⁵. Marx era membro deste órgão, o que contribuiu para o crescimento de sua influência entre o movimento operário internacional⁴⁶. O primeiro congresso, realizado em Genebra em 1866, foi, apesar de o Conselho Geral já ser majoritariamente influenciado por Marx, dominado pela delegação francesa, quase toda proudhoniana, adepta de táticas moderadas e defensora do “mutualismo”, que é “a troca baseando-se na reciprocidade, pela organização de um sistema de crédito mútuo e gratuito, primeiro nacional e depois internacional; não é destruir a sociedade existente, mas sim ordená-la.”⁴⁷ Entretanto, no congresso

⁴³ Ibid. p. 318

⁴⁴ HAUPT, Georges (1979) “Marx e o Marxismo” em: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 358

⁴⁵ DROZ, Jacques (1972) *História Geral do Socialismo*, Lisboa: Livros Horizonte, vol. 3, pp. 819-832

⁴⁶ HAUPT, Georges (1979) “Marx e o Marxismo” em: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, pp. 358-360

⁴⁷ Ibid. p. 837

seguinte, realizado em Bruxelas em 1868, é aprovada a adoção de táticas de enfrentamento, como greves, e a influência de Marx aumenta. No próximo, que aconteceu na Basileia em 1869, é aprovada a defesa da abolição da propriedade privada.⁴⁸

É neste último congresso que tem início o enfrentamento entre Marx e Mikhail Bakunin. Este último, anarquista, opunha-se, ao contrário de Marx, à centralização das organizações nacionais pelo Conselho Geral da AIT. Além disso, Bakunin, que via a abolição do Estado opressor como objetivo principal da luta dos trabalhadores, era contrário à organização de partidos nacionais e à participação em disputas eleitorais.⁴⁹

Em 1871, Marx avança em sua orientação para a criação de partidos políticos e aprova, em conferência realizada em Londres, a “Resolução IX”, que afirma:

Considerando

Que contra o poder coletivo das classes possuidoras o proletariado só pode agir como classe, constituindo-se como partido político distinto, oposto a todos os partidos políticos antigos formados pelas classes possuidoras;

Que esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e do seu fim supremo: a abolição das classes;

Que a coligação das forças operárias já obtida pelas lutas econômicas deve também servir de alavanca nas mãos desta classe na luta contra o poder político dos seus exploradores;

A Conferência recorda aos membros da Internacional:

Que no estado militante da classe operária, o seu movimento econômico e a sua ação política estão indissolivelmente unidos.⁵⁰

Os anarquistas se recusam a subscrever a resolução. No Congresso de Haia, em 1872, pedem a abolição do Conselho Geral. Mas os aliados de Marx possuem maioria e expulsam os anarquistas, reafirmam a Resolução IX e transferem a capital da AIT de Londres para Nova Iorque. Os anarquistas reagem e realizam um congresso paralelo no mesmo ano, em Saint-Imier, em que fundam uma internacional “antiautoritária” – maior do que a primeira, agora sediada em Nova Iorque. Ao fim e ao cabo, ambas as internacionais acabaram mingando poucos anos depois.⁵¹

⁴⁸ Ibid. pp. 837-838

⁴⁹ Ibid. pp. 845-846

⁵⁰ Ibid. pp. 848-849

⁵¹ Ibid. pp. 848-850

Marx defendeu a posição expressa na Resolução IX, como sempre fazia, a partir da análise da situação histórica que vivia. Entre 1867 e 1871, levantes organizados pelas organizações operárias (cada vez mais fortalecidas) conquistaram, em muitos países da Europa, garantias constitucionais e democráticas que ampliaram as possibilidades de disputa política legal no âmbito do Estado.⁵² No caso da Alemanha, o sufrágio universal masculino foi instituído por Otto Von Bismarck em 1866 como parte de uma estratégia bonapartista⁵³, entretanto, produziu o mesmo efeito de permitir maior participação dos trabalhadores no jogo político institucional. Com efeito, a partir da década de 1860 surgem os primeiros partidos proletários nacionais de massas, e, de acordo com Eley, os socialistas tornaram-se os principais baluartes da defesa da democracia em todo mundo.⁵⁴ O fenômeno se espalha por boa parte da Europa nos anos seguintes e, entre 1884 e 1892, completa-se a formação de todos os principais partidos socialistas europeus.⁵⁵

A corrente política nascida neste processo foi tornando-se majoritária no movimento operário no período entre a dissolução da I Internacional (1873) e a criação da II Internacional (1889). Influenciados pela teoria de Marx e Engels, esses partidos contribuíram para a sua difusão, ainda que suas práticas nem sempre refletissem exatamente aquilo que os autores defendiam. Prova disso é que essa vertente ganhou, à revelia dos dois teóricos, a alcunha de “socialdemocracia”⁵⁶. Como explica Geoff Eley em *Forjando a Democracia*, esta vertente lutava pela ampliação das garantias legais e mecanismos de participação democrática ao mesmo tempo em que defendia formas de socialização da economia – tratava-se, pois, de “tornar social a democracia”.⁵⁷

⁵² ELEY, Geoff (2005), *Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 89

⁵³ STEINBERG, Hans-Josef (1979) “O Partido e a Formação da Ortodoxia Marxista” em: HOBBSAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 215

⁵⁴ ELEY, Geoff (2005), *Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 141

⁵⁵ HAUPT, Georges (1979) “Marx e o Marxismo” em: HOBBSAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 357

⁵⁶ Ibid. pp. 355-357

⁵⁷ Ibid. pp. 41-46

Como afirmou-se na introdução desta dissertação, a *práxis* de Marx, ao buscar a construção do comunismo pela superação da sociedade capitalista, defrontou-se com a seguinte contradição: como criar uma sociedade alternativa, no futuro, a partir das condições materiais e políticas realmente existentes? De que forma realizar a mediação entre esses dois polos? Retomando citação de Hobsbawm aqui feita anteriormente, Marx e Engels não ofereceram repostas claras e definitivas a esses problemas, pois, de acordo com o método desenvolvido por eles, elas deveriam ser respondidas por meio da análise materialista de cada conjuntura histórica. Dessa forma, Marx combateu o sectarismo (idealismo, utopismo, anarquismo, blanquismo, etc.) e o oportunismo (“possibilismo”, “socialismo burguês”, “socialismo de Estado”, etc.) mas o que exatamente pode ser considerado “sectário” ou “oportunista”? Esta pergunta recebeu diferentes respostas de diferentes atores políticos em diferentes conjunturas históricas.

Com efeito, a contradição própria à noção de superação (conservação e negação), ou ainda, a estratégia de construir um novo mundo não a partir da especulação mas por meio da negação do mundo realmente existente (o que significa, ao mesmo tempo, sua afirmação) extrapolou a *práxis* e foi sentida na socialdemocracia em geral. Dessa forma, a socialdemocracia viveu, em suas décadas iniciais, um conflito interno entre manter o horizonte revolucionário e realizar tarefas práticas para a concretização de reformas parciais; entre possuir um programa contra hegemônico e ter como base social a classe trabalhadora, mas ter como uma de suas principais frentes de atuação o Estado burguês.

Geoff Eley nomeou essa contradição de “dialética da exclusão e inclusão”. De acordo com o autor, reformas democráticas (à exceção do Leste Europeu) contribuíram menos para precipitar a ruptura com o *status quo* do que para retomar a estabilidade do regime. Onde o regime político era autoritário e a repressão aos trabalhadores mais intensa, os socialdemocratas adotavam uma estratégia radical de pura oposição pois simplesmente não havia possibilidade de mediação ou conciliação. Por outro lado, onde prevaleciam instituições políticas mais democráticas, os socialdemocratas vislumbravam a possibilidade de se adotar uma postura

mais moderada para obter eficazmente conquistas a curto prazo⁵⁸. Nos contextos em que os trabalhadores não estavam totalmente desprovidos de direitos políticos, de modo a tornar possíveis aspirações por reformas, mas ao mesmo tempo não estavam plenamente incluídos ao regime político para afastar totalmente a necessidade de métodos radicais e a desconfiança revolucionária no Estado burguês, foi possível manter uma síntese entre essas visões - como no Congresso da II Internacional de 1893, que defendeu em seu programa a articulação entre objetivos maximalistas e metas de curto prazo, rechaçando tanto o anarquismo quanto o reformismo^{59 60}. Em síntese, afirma Eley:

Na era da fundação da democracia social, foi a dialética da integração e exclusão que favoreceu os maiores partidos: medidas suficientes de governo parlamentar para o partido poder deslanchar, mas medidas suficientes de repressão para manter sua força radical. (...) [A] capacidade de se identificar positivamente com o Estado existente, como algo suscetível de influência, mudança e até mesmo controle, foi um divisor fundamental para os partidos europeus. Onde essa capacidade de identificação era forte, mais reformistas eram os partidos que surgiram; onde essa capacidade era fraca, maior o potencial de uma atitude mais revolucionária.⁶¹

A “dialética da inclusão e exclusão” impôs decisões difíceis aos socialdemocratas. Eley apresenta dois casos paradigmáticos. Em 1899, na França, o socialdemocrata Alexandre Millerand passou a compor o governo de defesa republicana de René Waldeck-Rousseau. Embora tenha empreendido importantes reformas como ministro do comércio, Millerand integrou um governo que reprimiu trabalhadores e contava em suas fileiras com figuras como o general Gaston Gallifet, o “carniceiro da Comuna de Paris de 1871”. Caso semelhante se repetia na Itália de 1901. Em resposta ao violento governo do general Luigi Pelloux, formou-se uma aliança entre os liberais e a esquerda para aquele pleito, que venceram. Filippo Turati, socialista, aproveitou para empreender reformas sociais que beneficiavam os trabalhadores. Mas o mesmo governo lançou tropas contra grevistas. Ao

⁵⁸ Ibid. pp. 95-97

⁵⁹ Ibid. pp. 116-117

⁶⁰ Como se verá adiante, a síntese alcançada neste congresso tem como referência o Programa de Erfurt do Partido Socialdemocrata Alemão de 1891, que foi escrito neste mesmo contexto contraditório de inclusão e exclusão da classe trabalhadora.

⁶¹ Ibid. p. 97

contrário de Millerand, Turati renunciou.⁶² Entretanto, ambos os casos sinalizavam que a inserção da socialdemocracia no Estado poderia ter como custo o retrocesso na defesa incondicional dos trabalhadores.

⁶² Ibid. pp. 117-118

Capítulo 2 – O Partido Socialdemocrata Alemão, a II Internacional e o surgimento do “marxismo”:

Em 14 de junho de 1889 é fundada a Internacional Socialista, futuramente conhecida como Segunda Internacional. O movimento operário internacional, até então dividido e disperso, volta a encontrar um eixo de organização e definição programática. As organizações filiadas à Segunda Internacional são partidos de massas e seu programa foi baseado na obra de Marx e Engels. Este último (Marx já havia falecido, em 1883) cumpriu papel fundamental na criação e organização da entidade, fosse aconselhando os partidos a ela filiada ou expondo a obra de Marx. Como aponta Ricardo Musse, o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) constitui-se como exemplo e guia da II Internacional, despertando o fascínio dos socialistas do mundo todo por sua preponderância política, poderio institucional e indiscutível hegemonia intelectual.⁶³ Dessa forma, a partir de meados da década de 1890, a luta da classe trabalhadora encontrava coesão em torno da II Internacional e do “marxismo”.

Os termos “marxismo” e “marxista”, aliás, ganharam o significado que possuem hoje (de movimento político e intelectual derivado da obra de Marx) graças à II Internacional e, especialmente, ao SPD. Inicialmente, os termos “marxista” ou “marxiano” eram empregados em tom pejorativo por Bakunin e outros anarquistas para se referir a aqueles que seguiam a política proposta por Marx na I Internacional.⁶⁴ Tampouco agradava a Marx e Engels este rótulo. Ambos preferiam referir-se à sua própria doutrina como “socialismo científico”, “socialismo materialista crítico”, “socialismo crítico revolucionário”, dentre outros nomes.⁶⁵ A primeira vez que “marxismo” foi empregado no sentido contemporâneo foi em 1882, por Karl Kautsky. Este importante dirigente do SPD foi encarregado por August Bebel e Wilhelm Liebknecht (fundadores do SPD, responsáveis por tornar o marxismo nos anos 1880 a doutrina oficial do partido), por meio da revista do partido *Die Neue Zeit*, de

⁶³ MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], pp. 104-106

⁶⁴ HAUPT, Georges (1979) “Marx e o Marxismo” em: HOBBSAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, pp. 349-355

⁶⁵ Ibid. p. 362

sistematizar e disseminar o marxismo.⁶⁶ Os demais partidos da II Internacional fizeram o mesmo. Em síntese, afirma Georges Haupt:

O reconhecimento oficial [do termo marxismo] corresponde a um momento histórico preciso – o da separação e da ruptura definitiva entre socialdemocracia e anarquismo, da sistematização e da corporificação das teorias de Marx, da delimitação da escola marxista face a todas as outras correntes socialistas, e da afirmação da sua hegemonia política na II Internacional.⁶⁷

A difusão do marxismo trouxe como consequência também o seu empobrecimento e distanciamento da teoria que Marx e Engels efetivamente construíram. Mas antes que se passe a este problema, é necessário discorrer sobre o surgimento e crescimento do SPD.

A grave crise econômica que abalou a Europa a partir do início da década de 1870 até a nova fase de expansão na década de 1890 deslocou o eixo gravitacional do movimento operário internacional para a Alemanha. Este país viveu uma acentuada industrialização na última década do século XIX como resultado da política econômica de incentivo à indústria e ao comércio aplicada por Bismarck e do financiamento promovido pelos grandes bancos. Essa revolução industrial “tardia” promoveu mudanças econômicas, políticas e sociais sem precedentes na história alemã, dentre as quais destaca-se a formação de uma ampla classe operária urbana.⁶⁸ É nesse contexto que surgiu o SPD, ancorando seu meteórico crescimento na base social do operariado. Seu primeiro Congresso ocorreu em 1875, em Gotha, a partir da unificação dos dois principais partidos socialistas da Alemanha de então: a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, mais moderada, fundado por Ferdinand Lassalle, e o Partido Socialdemocrata dos Trabalhadores, fundado por Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, seguidores de Marx, de tendência mais radical.

Em 1877, o SPD participa de sua primeira eleição. Após obter votação surpreendente, Bismarck manifesta seu desejo de acabar com a socialdemocracia. Em 1878, com o apoio dos conservadores, aprova uma série de “leis antissocialistas”, que previam as seguintes medidas:

⁶⁶ Ibid. pp. 362-364

⁶⁷ Ibid. p. 374

⁶⁸ ANDRADE, Joana El-Jaick. (2006) *O revisionismo de Eduard Bernstein e a negação da dialética*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, pp. 43-56

(...) dissolução dos agrupamentos socialistas ou comunistas que ameaçavam o Estado e a ordem social, a proibição de concentrações e demonstrações públicas, bem como a publicação de jornais através da via administrativa, a autorização para que os estados [*Länder*] decretarem um “pequeno estado de sítio” que permitisse afastar as personalidades suspeitas e a fixação de residência forçada para os militantes que fizessem profissão de ideias socialistas.

Este conjunto de leis resultou numa forte repressão que desorganizou, num primeiro momento, o SPD. Nos primeiros seis meses, 127 publicações periódicas e 287 não periódicas foram apreendidas. Até 1888, 1500 pessoas foram presas e 900 foram obrigadas a deixar o país.⁶⁹

Entretanto, o SPD não perdeu totalmente sua capacidade de organização com as leis antissocialistas. Legalmente, ao partido ainda era permitido disputar as eleições para o *Reichstag* (o parlamento nacional) e para os *Landtags* (parlamentos locais dos *Länder*, os estados). Essa participação no parlamento e nas eleições possuía uma série de restrições. Em primeiro lugar, o sufrágio não era universal e individual em todos os *Länder*. Em algumas regiões, como na maior delas, a Prússia, o voto era censitário, obedecendo ao sistema de três “classes”. Em segundo lugar, todo poder executivo estava concentrado nas mãos do imperador (*Kaiser*) e do chancelar, nomeado por ele. Em terceiro, ao *Reichstag* não era permitido destituir nenhum dos dois e nem propor ou votar leis sem a anuência do *Bundesrat*, um conselho formado por delegados dos 25 *Länder*. Em quarto, a propaganda eleitoral do SPD sofria evidentemente uma série de restrições. Portanto, a participação nas eleições não era totalmente livre e os deputados do *Reichstag*, na prática, não podiam fazer nada além de manifestar suas opiniões na tribuna⁷⁰. Mesmo assim, após uma severa diminuição no número de votos nas eleições de 1881, o SPD obteve um sucesso estrondoso nas eleições de 1884, com 550 mil votos e 24 deputados eleitos para o *Reichstag*. O sucesso se explica em grande parte porque a repressão não foi capaz de conter a disseminação de jornais, livros (recreativos, políticos ou científicos), associações de músicos, clubes de esporte, caixas de auxílio mútuo voluntário (uma forma incipiente de previdência social por solidariedade), clubes de jogadores de cartas, dentre várias outras formas de

⁶⁹ DROZ, Jacques (1972) *História Geral do Socialismo*, Lisboa: Livros Horizonte, vol. 4, pp. 34-35

⁷⁰ LOUREIRO, Isabel (2005) *A Revolução Alemã [1918-1919]*, São Paulo: UNESP, pp. 28-29

associação entre trabalhadores que estabeleceram uma cultura operária que via o SPD como seu representante político legítimo.⁷¹

Percebendo que apenas a repressão não seria capaz de esmagar a socialdemocracia, Bismarck tenta incorporar políticas sociais defendidas pelo SPD ao seu governo. Entre 1883 e 1889, promulga uma série de leis de “proteção operária” que formam o primeiro sistema de previdência social estatal do mundo. Ao mesmo tempo, recrudesce a repressão sobre os socialistas. Mesmo assim, em 1890 o SPD obtém 20% dos votos, a maior votação de sua história. No mesmo ano, Bismarck é deposto e as leis antissocialistas revogadas.⁷² Sem essa contenção, o SPD cresceria de forma ainda mais acelerada em número e organização nos anos seguintes, apesar de ainda persistir o receio entre muitos dirigentes do partido de que a repressão pudesse voltar e das restrições à plena participação nas eleições e no parlamento citadas anteriormente (voto censitário, impossibilidade de o *Reichstag* propor ou aprovar leis sem a anuência do *Bundesrat*, etc.).⁷³

Portanto, o SPD formou-se no meio termo da “dialética da inclusão e exclusão” descrita anteriormente. Em 1891, o SPD realiza em Erfurt um congresso cujo programa expressa essa síntese articulando tarefas concretas a objetivos maximalistas. Aos moderados, os objetivos maximalistas serviam para motivar a classe trabalhadora a lutar por reformas. Para os mais radicais, as reformas apareciam como meio para a execução do objetivo final, a saber, a revolução socialista. Além disso, o Congresso de Erfurt sela a derrota definitiva da ala lassalliana, de modo que o seu programa torna-se o primeiro de caráter marxista.

O SPD (e a política expressa no Programa de Erfurt) tornou-se referência para o movimento operário internacional não apenas em função de sua ascensão meteórica e da autoridade intelectual de seus dirigentes (dentre os quais estão os próprios Marx – até 1883, ano de sua morte -, Engels e interlocutores muito próximos a eles, como Karl Kautsky e Eduard Bernstein). De acordo com Engels, em uma série de prefácios escritos entre

⁷¹ DROZ, Jacques (1972) *História Geral do Socialismo*, Lisboa: Livros Horizonte, vol. 4, pp. 36-37

⁷² Ibid. pp. 37-40

⁷³ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks

as décadas de 1880 e 1890, a formação de uma “aristocracia operária” na Inglaterra e a derrota da Comuna de Paris (1871) na França, em contraste com o sucesso do SPD, foram fundamentais para projetar a Alemanha como centro dinâmico das lutas de classes no mundo.⁷⁴

O mais importante desses prefácios foi a polêmica introdução ao *As Lutas de Classes na França* (1982) de Marx, escrita em 1895. Neste texto, Engels aponta que esse foi o primeiro trabalho em que Marx procurou associar a política conjuntural a causas econômicas, avançando sobre a forma generalista com que esta relação havia sido exposta no *Manifesto*. Entretanto, trata-se de uma determinação econômica “em última instância”, complexa, cujas causas primeiras são praticamente impossíveis de serem apreendidas em sua completude no momento em que ocorrem. Mas apesar deste tipo de análise ser “uma fonte de erros”, ela é tanto possível quanto imprescindível de ser feita.⁷⁵ Nesse sentido, a análise de conjuntura realizada por Marx tanto foi válida que, na revisão feita pela dupla em 1850, a única alteração que tiveram que fazer foi acrescentar aquilo que até então tinham apenas vaga noção: “Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova *crise*. É, porém, tão certa como esta.”^{76 77} Nota-se aqui a mesma concepção de crise e revolução como par dialético que já havia sido exposta no *Manifesto*. Entretanto, como aponta o próprio Engels, esse otimismo revolucionário teve de ser revisto a duras penas por Marx em função do período reacionário que abriu-se posteriormente na França, brilhantemente analisado no *18 Brumário*.

Mais adiante, argumenta que a era das revoluções de barricadas levadas a cabo por uma minoria, no modelo insurrecional inspirado na Revolução Francesa de 1789, havia terminado. Se por um lado a experiência do levante operário na França em 1848 demonstrou que a luta de classes

⁷⁴ MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], pp. 93-98

⁷⁵ ENGELS, Friedrich (1982) “Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895”, em: MARX, Karl *As lutas de classes em França*. Lisboa: Edições Avante!, p. 12

⁷⁶ Ibid. p. 13

⁷⁷ “(...) a crise do comércio mundial de 1847 for a a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da de novo reforçada reação europeia.” idem

entre burguesia e proletariado havia começado, por outro, revelou a necessidade de se acumular forças no seio da classe trabalhadora, sendo inadequado à luta precipitar o confronto físico por meio de um ataque surpresa prematuro de uma vanguarda isolada. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que superioridade bélica dos Estados burgueses dificultou a ação direta da vanguarda revolucionária, observando-se o sucesso impressionante do SPD seria possível afirmar que o sufrágio universal se revelava como uma das mais cortantes armas nas lutas entre as classes. Não apenas porque o sufrágio abria a possibilidade de medir a cada três anos quantos são os operários socialistas, e, pelo seu aumento contínuo, reforçar a certeza da vitória e evitar a temeridade inoportuna, mas também porque, por meio de eleições, seria possível se comunicar com as massas de maneira ampla, promover a agitação socialista, e, no âmbito do parlamento, dirigir-se aos inimigos das massas com uma liberdade nunca vista antes.

Mas o otimismo de Engels em relação ao contínuo crescimento da classe trabalhadora alemã em “número, organização, disciplina, clarividência e certeza na vitória”⁷⁸ não significa que o autor tivesse perdido de seu horizonte a guerra revolucionária. Ao contrário, acredita que este avanço acumula forças para o salto qualitativo a ocorrer no momento-chave da revolução, quando o operariado deve pegar em armas. Além disso, Engels não defendia táticas absolutas (fossem legais ou ilegais), mas pensava em como articulá-las de acordo com o contexto das lutas de classes. Entretanto, em função das leis antissocialistas, Engels foi instado por seus companheiros de partido a retirar aqueles trechos em que mencionava diretamente a necessidade da luta armada para não motivar a repressão do Estado. Essa edição motivou a leitura deturpada do texto que a ala reformista do SPD faria como se nele Engels defendesse abertamente a via pacífica ao socialismo.⁷⁹ Como afirma Hobsbawm a respeito deste texto:

É evidente que Engels não pensava em ter abandonado a revolução, mas simplesmente em ter-lhe adaptado a estratégia e a tática a uma situação distinta, tal como ele e Marx tinham feito por toda a vida. Sua análise foi posta em discussão com a descoberta de que o desenvolvimento dos partidos socialdemocratas de massa não levava a uma confronto, mas a

⁷⁸ Ibid. p. 36

⁷⁹ BERTELLI, Antonio. (2003) *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO, p. 21

uma forma de integração do movimento no sistema existente. Se alguma crítica ele merece é por ter subestimado essa possibilidade.⁸⁰

Portanto, a influência que Marx e Engels tinham sobre o SPD e a II Internacional, e o papel preponderante que essas organizações tiveram para a formação do marxismo como movimento político e teórico, não significa que suas práticas refletissem exatamente o que pensavam os dois teóricos, sendo possível identificar momentos de divergência entre eles. Como afirma Musse, “a hegemonia do marxismo no socialismo internacional se consolida ao mesmo tempo em que se identifica com a doutrina elaborada pelos teóricos do SPD, particularmente por Kautsky e Bernstein.” Por conseguinte, o “marxismo da II Internacional” (e do SPD), surgido a partir da década de 1890 por uma “segunda geração” de marxistas, não é o mesmo de seus fundadores, Marx e Engels⁸¹. De acordo com Franco Andreucci, a II Internacional conteve em si a contradição de elevar o marxismo a doutrina hegemônica entre o movimento operário ao mesmo tempo em que limitou a riqueza e alcance desta teoria. Expansão e empobrecimento, ampliação e sistematização, difusão e vulgarização – esses são os extremos da experiência do marxismo entre o final do século XIX e início do século XX.⁸² Como sintetiza o autor,

(...) expansão e empobrecimento, difusão e esquematização, ampliação e sistematização. A contradição está na própria história, não se pode desfazê-la. Está no fato de que o marxismo, na época da Segunda Internacional, tinha inaugurado um capítulo novo e original na história das ideias e das lutas sociais; um capítulo cujos desdobramentos iminentes não se fariam no sentido dos esquemas e previsões marxistas de então; mas exatamente esse período de extensão do marxismo e do movimento operário – para retomarmos uma expressão de Lênin – tornaria possível pela primeira vez experimentar ou percorrer os caminhos da revolução.⁸³

Engels foi crucial para este momento de expansão – e, na opinião de alguns, também pelo empobrecimento - do marxismo. O autor havia escrito, em 1878, o *Anti-Dührig*, uma “síntese enciclopédica de nossa concepção dos problemas filosóficos, naturalistas e históricos”, como ele mesmo apresentou

⁸⁰ HOBBSBAWM, Eric [1979] “Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo” em: _____. *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 325

⁸¹ Ibid. pp. 106-107

⁸² ANDREUCCI, Franco (1982) “A Difusão e a Vulgarização do Marxismo” em: HOBBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, pp. 15-16

⁸³ Ibid. p. 71

a obra⁸⁴. O livro foi lido como uma espécie de sistematização do método materialista-dialético, ou ainda, um manual simplificado do marxismo. Como afirma, Andreucci, essa não era exatamente a pretensão do autor.⁸⁵ No entanto, como explica Jones, não pôde evitar que seu livro cumprisse, muito mais do que *O Manifesto Comunista* ou *O Capital*, o papel de difundir em escala mundial “o marxismo com o caráter de socialismo sistemático e científico”⁸⁶. A seguinte declaração de Kautsky confirma isso:

Se devo avaliar a influência que o *Anti-Dühring* exerceu sobre mim, nenhum outro livro contribuiu tanto para a compreensão do marxismo. *O Capital* de Marx é sem dúvida uma obra primorosa, mas só através do *Anti-Dühring* aprendemos a compreender *O Capital* e a lê-lo corretamente.⁸⁷

No entanto, como afirma Steinberg, o *Anti-Dühring*, para demonstrar a universalidade da dialética e consequentemente a validade do materialismo histórico, recorreu ao prestígio das ciências naturais, especialmente da teoria da evolução. Este recurso levou a graves mal entendidos sobre a teoria de Marx quando foi absorvido por uma geração muito impactada pela publicação de *A Origem das Espécies*, de Darwin. Nesse sentido,

A interpretação evolucionista das afirmações de Marx levou a que se pensasse que o determinismo econômico era um elemento verdadeiramente importante da doutrina marxista, o que teve como resultado uma quebra da síntese entre relações econômicas e ativismo político revolucionário.⁸⁸

Por esta razão, muitos afirmaram que o *Anti-Dühring* “facilitou, ou mesmo causou, algumas das deformações que caracterizaram o marxismo da Segunda Internacional.”⁸⁹

No entanto, Jones afirma que a deformação positivista do marxismo da II Internacional deve-se mais às leituras sobre Engels do que na obra em si do autor:

Engels não aceitava essa acentuação tardo-positivista-evolucionista das leis naturais de desenvolvimento, concebidas em termos de simples causalidade transitiva procedente segundo uma diretriz unilinear do natural, através do econômico-tecnológico, até o político e o ideológico. Fundando-se no materialismo histórico, era levado muito mais a mostrar o efeito da prática humana sobre a natureza. Mediante a ciência e a produção e, sobretudo nos

⁸⁴ ENGELS *apud* STEINBERG, Hans-Josef (1982) “O partido e a formação da ortodoxia marxista” em: *Idem*, p. 208

⁸⁵ ANDREUCCI, Franco (1982) “A Difusão e a Vulgarização do Marxismo” em: *Idem*, p. 34

⁸⁶ JONES, G. Stedman (1979) “Retrato de Engels” em: HOBBSAWM, Eric, *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 381

⁸⁷ KAUTSKY *apud* *idem*

⁸⁸ STEINBERG, Hans-Josef (1982) “O partido e a formação da ortodoxia marxista” em: HOBBSAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p 209

⁸⁹ *Idem*

últimos anos, a relativa autonomia da política e da ideologia ante qualquer causalidade econômica simplista.⁹⁰

Além disso, Engels preocupava-se com as possíveis distorções que a obra de Marx poderia sofrer pela sua rápida difusão. Por essa razão, editou obras que pudessem esclarecer os princípios teóricos de seu parceiro intelectual, como os Livros II e III d’O *Capital*.

Com esse mesmo objetivo, torna pública, em 6 de janeiro 1891, a *Crítica do Programa de Gotha* (2012) que Marx escreveu ao já referido congresso de formação do SPD (até então ainda conhecido como Partido Operário Alemão). Este texto reivindica a luta de classes como o principal norte para o partido, contra as tendências manifestas no programa: a “superstição democrática” e a crença no papel do Estado como indutor de justiça e igualdade; o “socialismo vulgar” que defende a “distribuição justa” ao invés da socialização dos meios de produção; o internacionalismo visto como “consequência” e não como espaço de formulação; os princípios abstratos (como o trabalho e a sociedade) que substituem a demonstração precisa de como, “na atual sociedade capitalista, são finalmente criadas as condições materiais etc. que habilitam e obrigam os trabalhadores a romper com essa maldição histórica.”⁹¹ Essas concepções remetem diretamente a Lassalle, que dirigia a ala até então majoritária do partido. Quando este texto foi publicado, os lassallianos formalmente já não existiam mais na Alemanha e sua concepção já havia sido formalmente eliminada do programa do partido no Congresso de Halle, em 1890. Entretanto, essas formulações guardam nexos relevantes com o reformismo. Dessa forma, os lassallianos não existiam mais mas o “lassallianismo” tinha deixado raízes no SPD. Além disso, esta reflexão seria relevante para a elaboração do “Programa de Erfurt”.

Em relação ao Programa de Erfurt, Engels elabora sua própria crítica, em que primeiramente saúda o avanço em relação ao socialismo vulgar e ao lassallianismo que marcaram o programa precedente. Trata-se da consagração do marxismo como política diretiva da socialdemocracia.

⁹⁰ JONES, G. Stedman (1979) “Retrato de Engels” em: HOBBSAWM, Eric, *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 383

⁹¹ MARX, Karl (2012) *Crítica do programa de Gotha*, São Paulo: Boitempo Editorial, p. 25

Entretanto, Engels ao mesmo tempo alerta para o perigo de, em função das recentes conquistas democráticas e do receio em perdê-las, fortalecer-se na socialdemocracia a estratégia de buscar pacificamente, por meio do Estado, a realização do socialismo. Além disso, preocupa-se com o fato de que o programa não destaca o seu objetivo principal, que se coloca na ordem do dia no momento da crise política, por concentrar-se em demandas imediatas:

Este esquecimento das grandes considerações essenciais perante os interesses passageiros do dia, esta corrida aos sucessos efêmeros e a luta que se trava em torno deles sem ter em atenção as consequências ulteriores, *este abandono do futuro do movimento que se sacrifica ao presente*, tudo isto tem talvez móveis honestos. Mas isto é e continuará a ser oportunismo. Ora, o oportunismo “honesto” é talvez o mais perigoso de todos.⁹²

Anos antes, em 1888, Engels publica seu *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, a partir de uma série de textos publicados anteriormente no *Die Neue Zeit*. Neste livro, buscava justamente desfazer o dogmatismo, o esquematismo e a vulgarização do marxismo que vinha ocorrendo em função de sua acelerada difusão. Repetindo em alguma medida o que foi feito em *A Ideologia Alemã* (cabe recordar, entretanto, que esta obra ainda não havia sido publicada na época), Engels busca demonstrar as críticas e referências do materialismo histórico dialético em relação à filosofia clássica alemã de Hegel e o neohegelianismo de Feuerbach, ou ainda, acertar as contas do materialismo com a filosofia⁹³. Assim, ao mesmo tempo em que combate a visão economicista, reconhece sua parcela de culpa e a de Marx⁹⁴ por tal confusão, na medida em que, em função das polêmicas que foram obrigados a travar, tiveram de sempre salientar a “determinação em última instância” do econômico sobre o político e o social⁹⁵, como está expresso neste trecho do posfácio à segunda edição do *Capital* (1873) escrito por Marx:

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente,

⁹² ENGELS, Friedrich. (1971) “Crítica do Programa de Erfurt”, em: MARX, Karl *Crítica do Programa de Gotha*. Porto: Portucalense Editora, p. 48 (grifo meu)

⁹³ MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], p. 91

⁹⁴ JONES, G. Stedman (1979) “Retrato de Engels” em: HOBBSAWM, Eric, *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 384

⁹⁵ BERTELLI, Antonio. (2003) *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO, pp. 19-20

suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.⁹⁶

Mesmo assim, Engels não pôde evitar que o marxismo da Segunda Internacional se conformasse como uma espécie de “filosofia da história” (tal qual aquela dos hegelianos idealistas) invertida, em que o sentido geral da história [*Geschichte*], o *télos*, é determinado mecanicamente pelo que se supõe ser a realidade material – desenvolvimento das forças produtivas, crise imanente, etc. Ela aparece particularmente clara nesta resolução do Congresso de Londres de 1896 da II Internacional:

O desenvolvimento econômico e industrial tem ocorrido com tamanha rapidez que uma crise deve ocorrer em um espaço de tempo relativamente curto. O congresso, portanto, exorta ao proletariado de todos os países a imperativa necessidade de aprender, como cidadãos com consciência de classe, como administrar os negócios de seus respectivos países em prol do bem comum.⁹⁷

De acordo com Andreucci, o marxismo da II Internacional empobreceu a rica relação, regulada pela dialética, entre liberdade e necessidade ao ater-se à ideia de que haveria um “incontrolável processo de luta de classes, sustentado pelo ritmo surdo e contínuo da necessidade histórica”.⁹⁸

Um dos principais responsáveis por essa visão determinista típica da II Internacional foi Karl Kautsky⁹⁹, principal redator do Programa de Erfurt. Kautsky, assim como todos os grandes intelectuais desta geração do SPD, nutria grande admiração por Engels, especialmente por seu *Anti-Düring*. Entretanto, influenciados pelo positivismo, realizaram uma apropriação distorcida de sua obra de modo que passaram a conceber a história humana como o movimento necessário da evolução¹⁰⁰.

Em grande medida, a leitura evolucionista de Kautsky sobre o marxismo deve-se à influência que Darwin exerceu sobre ele. Como o

⁹⁶ MARX, Karl. (2013) *O capital: crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo, Livro I, p. 91

⁹⁷ “Full report of the proceedings of the international Worker’s Congress in London”, 1896; p. 36 (tradução livre)

⁹⁸ ANDREUCCI, Franco (1982) “A Difusão e a Vulgarização do Marxismo” em: HOBBSAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, pp. 15-16

⁹⁹ Ver também: KAUTSKY, Karl. (1979) *O caminho do poder*, São Paulo: Editora Hucitec

¹⁰⁰ “É preciso, porém, distinguir a obra de Engels das muitas apropriações e banalizações do seu trabalho teórico, levadas a cabo pelos militantes e divulgadores da Segunda Internacional – uma geração abarbadada em Bukle e Comte.” MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], p. 93

mesmo disse certa vez, “Marx e Engels partiram de Hegel. Eu parti de Darwin.”¹⁰¹ Esta frase expressa também como a dialética sempre foi algo abstruso e secundário em sua obra.¹⁰² Ou ainda, como diz Steinberg, “nos anos 1880, o *Die Neue Zeit* [jornal cujo editor era Kautsky] sofreu mais a influência das ciências naturais e do darwinismo do que da teoria marxista.”¹⁰³ Dessa forma, segundo Salvadori, “Kautsky não chegou a Marx superando o darwinismo, mas integrando-o no marxismo.”¹⁰⁴

Por conseguinte, Kautsky compreendia a revolução como uma necessidade histórica, ou ainda, como um fenômeno tão inevitável e certo quanto os desenvolvimentos da natureza. Esta compreensão não derivava da expectativa de um “colapso geral” do capitalismo em sentido estritamente econômico, mas da força do próprio proletariado. Em outras palavras, Kautsky acreditava que o capitalismo conduzia a conflitos de classes cada vez mais acirrados e que necessariamente o proletariado haveria de superar as forças da burguesia e ser capaz de realizar a revolução socialista.¹⁰⁵ Ou seja, o “colapso” do capitalismo ocorreria em função de fatores sociais e políticos, ainda que estes fossem condicionados por variáveis da economia capitalista.¹⁰⁶ E a certeza na vitória do proletariado devia-se ao fato de que, para Kautsky, a burguesia é o elemento “supérfluo” da sociedade, enquanto o proletariado é historicamente necessário. Pois os capitalistas só existem enquanto tais pela exploração do proletariado, isto é, dependem dele. Já o proletariado não depende da burguesia uma vez que pretende justamente superar sua condição de classe dominada, sendo capaz, dessa forma, de eliminar a ela e às classes em geral.¹⁰⁷

Segundo Karl Korsch, Kautsky e os “kautskistas” contribuíram para produzir grandes avanços à consciência do proletariado por meio da

¹⁰¹ KAUTSKY *apud* MUSSE, 1998, p. 40

¹⁰² SALVADORI, Massimo (1982) “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, pp. 304-305

¹⁰³ STEINBERG, Hans-Josef. (1982) “O partido e a formação da ortodoxia marxista” em: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do marxismo*, São Paulo: Paz e Terra, vol. 2, p. 213

¹⁰⁴ SALVADORI, Massimo (1982) “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p. 305

¹⁰⁵ WALDENBERG, Marek (1982) “A estratégia política da socialdemocracia alemã” em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p. 277

¹⁰⁶ SALVADORI, Massimo (1982) “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p. 318

¹⁰⁷ *Ibid.* p. 322

divulgação do marxismo, mas, ao mesmo tempo, empobreceram tal teoria criando “um marxismo vulgar, grosseiramente mecanicista, evolucionista, distanciado da filosofia, mera explicação da necessidade das leis do desenvolvimento histórico, frequentemente traduzido em termos de cientificismo positivista.”

O otimismo característico de Kautsky não era restrito à sua própria obra, mas era generalizado no marxismo da Segunda Internacional, sobretudo na década de 1880: acreditava na marcha inexorável do proletariado para frente e na inescapável crise final do capitalismo. Esta noção estava apoiada em uma certa leitura da teoria das crises de Marx, a “teoria do colapso” [*Zusammenbruchstheorie*], que, na definição de Lucio Colletti, “é uma teoria que busca demonstrar *cientificamente* as razões pelas quais o sistema [capitalista] está inelutavelmente – vale dizer, por *causas* bem determinadas e certas – destinado a terminar (...)”¹⁰⁸ Mas há, afinal, uma “teoria do colapso” na obra de Marx?

De acordo com Colletti, Marx não concebia “capital” ou “capitalismo” como *coisas*, mas como *relações sociais*.¹⁰⁹ Pois trata-se, tomando apenas os seus aspectos mais fundamentais, de um sistema econômico-social em que a classe social que detém a propriedade privada dos meios de produção obtém mais-valia por meio da compra e consumo da mercadoria força de trabalho.¹¹⁰ A afirmação de que o capital é uma relação social, e não uma coisa, não é trivial. Ela se contrapõe à concepção do pensamento econômico liberal clássico. Colletti toma como exemplo Böhm-Bawerk, que, em *Teoria Positiva do Capital* [1889], define “capital” como “um conjunto de produtos que servem como meios para a aquisição de bens.”¹¹¹ Desta divergência resulta outra. Quando se compreende capital como coisa, ele é concebido como substância a-histórica presente desde o início dos tempos e, portanto, não se tem em mente o seu fim. Pois, de acordo com esta concepção, o capital é o único meio adequado para satisfazer as necessidades materiais dos seres humanos. Neste aspecto, a diferença entre a sociedade primitiva e

¹⁰⁸ COLLETTI, Lucio. (1978) *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, p. 35

¹⁰⁹ Ibid. p. 13

¹¹⁰ (MARX, 2013) [1867]

¹¹¹ “BÖHM-BAWERK, Eugen. (1986) *Teoria Positiva do Capital*, São Paulo: Abril Cultural, p. 14

a moderna seria meramente de escala. Não por acaso, tanto na referida obra de Böhm-Bawerk quanto para tantos outros economistas liberais, o ponto de partida é a figura do *Robinson Crusoe* – o indivíduo não socializado e a-histórico cujo comportamento instintivo pode ser encarado como referência para o entendimento de uma economia capitalista moderna. Por outro lado, quando se compreende o capital como relação social, ele é concebido como sendo ao mesmo tempo *histórico*. Ou seja, como resultado de condições históricas determinadas e, assim, sujeito a transformações (e mesmo colapso total) no futuro. Se no liberalismo clássico o fim do capitalismo equivaleria ao congelamento do Sol, no marxismo pode significar a passagem a uma nova forma de organização social.¹¹² É por esta razão que pôde surgir no âmbito do marxismo a discussão sobre o colapso do capitalismo: se, e em que condições, a reprodução ampliada do valor (o próprio capital) tornar-se-ia impossível em função de limites internos ou externos ao próprio sistema, gerando como resultado o seu colapso e consequências sociais correspondentes a isso, tais como guerras, revoluções e crises econômicas.

Entretanto, destaca novamente Colletti, ao mesmo tempo em que Marx apresentava em suas obras as tendências à crise do sistema, demonstrava também porque, apesar de suas contradições internas, ele mantinha-se vivo. No Livro I d' *O Capital* (2013), a teoria do valor revela e pressupõe o equilíbrio da economia de mercado (as mercadorias são trocadas por seus equivalentes em valor). Entretanto, até o Livro III (2017) [1894], Marx demonstrará que a anarquia da produção capitalista leva a uma queda nas taxas de lucro, pois o capital contém em si a inescapável contradição de sempre procurar diminuir sua dependência em relação ao seu oposto – o trabalho – ao mesmo tempo em que se define enquanto capital apenas por meio da compra e consumo da mercadoria força de trabalho. No entanto, se no capítulo 13 do Livro III Marx enuncia a “lei geral” da queda da taxa de lucro, no capítulo seguinte apresenta as “causas contra-arrestantes” pois

Se considerarmos o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (...) e se levamos em conta sobretudo a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria em sentido estrito, entra no processo

¹¹² COLLETTI, Lucio. (1978) *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, pp. 13-22

social de produção em seu conjunto, vemos que a dificuldade que se apresenta não é a mesma na qual os economistas tropeçam até hoje, isto é, a de explicar a queda da taxa de lucro, mas a dificuldade inversa, a saber: a de explicar o por que essa queda não é maior nem mais rápida. É preciso que aí atuem influências contra-arrestantes, que interfiram na ação da lei e a anulem, dando a ela apenas o caráter de tendência, razão pela qual também caracterizamos a queda da taxa geral de lucro como *tendencial*.¹¹³

Portanto, conclui Colletti, se de fato Marx vislumbrava o colapso do capitalismo por conta de suas próprias contradições internas (como um motor que se desgasta e tende a parar em função de seu próprio funcionamento), e daí a razão pela qual chamou a queda das taxas de lucro de “lei”, essa mesma lei só possui validade se considerada a longo prazo, tomando o sistema de conjunto, e ponderada pelas causas contra-arrestantes.^{114 115}

Já em *O Manifesto Comunista* (1998) [1848], Marx apresenta o colapso como consequência das lutas de classes. Como resultado de uma investigação histórica, o autor argumenta que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.” Portanto, a dinâmica da história é marcada pelo conflito entre grupos econômicos e sociais antagônicos cujo desenlace redundou sempre na “transformação revolucionária da sociedade inteira” ou na “destruição das duas classes em conflito.”¹¹⁶ No caso do capitalismo, a burguesia teria criado as condições objetivas de sua própria destruição por meio das crises cíclicas de superprodução e da pauperização crescente do proletariado: “A sociedade não pode mais existir sob [a dominação da burguesia], o que quer dizer que a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade.”¹¹⁷ Ao mesmo tempo, a cooperação forçada, a simplificação das lutas de classes pela retirada dos véus que obscureciam as antigas formas de dominação, e o crescente antagonismo econômico faziam crescer em número, consciência e organização a classe revolucionária, ou seja, o proletariado: “A burguesia

¹¹³ MARX, Karl. (2017) *O capital: crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo, Livro III, p. 273 (grifo meu)

¹¹⁴ COLLETTI, Lucio. (1978) *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, p. 36

¹¹⁵ ARRIGHI, Giovanni. “Século Marxista, século americano” em: _____. *A ilusão do desenvolvimento*, (1998) Petrópolis: Editora Vozes, p. 297

¹¹⁶ ENGELS, F. & MARX, K. (2008) *O Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, p. 40

¹¹⁷ Ibid. p. 50

produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.”¹¹⁸

À primeira vista, estas afirmações podem parecer deterministas. Entretanto, deve-se sublinhar que o colapso que se vislumbra no *Manifesto* está condicionado à ação política consciente do proletariado. Como dito logo na introdução do texto, a luta de classes pode ter como resultado a destruição de ambas as classes em luta. Ou seja, a vitória final do proletariado é a única possível fora o aniquilamento – trata-se de inevitabilidade como necessidade. O próprio contexto e motivação do texto revelam isso: trata-se de um manifesto encomendado pela Liga Comunista em 1847 (entregue apenas em fevereiro de 1848) com o objetivo de mobilizar o proletariado para a revolução que se desdobraria em março de 1848 – “Proletários de todos os países, uni-vos!”¹¹⁹. Portanto, o colapso não pode ser interpretado aqui como um dado que fatalmente ocorrerá em função das leis da história ou do processo de produção capitalista, ou como um dado objetivo pelo qual deve-se esperar passivamente, mas como resultado da ação subjetiva e consciente do proletariado que se quer motivar.

Já a leitura feita pelo marxismo da Segunda Internacional do *Manifesto* pode ser sintetizada da seguinte forma. A luta de classes é o motor da história. Ela surge a partir da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. A revolução seria a precipitação desta contradição. Nota-se que esta interpretação acaba por dissolver a luta de classes no desenvolvimento das forças produtivas. O conflito – em última instância, a política – seria determinado pelo desenvolvimento histórico. A história, no entanto, é cheia de contingências que não podem ser associadas diretamente ao longo processo de desenvolvimento. Dessa forma, como Marx deixou claro em *O 18 Brumário* e em *As Lutas de Classes na França*, e como Engels posteriormente corroborou em seus prefácios, lutas de classes e desenvolvimento das forças produtivas estão articulados, mas não de forma imediata uma vez que possuem temporalidades distintas e que a base material da sociedade sofre distorções até chegar ao plano das ideias e ações políticas. Ao fazer aquela

¹¹⁸ Ibid. p. 51

¹¹⁹ Ibid. p. 69

leitura, a II Internacional compreendeu a revolução como consequência necessária do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Porém, como afirma Colletti¹²⁰, Marx nunca foi um determinista, mas procurou observar como objetividade e subjetividade articulam-se dialeticamente. Isto aparece de forma bastante clara na célebre introdução de sua obra escrita após o encerramento do período revolucionário aberto nos tempos d' *O Manifesto*, *O 18 brumário*:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.¹²¹

Assim, com relação às crises, afirma Colletti:

(...) as tendências objetivas como a queda da taxa de lucro têm sentido quando aparecem como condições e premissas reais das lutas de classes, ou seja, do choque a nível subjetivo. Por si só, não podem ter valor resolutivo. A ilusão de que possuem tal valor gera as diversas “teorias do colapso”. Por outro lado, se as verdadeiras contradições do capitalismo são sempre contradições de classe, também é certo que o desenlace do choque não pode ser prefigurado antecipadamente.¹²²

Mas de que modo essa interpretação determinista feita pelo marxismo da II Internacional contribuiu para o surgimento do reformismo? Ora, se o socialismo virá do desenvolvimento natural das forças produtivas, o ativismo torna-se supérfluo. Se uma teoria política que não leva em conta as condições objetivas redundava em um voluntarismo tolo, uma visão determinista leva à passividade. Nesta perspectiva, a revolução socialista não deveria ser arrancada à fogo, mas esperada pacientemente para o momento da crise final (que nunca chega...). Nesse sentido, afirma Steinberg:

A interpretação evolucionista das afirmações de Marx levou a que se pensasse que o determinismo econômico era um elemento verdadeiramente importante da doutrina marxista, o que teve como resultado uma quebra da síntese entre relações econômicas e ativismo político revolucionário.¹²³

Consoante, Lukács afirmou que o prestígio de Darwin e do evolucionismo entre a II Internacional levou a uma distinção a-dialética entre teoria e prática, e, por conseguinte, ao imobilismo e reformismo de sua

¹²⁰ COLLETTI, Lucio. (1978) *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, p. 38

¹²¹ MARX, Karl, (2011) [1852] *O 18 brumário*. São Paulo: Boitempo, p. 25

¹²² COLLETTI, Lucio. (1978) *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, p. 39

¹²³ STEINBERG, Hans-Josef (1979) “O Partido e a Formação da Ortodoxia Marxista” em: HOBBSAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, p. 209

prática.¹²⁴ Da mesma forma, Droz questiona: “Se o capitalismo se dirige inevitavelmente para a sua queda, por que é que o proletariado não se contenta com esperar confiadamente pelo momento em que terá que receber a herança da burguesia?”¹²⁵

Se o determinismo da teoria levou ao quietismo da política, a mesma relação pode ser observada em Kautsky. De acordo com o autor, a revolução é um dado objetivo. Dessa forma, não caberia ao partido realiza-la, mas apenas participar dela quando ocorresse. Nesse sentido, afirmou em 1881: “Nossa tarefa não é a de organizar a revolução, mas de nos organizarmos para a revolução; não a de fazer a revolução, mas de nos utilizarmos dela.”¹²⁶ Da mesma forma, afirmou em 1893:

Saibamos que os nossos objetivos só podem ser alcançados pela revolução; mas também sabemos que não está em nosso poder o fazer essa revolução, nem no dos nossos adversários o de impedi-la. Por isso, não nos preocupamos com prepara-la, nem com encaminhá-la. E, como a revolução não pode ser feita através de métodos violentos, é-nos impossível dizer quando, sob que forma e em que circunstâncias ela se manifestará.¹²⁷

Como é possível notar nesta última declaração, Kautsky opunha-se ao uso da violência no curso do processo em direção à revolução. A violência só seria justificada se usada defensivamente, no momento crítico da revolução. Pois sendo a revolução uma necessidade histórica, não caberia tentar forçar a sua precipitação.¹²⁸

Waldenberg corrobora que o fatalismo de Kautsky quebrou a “síntese marxiana do determinismo econômico e do ativismo político”. Entretanto, o autor ressalva que “o fato de que o socialismo fosse julgado por Kautsky como uma necessidade histórica – ou seja, inevitável – não significa que ele acreditasse possível realizar tal necessidade independentemente da consciência e do empenho dos homens.” Dessa forma, o autor contribui para a conclusão de que, se Kautsky via a si próprio como um revolucionário, o quietismo é algo que pode ser atribuído a sua teoria como consequência de

¹²⁴ LUKÁCS *apud* JONES, G. Stedman (1979) “Retrato de Engels” em: *Ibid.*, p. 379

¹²⁵ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, vol. 4 – “Os Partidos Socialistas Europeus”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 68

¹²⁶ KAUTSKY *apud* STEINBERG, Hans-Josef (1979) “O Partido e a Formação da Ortodoxia Marxista” em: *Ibid.* p. 210

¹²⁷ KAUTSKY *apud* DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, Vol. 1 – “As utopias socialistas até a Revolução Industrial”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 68

¹²⁸ SALVADORI, Massimo (1982) “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” em: HOBBSAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, pp. 314-315

seus próprios pressupostos, mas não foi defendido abertamente por ele – ao menos não conscientemente. Nesse sentido,

A constatação de que “a revolução não é algo que possa ser feito” significa, sobretudo, que a revolução não pode ser realizada num momento estabelecido por determinadas forças políticas ou por um indivíduo, mas deve ser realizada no momento justo, quando estejam maduras as condições indispensáveis.¹²⁹

Ocorre, entretanto, como se verá a seguir, que raramente as “condições indispensáveis” estiveram “maduras” para Kautsky.

Finalmente, voltando à análise do marxismo da II Internacional em geral, se a teoria da crise de Marx não é interpretada como um diagnóstico de longo prazo do capitalismo, mas como conceito empírico bem determinado, uma simples análise de conjuntura que refute o amadurecimento do colapso no médio prazo é suficiente para “invalidá-la” por completo. De acordo com Steinberg, a recuperação econômica ocorrida após 1896 solapou a expectativa pelo colapso, colocando em crise a teoria predominante na II Internacional.¹³⁰ Dessa forma, quando chegou a prosperidade econômica, o fatalismo dos marxistas da II Internacional foi substituído, da crise econômica, para o progressivo sucesso eleitoral da socialdemocracia.¹³¹

Portanto, o marxismo da II Internacional e do SPD, ao mesmo tempo em que representou o apogeu do marxismo ao elevá-lo ao status de estratégia hegemônica do movimento operário internacional, distanciou-se das teses de seus fundadores. Aquela tendência em concentrar-se nas tarefas práticas em detrimento dos objetivos de longo prazo, que já estava presente nos programas de Gotha e Erfurt e sentiu-se autorizada na versão editada da “Introdução de 1895”, encontrou-se com o positivismo evolucionista e com a interpretação da economia política de Marx como “teoria do colapso” [*Zusammenbruchstheorie*] (ou seja, baseada de determinismo econômico), formando, do *ponto de vista teórico*, o reformismo.

¹²⁹ WALDENBERG, Marek (1982) “A estratégia política da socialdemocracia alemã” em: Ibid. p. 228

¹³⁰ STEINBERG, Hans-Josef (1979) “O Partido e a Formação da Ortodoxia Marxista” em: Ibid. p. 213

¹³¹ Ibid. p. 218

Capítulo 3 - A burocratização e a ascensão do reformismo no SPD:

O Programa de Erfurt realizou a conciliação entre a ala mais radical e a mais conservadora do SPD¹³². Aos mais conservadores, a promessa da revolução aparecia como uma interessante motivação na busca por reformas. Aos radicais, as reformas apareciam como tarefas importantes para fortalecer o proletariado rumo à tomada do poder. Esta síntese tinha como base objetiva a situação contraditória do proletariado naquele momento: ao mesmo tempo em que estavam em um status inferior, eram sensivelmente afetados pelos avanços do desenvolvimento capitalista. Com efeito, quando estas bases objetivas foram modificadas, a síntese de Erfurt não foi mais possível – reformistas e revolucionários foram se distanciando progressivamente até a ruptura completa em 1917.¹³³

Até 1914, a postura do SPD no *Reichstag* foi de “pura oposição”, utilizando-o mais como plataforma de agitação do que como órgão legislativo dada as próprias limitações que haviam nesta instituição à atividade parlamentar, como a impossibilidade de propor ou aprovar leis sem o consentimento do *Bundesrat*. No entanto, em alguns *Landtags* e conselhos municipais a possibilidade de efetiva atuação legislativa era maior. Por essa razão, a tática de “pura oposição” era seguida com menor rigor pelos parlamentares do SPD da Saxônia, Baviera, Baden e Hesse, onde frequentemente faziam alianças com partidos burgueses ou apoiavam medidas do governo para, em troca, aprovar reformas.¹³⁴ À exceção de Hesse, todas essas regiões localizam-se no sul da Alemanha, onde não havia um operariado forte, os trabalhadores estavam mais dispersos, a fronteira entre as classes era menos nítida e a Socialdemocracia via-se na necessidade de fazer apelos ao campesinato e aos pequenos proprietários. Dessa forma, os líderes partidários dessa região tentavam atenuar os aspectos revolucionários do programa do partido. Georg Von Vollmar, o líder

¹³² Quando se trata das tendências internas do SPD, os termos “direita”, “conservador” ou “esquerda” e “radical” são evidentemente relativos ao outro polo interno do partido, já que todos eram socialistas, apesar das divergências entre si.

¹³³ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, pp. 1-6

¹³⁴ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, vol. 4 – “Os Partidos Socialistas Europeus”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 53

mais importante da região, defendeu, em 1894, a votação favorável ao orçamento do estado da Bavária, em função de alguns ganhos parciais que ele oferecia aos trabalhadores e camponeses. A decisão contrariou a política de “pura oposição” e despertou a fúria da direção do partido. Apesar da condenação formal, as regiões supracitadas continuaram a ser um dos berços do reformismo.¹³⁵

A posição de Von Vollmar não era baseada em puro oportunismo – ou, pelo menos, este é um julgamento que só pode ser feito se se considera as suas declarações como pura fraseologia. Von Vollmar defendeu, no Congresso de Erfurt, uma estratégia gradualista contra a estratégia revolucionária, lançando algumas bases da teoria que posteriormente seria desenvolvida por Bernstein. A partir do estabelecimento de objetivos práticos no Programa de Erfurt, Von Vollmar conclui que é necessário considerar como “premissa natural”

um melhoramento das condições do povo no atual ordenamento social e estatal. Em caso contrário, com efeito, teriam razão os que definem nossa atividade, voltada para tais objetivos, como uma inútil ficção e uma perda de tempo. A essa possibilidade, que está na base de toda a nossa tática e de nossa inteira concepção do crescimento gradual da nova sociedade no interior da velha, contrapõe-se diametralmente o hábito de voltar periodicamente a formular explicações extemporâneas, que apresentam como inteiramente inútil o trabalho no sentido de objetivos imediatos.¹³⁶

No mesmo sentido, Von Vollmar também declarou na mesma ocasião:

Os homens sérios creem que uma ordem de coisas ligada ao passado por mil fios não pode, de uma só vez, dar lugar a uma ordem nova, pois toda a evolução se produz gradualmente... Se desejássemos ser uma seita religiosa ou uma escola científica, certamente que não teríamos de nos preocupar com a realidade desagradável. Poderíamos tranquilamente construir castelos na Espanha. Mas um partido que trabalha integrado na realidade não pode fazer isso.¹³⁷

O Congresso de Erfurt rejeitou as declarações de Von Vollmar e seu objetivo de mudar a estratégia do partido. Em resposta a ele, Bebel propôs resolução, aprovada por unanimidade, que dizia: “a conquista do poder

¹³⁵ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, pp. 7-10

¹³⁶ VON VOLLMAR *apud* FETSCHER, Iring (1982) “Bernstein e o desafio à ortodoxia” em: HOBBSAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p. 264

¹³⁷ VON VOLLMAR *apud* DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, vol. 4 – “Os Partidos Socialistas Europeus”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 42

político é o objetivo principal que qualquer movimento proletário consciente dos antagonismos de classe deve perseguir.”¹³⁸

Os sindicatos foram a outra base social fundamental para o reformismo. A ação dessas organizações tende a voltar-se mais para o curto prazo - para ganhos imediatos e parciais no interior da ordem capitalista – do que para projetos de longo prazo de transformação da sociedade. Por essa razão, os radicais defendiam que o partido deveria liderar os sindicatos. Já os reformistas, defendiam a autonomia destes últimos. Como explica Schorske:

Os sindicatos forneceram o que o partido não podia oferecer diretamente: uma medida de segurança econômica no aqui e agora. Benefícios tangíveis atraíam mais a atenção imediata dos trabalhadores do que as ideias mais elevadas de socialismo, especialmente após o fim da perseguição mais evidente de Bismarck. Graças ao vigor do desenvolvimento capitalista, e à habilidade dos sindicatos em explorar as possibilidades que ele oferece, o sindicalismo adquiriu um ímpeto e uma razão de ser própria.¹³⁹

Entre 1895 e 1906, os sindicatos concentraram sua energia no que chamavam de “trabalho positivo” e “pequenas tarefas práticas”. Seu aparato burocrático, finanças e serviços prestados cresceram enormemente neste período, superando o partido como principal instituição de confiança dos trabalhadores. Os seguintes números revelam esse crescimento. Em 1890, 300 mil trabalhadores alemães estavam filiados a sindicatos. Em 1900, esse número subiu para 680 mil. Em 1913, eram 2,5 milhões, superando o número de filiados ao SPD.¹⁴⁰ Dessa forma, novamente de acordo com Schorske,

os Sindicatos Livres tornaram-se grandes e ricas organizações, oferecendo serviços no campo da seguridade social que o Estado não tinha a intenção de oferecer. Inevitavelmente, o interesse dos sindicatos e seus membros tornou-se mais e mais identificado com o sistema econômico existente.¹⁴¹

Já para Adam Przeworski, em *Capitalismo e Socialdemocracia*, a causa fundamental para a moderação do SPD - e da socialdemocracia em geral - foi a decisão de participar das eleições. Segundo o autor, isto ocorreu desde o Congresso de Erfurt, mas acentuou-se depois de 1919 (quando o SPD pôde governar a Alemanha) e, principalmente, no pós-guerra.

¹³⁸ Ibid. pp. 42-43

¹³⁹ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, p. 13 (tradução livre)

¹⁴⁰ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, vol. 4 – “Os Partidos Socialistas Europeus”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 65

¹⁴¹ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks. p. 14 (tradução livre)

De acordo com Przeworski, a decisão de participar das eleições afetou a relação da socialdemocracia com os operários enquanto classe. A identidade de classe não é uma realidade na consciência dos indivíduos apenas pela existência objetiva dessas mesmas classes. É preciso que a concepção de uma sociedade fragmentada seja suficientemente reconhecida pelos indivíduos – o que é feito principalmente por meio dos próprios partidos socialistas - para que influencie seu comportamento político, de modo que nem sempre os partidos serão mero reflexo da estrutura de classe. No sistema capitalista, as visões de sociedade de classe (particularista) e universalista se constituem como concepções ideológicas concorrentes entre os partidos. Os partidos burgueses tendem a adotar concepções universalistas (clamam a todos os cidadãos) ao passo que os partidos operários tendem a apresentar demandas particularistas (dizem defender os interesses específicos da classe trabalhadora). Mas isso não significa que os operários nunca apresentem demandas universalistas. Na verdade, ao afirmar isso, o autor pretende demonstrar que: “a classe é importante em uma sociedade se, quando e apenas na medida em que for importante para alguns partidos políticos, que organizam os operários como classe.”¹⁴²

É precisamente aí que se encontra o problema para a socialdemocracia. O autor relembra que quando os partidos socialistas passaram a entrar na disputa eleitoral, disseminou-se a ideia de que, pela própria tendência do capitalismo, os operários logo se constituiriam como maioria numérica – o que está expresso no “Prefácio de 1895” de Engels e posteriormente seria repetido por Kautsky diversas vezes ao longo da década de 1900. Se assim fosse, um partido que reforçasse a concepção de uma sociedade dividida em classes e que dirigisse seu programa diretamente para os operários poderia vencer as eleições. Em outras palavras, a concepção particularista da esquerda socialista seria eficaz eleitoralmente pois atingiria justamente a maior parte da sociedade. Dessa forma, acreditavam que a classe dominante poderia ser derrotada em seu próprio jogo. Entretanto, o que se comprovou ao longo da história foi que os operários não viriam jamais

¹⁴² PRZEWORSKI, Adam (1991) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 122-125

a formar a maioria do eleitorado em lugar algum ¹⁴³, desde que considerada a seguinte ressalva:

Evidentemente, a validade dessa afirmação depende da definição de operariado que se adota. Definimos como operários, de modo estrito, os assalariados que executam trabalho manual na mineração, manufatura, construção civil, transporte e agricultura, bem como as pessoas aposentadas que exerceram essas ocupações e os membros adultos inativos residentes nos domicílios desses trabalhadores.¹⁴⁴

Dessa forma, sendo o operariado minoria da população, o partido deveria necessariamente apelar a outras classes para ganhar as eleições. Entretanto, ao fazê-lo, o partido enfraquece seu próprio discurso particularista, voltado para classe, e corrobora a ideologia universalista apelando aos “cidadãos” em geral:

Assim, dada a condição de minoria dos operários dentro da estrutura de classes das sociedades capitalistas, a decisão de participar em eleições altera a própria lógica do problema da transformação revolucionária. O sistema democrático pregou uma peça perversa às intenções dos socialistas: a emancipação da classe operária não poderia ser tarefa dos próprios operários se tivesse de ser alcançada por intermédio das eleições. Restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao socialismo procurando apoio eleitoral fora do operariado.¹⁴⁵

Portanto, para ganhar as eleições, os partidos de esquerda teriam de adaptar seu programa de modo a atingir setores do eleitorado para além dos operários. Mas aqui encontra-se outro problema. Ao fazer isso, esses partidos atingem com menos força o operariado. Para que votem como operários pertencentes a uma classe e não como meros indivíduos, é preciso que o partido possa ser identificável como um partido de sua classe. Quando este apela a ideologias universalistas, outros fatores de identidade que não a classe (como religião, língua, etnia) entram em jogo na determinação do voto do operário. Assim, a esquerda passa a disputar os votos de outras classes mas sem que possa atingir qualquer uma delas com eficácia, o que torna quase impossível a formação de uma maioria necessária para se ganhar as eleições. Nas palavras de Przeworski:

Quando os socialistas buscam o apoio de outras pessoas, debilitam as próprias fontes de sua força entre os operários. Para obterem êxito nas eleições, não podem manter a pureza de classe, porém jamais podem deixar totalmente de ser um partido do operariado. O sucesso parece inatingível dos dois modos.¹⁴⁶

¹⁴³ Ibid. p. 127

¹⁴⁴ Ibid. pp. 127-128

¹⁴⁵ Ibid. p. 39

¹⁴⁶ Ibid. p. 129

Portanto, de acordo com Przeworski, as eleições não aproximaram os socialistas de seu objetivo revolucionário. Isso ocorreu, pois, se assumirmos o pressuposto de que as classes sociais possuem interesses particulares conflitantes (ou mesmo antagônicos), os partidos não podem receber o apoio de uma classe sem que exclua o apoio de outra. Assim, para ganhar eleições, os partidos devem representar os interesses de uma sociedade heterogênea. A necessidade de se fazer maioria faz com que os partidos adotem um programa mais voltado ao consenso e à estabilidade que voltado a uma classe inferior que se oponha à classe dominante.¹⁴⁷ Mais ainda, não sendo majoritária, a socialdemocracia deveria estabelecer compromissos com outros partidos para poder governar, como o SPD de fato fez a partir de 1919.¹⁴⁸

A acomodação ao regime promovido pelas eleições não ocorreu imediatamente, mas foi um processo que levou décadas até amadurecer no pós-guerra. Entretanto, Przeworski aponta que ele teve início “tão logo [os partidos socialistas] decidiram competir por votos” e tiveram, para isso, que recorrer a votos para além do operariado. No caso do SPD, isso ocorreu no Congresso de Erfurt (1891), em cujo programa orientava-se o partido a buscar “aliados” em outras classes.¹⁴⁹

Entre 1896 e 1898, Eduard Bernstein inicia sua revisão do marxismo em uma série de artigos publicados no *Die Neue Zeit* que posteriormente foram organizados no livro *Problemas do Socialismo*. Em 1899, a convite da direção do SPD, sintetiza suas posições em *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da socialdemocracia*. Suas teses – que, como se verá adiante, realizaram a síntese teórica do reformismo - foram rejeitadas pela maioria do partido. Entretanto, pode-se observar já a partir do exposto até aqui, e como o próprio autor reconhece, que suas teses refletiam a prática que começava a se disseminar no SPD. Nesse mesmo sentido, anos antes, em 1890, Lujó Brentano observou que a prática dos membros do SPD era muito mais possibilista e gradualista do que o programa oficial do partido sugeria – o que era de seu agrado:

¹⁴⁷ Ibid. p. 155

¹⁴⁸ Ibid. pp. 37-39

¹⁴⁹ Ibid. p. 126

Um partido que, com os meios que adota, garante ater-se exclusivamente aos fundamentos da ordem existente é um partido reformista; e cessou de fato de ser revolucionário. Ou, então, não sabe e não quer saber o que faz e o que diz. É evidente que eu saúdo com alegria a modificação assim produzida.¹⁵⁰

Além da pressão exercida pelos interesses eleitorais, parlamentares e sindicais, a burocratização é outro fator frequentemente apontado como causa do surgimento do reformismo no SPD. À medida que a base social do partido e dos sindicatos crescia, aumentava também a necessidade de contratação de funcionários e mão de obra especializada. Entre 1900 e 1914, triplicou-se a proporção de funcionários em relação a filiados não remunerados no SPD. No Congresso de Jena de 1911, apenas 10% dos presentes eram trabalhadores e todo o resto eram funcionários do partido. Muitos desses empregados exerciam funções exclusivamente “técnicas”, distantes de qualquer formulação política. Sua preocupação voltava-se muito mais para uma colocação na burocracia do que para os fins últimos do partido. Dessa forma, constituíam uma base social para o reformismo pois almejavam acima de tudo a manutenção ou expansão do aparato e rejeitavam qualquer iniciativa radical que o colocasse em risco.¹⁵¹

De acordo com a obra clássica de Michels sobre a burocratização do SPD, *Sociologia dos Partidos Políticos*, conforme a organização se expande e demanda mais quadros profissionalizados, o papel político das massas perde relevância no seio do partido. Os militantes e apoiadores não remunerados tornam-se quase irrelevantes diante dos profissionais. Dessa forma, o vínculo desses membros com o partido deixa de ser dado apenas em função de razões idealistas mas em função também (ou apenas) do salário. Além disso, a dependência econômica dessas pessoas com o partido restringe sua capacidade de crítica a seus líderes.¹⁵² Na verdade, por ser um sistema centralizador, a burocracia justifica seu caráter autoritário pela necessidade de emissão de ordens precisas e rápidas com certa unidade

¹⁵⁰ BRENTANO *apud* FETSCHER, Iring (1982) “Bernstein e o desafio à ortodoxia” em: HOBBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p. 270

¹⁵¹ GUSTAFSSON, Bo. (1975) *Marxismo y revisionismo. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona, Grijalbo, pp. 30-32

¹⁵² MICHELS, Robert. (1982) *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 72-81

administrativa.¹⁵³ Assim, o SPD passa a ser conduzido por uma elite pragmática e autoritária que visa antes a manutenção do aparato burocrático do que a obtenção de objetivos ideológicos - as “metas finais”. Dessa forma, afirma Michels:

Na época do que chamavam “o socialismo dos emigrantes”, os socialistas tinham todo o tempo para dedicar-se a uma política elevada de princípios, inspirada pelo internacionalismo clássico. O tipo de vida que levaram esses primeiros socialistas, as longas e ardentes trocas de ideias, durante os intermináveis lazes, em volta da chaleira russa assobiante, o contato contínuo com homens de diversas origens, a impossibilidade de desdobrar a menor atividade “prática”, - todas essas condições lhes impunham a concepção de um socialismo eminentemente idealista e internacionalista.

Mas quanto mais se entreabriam para eles as portas de seus países, primeiro para uma propaganda pura e simples, em seguida para um trabalho positivo e construtivo, mais as exigências efêmeras da vida cotidiana do partido tiravam dos cérebros socialistas vantagens sobre os princípios imortais. O que seu ângulo visual ganhava em precisão, ele perdia em amplitude e tamanho.

Atualmente, o secretário de cada sindicato procura alistar em sua organização o maior número possível de partidários, aprofundar as sutilezas casuísticas dos seguros contra acidentes e invalidez, familiarizar-se com as questões específicas da inspeção do trabalho nas fábricas e da jurisdição das juntas de conciliação, com o sistema de cartões de ponto utilizados nos armazéns cooperativos e com o controle do consumo de gás na administração municipal.

Mas, à medida que os dirigentes dos sindicatos se especializam nessas questões práticas, eles deixam de ter uma visão de conjunto sobre o movimento operário, senão na sua atualidade, pelo menos nas suas manifestações puramente sindicais. Quanto mais eles se dedicam ao estudo de questões técnicas, menos tempo, desejo e interesse lhes sobra para o estudo dos grandes problemas de filosofia da história, e, ao mesmo tempo, seu modo de julgar as questões internacionais torna-se cada vez mais errado.¹⁵⁴

Max Weber fez observações consoantes às de Michels a respeito da burocratização do SPD em “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída”, de 1918. De acordo com o autor, a gestão racional e impessoal da burocracia é a forma de organização típica da sociedade moderna¹⁵⁵. Ou seja, a burocratização é um fenômeno de época que ocorre nos partidos

¹⁵³ Ibid. p. 107

¹⁵⁴ Ibid. p. 105

¹⁵⁵ “É verdade que a burocracia não é decididamente a única forma moderna de organização, assim como a fábrica também decididamente não é a única forma de empresa comercial, mas ambos determinam o caráter da época atual e do futuro previsível.” WEBER, Max (1974) “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída” em: *Os Pensadores*, vol. 37, São Paulo: Abril Cultural, p. 29

políticos do mesmo modo que ocorre na economia e na administração pública.¹⁵⁶ Isso haveria necessariamente de ser assim na Alemanha, onde a burocratização desenvolveu-se com mais vigor, estando presente em quase todas as instituições.¹⁵⁷

Mais exatamente, a burocratização dos partidos ocorre a partir do sufrágio universal, que impõe a eles a necessidade de organização racional para a propaganda de massas:

(...) A moderna propaganda de massa torna o sucesso eleitoral dependente da racionalização da empresa do partido: o burocrata, a disciplina do partido, os fundos do partido, a imprensa do partido e a publicidade do partido. Os partidos são organizados com rigor sempre crescente.¹⁵⁸

A partir desta necessidade, formou-se no SPD um gigantesco aparato, o maior dentre todos os partidos da época. Porém, as eleições não eram o único objetivo da organização mantida pelo partido. O SPD mantinha escolas, universidades, clubes, sindicatos, vários jornais de diferentes perfis e periodicidades, constituindo uma espécie de “sociedade paralela” presente na vida do indivíduo de seu nascimento até a morte.¹⁵⁹ Este aparato aumenta a necessidade de disciplina organizacional e financiamento, e, dessa forma, a massa dos filiados ou apoiadores do partido perde qualquer possibilidade de participação ativa. O controle do partido passa, então, a uma elite burocrática estável. Dessa forma, afirma Weber:

As atividades dos membros são muito limitadas; geralmente não fazem mais que pagar contribuições, assinar o jornal do partido, comparecer com certa regularidade às assembleias onde oradores do partido se apresentam, e oferecer voluntariamente uma cota moderada de trabalho à época das eleições. Em troca, eles obtêm pelo menos participação formal na eleição do Executivo local do partido e dos administradores (*Vertravensmänner*) e, dependendo do tamanho da localidade, obtêm o direito de opinar direta ou indiretamente na seleção de representantes às convenções do partido. Por via de regra, entretanto, todos os candidatos são designados pelo núcleo composto de líderes permanente e burocratas; as mais das vezes estes candidatos são também recrutados de entre estes últimos, suplementados por alguns dignitários que são úteis e meritórios em virtude de seus nomes bem conhecidos, influência social pessoal ou sua presteza em fazer contribuições financeira. Assim, a participação da plebe é limitada à colaboração e votação durante as eleições, que ocorrem a intervalos relativamente longos, e à discussão de resoluções cujos efeitos são sempre controlados em grande escala pelos líderes. (...) O eleitor comum, que não

¹⁵⁶ Ibid. p. 24

¹⁵⁷ Ibid. p. 29

¹⁵⁸ Ibid. p. 73

¹⁵⁹ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, vol. 4 – “Os Partidos Socialistas Europeus”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 90

pertence a nenhuma organização e é cortejado pelos partidos, é completamente inativo; os partidos notam-no principalmente durante as eleições, de outra forma somente através de propaganda a ele dirigida.¹⁶⁰

Como consequência, as eleições teriam deixado de ser baseadas em ideias e *slogans* elaborados por ideólogos e discutidas em assembleias para serem conduzidas por funcionários do partido preocupados principalmente com o financiamento¹⁶¹. Dessa forma, SPD estaria se descaracterizando como partido regido por valores e uma visão de mundo (*Weltanschauungspartei*) para se tornar um partido pragmático, voltado principalmente para a manutenção de sua própria burocracia.¹⁶² Em termos programáticos, isso significaria o abrandamento de seu caráter revolucionário para a adoção de uma estratégia mais moderada de disputa pelo Estado. Desse modo, Weber também conclui que a inclusão do SPD ao regime, longe de significar um perigo para a burguesia, redundaria, ao contrário, na destruição de seu caráter revolucionário:

Alguém deve perguntar quem tem mais a temer com isso, a sociedade burguesa ou a socialdemocracia? Pessoalmente, acredito que esta última, isto é, aqueles seus elementos que são os portadores da ideologia revolucionária. (...) E se as contradições entre os interesses materiais dos políticos profissionais e a ideologia revolucionária puderem desenvolver-se livremente, [...] então pela primeira vez o partido terá sérios problemas internos. Então (...) seria visto que a socialdemocracia não está conquistando as cidades e o Estado, ao contrário, *é o Estado que está conquistando a socialdemocracia*.¹⁶³

Mas Schorske aponta a insuficiência das teses, como as de Weber e Michels, que imputam o crescimento do reformismo à burocratização. Na Europa Oriental também havia partidos com estrutura formada por profissionais assalariados que no entanto não se tornaram reformistas – ao contrário, foram os mais radicais do mundo.¹⁶⁴ Dessa forma, afirma o autor:

Os propósitos pelos quais - e as circunstâncias sob as quais - a burocracia [do SPD] foi construída eram forças muito mais fortes para o conservadorismo do que o mero fato de os funcionários serem assalariados. Ao contrário do corpo de profissionais de Lênin, o de Ebert [líder dos reformistas] foi construído principalmente para competir com outros partidos

¹⁶⁰ WEBER, Max (1974) "Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída" em: *Os Pensadores*, vol. 37, São Paulo: Abril Cultural, p. 74

¹⁶¹ Ibid. p. 75

¹⁶² Ibid. p. 27

¹⁶³ WEBER *apud* SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, pp. 117-118 (grifo meu, tradução livre)

¹⁶⁴ Ibid. p. 118

políticos, conseguir membros e eleitores, não destruir a ordem existente.¹⁶⁵

O aparato burocrático do SPD não possuía as enormes dimensões pelas quais ficou conhecido até 1905. Ele formou-se entre 1906 e 1909, quando a força dos revolucionários havia retrocedido e ao mesmo tempo os sindicatos aumentavam progressivamente sua influência. E como dito anteriormente, os sindicatos tinham essencialmente uma tendência reformista. Em todas as situações em que a direção do SPD cedeu à pressão dos sindicatos (como na polêmica sobre as greves de massas), prevaleceu a decisão mais conservadora.

Além disso, aos funcionários contratados era exigido que mantivessem neutralidade em relação a polêmicas. Isso contribuía para reforçar o caráter prático de suas tarefas, distanciadas de qualquer discussão política mais aprofundada. Além disso, “o que o funcionário do partido desejava acima de tudo era a paz e a unidade na organização”¹⁶⁶, de modo que se colocavam contra as críticas ou iniciativas de mudança. Uma vez que essa postura costumava partir da esquerda do partido, os funcionários aproximavam-se da direita.

Portanto, o caráter conservador dos burocratas do partido deveu-se ao fato deste aparato ter sido criado em um momento de ascensão do reformismo e voltado para a execução de tarefas práticas, distanciando das discussões políticas mais amplas. Vejamos agora de que modo essa ascensão do reformismo ocorreu.

O advento da Revolução Russa de 1905 abalou de forma drástica as estruturas do movimento socialista alemão. A experiência russa animou as esperanças dos revolucionários de que o enfrentamento de massas promovido pelos trabalhadores poderia obter êxito. O seu método de ação, a greve de massas, demonstrou que a ação organizada dos trabalhadores poderia superar a demanda econômica e resultar em conquistas políticas importantes. Mas se o exemplo russo acendeu os ânimos revolucionários, na mesma medida escancarou o caráter conservador dos sindicatos alemães. Pois a greve de massas poderia ter como consequência uma dura repressão patronal, o que geraria prejuízos enormes ao aparato sindical. Os sindicatos

¹⁶⁵ Ibid. p. 127

¹⁶⁶ Ibid. p. 127 (tradução livre)

se colocaram, então, de forma contrária às greves de massas. Portanto, o radicalismo dos anos pós-revolução deixaram claro a diferença entre, de um lado, os revolucionários do SPD, preocupados em manter em vista o objetivo final da tomada do poder e dispostos a se empenhar em greves de massas, e os sindicatos reformistas, de outro, indispostos a se arriscar e comprometidos com seu sucesso material por dentro da ordem vigente.

No Congresso de Jena, em setembro de 1905, o SPD aprova resolução escrita por Bebel que considera a utilização das greves de massas, “sob certas circunstâncias”, o meio mais eficaz para se resistir aos atentados contra os direitos políticos da classe trabalhadora, como as tentativas de restringir o sufrágio universal em alguns *Länder*. Apesar das ressalvas à greve de massas – que foi considerada uma tática defensiva a ser utilizada apenas “sob certas circunstâncias” - a resolução foi considerada uma vitória da ala revolucionária. Entretanto, meses depois, a situação em que hipoteticamente o partido defenderia greve de massas – iniciativas de restrição ao sufrágio universal nos *Länder* para prejudicar o SPD – de fato ocorreu.¹⁶⁷ Os sindicatos passaram então a pressionar a direção do partido para que não colocasse em prática a resolução de Jena. Bebel, presidente do SPD, se viu diante da ameaça de que o movimento operário alemão fosse dividido em dois. Assim, em uma conferência extraordinária convocada para Mannheim em setembro de 1906, foi aprovada resolução que considerava partido e sindicatos duas forças independentes cujas direções deveriam chegar a um comum acordo sobre as ações do movimento operário. Ainda que a direção do SPD tenha negado, na prática, a resolução de Mannheim anulava a decisão de Jena.¹⁶⁸ A consequência política dessa reviravolta extrapola a polêmica sobre a greve de massas em si. Até então, o SPD sempre considerou que os sindicatos, que atendem a demandas particularistas e imediatas, deveriam centralizar-se pelo programa do partido, que reflete os objetivos gerais da classe trabalhadora. Portanto, Schorske afirma que a resolução de 1906 foi uma espécie de “contrarrevolução” do SPD – após efêmera ofensiva dos revolucionários, os sindicatos demonstraram sua capacidade de conduzir o partido para o sentido

¹⁶⁷ Ibid. pp. 42-45

¹⁶⁸ Ibid. pp.48-49

reformista.¹⁶⁹

Neste íterim, Friedrich Ebert tornou-se secretário do partido. Nomeado no Congresso de Jena, mudou-se para Berlim em 1906 para dar início ao seu novo trabalho. Ebert era seleiro antes de tornar-se funcionário do partido. Nunca demonstrou grande interesse pela teoria revolucionária, mas chamou atenção por suas excepcionais capacidades organizativas. Sua última função antes de tornar-se secretário do partido foi aconselhar operários a respeito de seus direitos - ou seja, no interior da ordem legal - em Bremen. Dessa forma, Ebert não elaborou o conceito abstrato de classe trabalhadora (e, por conseguinte, seu programa histórico), mas ateve-se às necessidades urgentes dos trabalhadores individuais que conheceu e os meios eficazes de resolvê-los imediatamente. Paul Kampffmeyer descreveu-o como “aferrado à ordem existente”. Já Otto Landsberg afirmou que “ele nunca buscou seus objetivos além dos limites do atingível”. Em síntese, Ebert era a personificação da burocracia reformista em ascensão no SPD. Por esta razão, Schorske comparou-o a Stálin.¹⁷⁰

Em 1907, o SPD sofre sua primeira derrota eleitoral expressiva após anos de ascensão. Não faltariam acusações de que o fracasso ocorreu em função do crescente radicalismo da ala revolucionária nos anos anteriores. Além disso, a postura internacionalista dos revolucionários teria desagradado eleitores. Pois a tradição marxista afirma que as nacionalidades são ideologias burguesas, sendo o proletariado uma classe mundial. Em um momento em que o capitalismo consolidava sua fase imperialista e as relações diplomáticas tornavam-se mais conflituosas, a posição dos radicais contrários ao reforço bélico e ao imperialismo soou demasiado antinacionalista. Cada vez mais comprometidos com o Estado, os reformistas condenariam o descompromisso dos radicais em relação às eleições e à questão nacional.¹⁷¹

O SPD tornava-se um partido progressivamente mais conservador (em relação ao que era no Congresso de Erfurt) não apenas em função da ascensão dos reformistas, como Ebert. O realinhamento de militantes até

¹⁶⁹ Ibid. p. 51

¹⁷⁰ Ibid. pp. 123-124

¹⁷¹ Ibid. pp. 146-170

então revolucionários à direita, ainda que estes não tenham se tornado, a princípio, reformistas, é mais um sintoma, ou pode ser considerada até mesmo uma das causas, da transformação pela qual passava o partido.

Esse é o caso de Karl Kautsky. Por mais que o fatalismo e o evolucionismo de sua teoria tenham elementos em comum com (ou mesmo possam ter influenciado) o reformismo, Kautsky era (pelo menos até certa altura de sua vida – há controvérsia sobre quando exatamente) indiscutivelmente um revolucionário. Por exemplo, tão logo Bernstein publicou suas teses revisionistas, Kautsky o rebateu em *Bernstein e o Programa da Socialdemocracia – uma anticrítica*, mais conhecido como simplesmente *Anti-Bernstein*. Da mesma forma, Kautsky integrava a mesma ala do partido que Rosa Luxemburgo até 1910. Além disso, defendeu, na Conferência de Manheim em 1906, a resolução pela manutenção da autoridade do partido sobre os sindicatos, contra a resolução que na prática anulou o posicionamento favorável à greve de massas.

O artigo “O que é uma Revolução Social?”, de 1902, escrito por ele, ilustra sua posição no debate sobre reforma social ou revolução. De acordo com o autor, não é o emprego da força física que distingue reforma de revolução, mas a conquista do poder político por uma nova classe. Dessa forma, os revolucionários buscariam realizar reformas, mas não se limitariam a elas, da mesma forma como a classe dominante poderia tolerar, ou mesmo desejar, certas reformas, mas jamais a revolução.¹⁷² Adiante, o autor lembra que aqueles que buscavam refutar cientificamente a revolução o faziam com base na teoria da evolução. Entretanto, por meio de analogias com fenômenos naturais, Kautsky afirma que a evolução gradual ocasiona, ao final do processo de desenvolvimento, rupturas abruptas:

Decorreu daí uma espécie de síntese entre as antigas teorias da catástrofe e as novas teorias evolucionárias, semelhante à síntese que encontramos no marxismo. Tal como esse distingue entre o desenvolvimento econômico gradual e a súbita transformação da superestrutura jurídica e política, também muitas das novas teorias biológicas e geológicas admitem, juntamente com a lenta acumulação de alterações pequenas, infinitesimais mesmas, também as transformações súbitas e profundas – catástrofes – que surgem da evolução mais lenta.¹⁷³

¹⁷² KAUTSKY, Karl (1902) “O que é uma revolução social?” em: MILLS, C. Wright (org.) (1968) *Os Marxistas*, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 170-172

¹⁷³ Ibid. p.175

Nesse sentido, compara a revolução ao nascimento, que embora seja uma transformação abrupta, ocorre após um longo processo evolutivo. Além disso, assim como o nascimento não pode ocorrer antes que o feto esteja totalmente desenvolvido, a revolução não pode ser realizada antes que haja condições suficientemente maduras.¹⁷⁴ Kautsky mostra-se otimista em relação à maturidade dessas condições na conjuntura em que escreve, ainda que não afirme que o momento da revolução havia chegado nem aponte em que momento exatamente poderia chegar.¹⁷⁵ Além disso, considera a democracia como elemento indispensável no processo de amadurecimento do proletariado para a revolução. As eleições permitiriam calcular o tamanho numérico do proletariado, evitar levantes prematuros e, pela própria força do proletariado, forçar a capitulação da burguesia, levando a uma revolução menos sangrenta.¹⁷⁶

Entretanto, a avaliação de Kautsky sobre a maturidade das condições para a revolução mudou no final daquela década, o que ocasionou mudanças em suas avaliações políticas. Em *O Caminho do Poder*, de 1909, afirma que a revolução não está em um horizonte próximo. Sendo assim, defende uma política de “longo prazo”. Além disso, Kautsky afirma que a democracia havia suavizado – ainda que não abolido completamente – o conflito entre classes, tornando a marcha para a revolução mais contínua e calma. Portanto, ainda que a revolução não desapareça totalmente de perspectiva, Kautsky redobra a necessidade de se acumular forças por meio das eleições – tarefa para qual o autor mostra-se otimista. Dessa forma, reitera a posição defendida em “O Que É Uma Revolução Social?” de que o partido deve manter pacientemente os princípios socialistas até que as condições objetivas e subjetivas para a revolução estejam dadas:

Não somos partidários da legalidade a qualquer preço nem revolucionários a todo custo. Sabemos que não se pode criar por simples vontade situações históricas e que de acordo com estas é que se deve elaborar nossa tática.¹⁷⁷

Em 1910, a partir desta elaboração sobre evitar revoluções prematuras ou retirar a revolução de perspectiva, Kautsky rompe com a ala radical e

¹⁷⁴ Ibid. p. 176

¹⁷⁵ Ibid. pp. 183-185

¹⁷⁶ Ibid. pp. 185-186

¹⁷⁷ KAUTSKY, Karl (1979), *O caminho do poder*, São Paulo: Editora Hucitec, p. 52

funda a tendência de centro do SPD. A razão principal para isso foi a polêmica a respeito da greve de massas. Rosa Luxemburgo reivindicava os sucessos obtidos pela classe trabalhadora na Rússia por meio deste método de luta. Kautsky, em contrapartida, avaliava que não havia correlação de forças favorável para isso. Dessa forma, Kautsky tinha diante de Luxemburgo a mesma postura que os reformistas tiveram diante dele em 1905 e 1906 sobre a mesma questão. Sua opinião foi desenvolvida no artigo para o *Die Neue Zeit* intitulado “Was nun?” (“E agora?”) por meio dos conceitos de “estratégia de desgaste” e “estratégia de aniquilamento”. A diferença entre as duas seria que a primeira, ao contrário da segunda, não visa diretamente a batalha final, mas prepara-se para ela durante um longo período, até que considere o inimigo suficientemente enfraquecido. Ao SPD, caberia a “estratégia de desgaste”, enquanto a greve de massas seria consoante à “estratégia de aniquilamento”. Além disso, Kautsky contrapõe a tática da greve de massas utilizada na Rússia às táticas utilizadas com sucesso pelo SPD desde a década de 1860: parlamentarismo, lutas salariais e manifestações de rua.¹⁷⁸

Ainda que as posições de Kautsky em 1910 possam ser consideradas de centro no interior do SPD, na prática, ele favoreceu o reformismo já que produziu uma defecção na ala radical e consolidou ainda mais a estratégia parlamentarista no partido. De acordo com Droz,

Cinco anos depois de Bebel, Kautsky abraçou, por sua vez, a facção dos partidários da exclusiva ação parlamentar e contribuiu para assegurar a vitória definitiva dos reformistas no seio da maioria centrista.¹⁷⁹

Além disso, posição centrista de Kautsky destoava da polarização crescente no SPD causada pela crise econômica de 1910 e a proximidade da guerra – o último golpe na síntese criada pelo Programa de Erfurt entre as alas “esquerda” e “direita” do partido. Com o acirramento da luta de classes, somado aos duros ataques sofridos por forças à direita vindas de dentro e fora do partido, os revolucionários não poderiam mais esperar pelas condições objetivas apropriadas. Dessa forma, estes passaram a se arriscar

¹⁷⁸ SALVADORI, Massimo (1982) “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” em: HOBBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, pp. 329-330

¹⁷⁹ DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, vol. 4 – “Os Partidos Socialistas Europeus”, Lisboa: Livros Horizonte, p. 80

com maior ímpeto em greves radicalizadas e ações de enfrentamento. Os reformistas, da mesma forma, após sensíveis ataques sofridos por parte dos patrões em função das greves e da recessão e após o fracasso no pleito de 1907, não mais esperariam pela lenta evolução ao socialismo, mas buscariam com maior ênfase a solução dos problemas imediatos da classe trabalhadora no seio do regime capitalista. Kautsky, na trigésima edição (1911-12) do *Die Neue Zeit* descreveu essa situação como fruto da “impaciência”: a “impaciência rebelde” seria a daqueles revolucionários que não mais esperariam as condições objetivas e subjetivas, ao passo que a “impaciência estadista” seria a dos reformistas que procurariam acordos com a classe dominante a qualquer custo, evitando a luta de classes.¹⁸⁰

Em 1912, rompendo definitivamente com a política de total oposição aos partidos burgueses, a direção nacional do SPD (já com maioria reformista) aprova a aliança com os liberais para aquele pleito.¹⁸¹ Neste mesmo ano, Kautsky dá mais um passo à direita e passa a defender abertamente a conquista de maioria no parlamento como meio de tomada do poder. Em “Die Neue Taktik” (“A Nova Tática”), afirma:

O objetivo da nossa luta política continua a ser o que sempre foi até agora: conquista do poder estatal através da conquista da maioria no parlamento e elevação do parlamento a senhor do governo. Não certamente, a destruição do poder estatal.¹⁸²

Em 1913, coroando a vitória dos reformistas SPD, Ebert torna-se presidente do partido, após a morte de Bebel.

Em 4 de agosto de 1914, toda a bancada parlamentar do SPD vota a favor dos créditos de guerra, isto é, pela ampliação dos gastos militares com o conflito que havia sido iniciado dias antes. Esta atitude representava uma ruptura com resoluções sobre a guerra adotadas pelo SPD até então. O Congresso Extraordinário da II Internacional de 1912, em Basel, aprovou um manifesto que exortava enfaticamente os partidos socialdemocratas e os sindicatos a lutarem contra a guerra. Sem fazer qualquer concessão quanto à necessidade da guerra para autodefesa, o manifesto apontava

¹⁸⁰ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, pp. 171-196

¹⁸¹ Ibid. pp. 224-257

¹⁸² KAUTSKY *apud* SALVADORI, Massimo (1982) “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo” em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II, p. 332

exclusivamente como causadora de crise social e fracionamento da classe trabalhadora¹⁸³. Da mesma forma, o Congresso do SPD de Chemnitz, ocorrido naquele mesmo ano, aprovou resolução elaborada por Kautsky contrária à guerra, que defendia a busca pela paz por meio de organismos internacionais. Tratava-se, portanto, de uma posição não revolucionária mas contra a guerra. Porém, a posição vitoriosa não foi consensual. A esquerda radical também se opunha à guerra que caracterizava como imperialista, mas condenava a confiança nos órgãos internacionais e defendia ações de massas cujo desdobramento poderia, inclusive, resultar em uma crise revolucionária. Já a ala mais à direita do partido defendia o apoio ao Estado alemão na guerra por compreender que os interesses da classe trabalhadora alemã estavam atrelados ao sucesso do Estado. Além disso, justificavam seu nacionalismo argumentando que, sendo a Alemanha o país capitalista mais avançado do mundo com o movimento de trabalhadores mais forte e bem organizado, esta nação seria a mais preparada para o socialismo, portanto, deveria ser defendida. Mas, mesmo que a resolução de Chemnitz não tenha sido consensual, ela prevaleceu no partido até pouco tempo antes da primeira votação dos créditos de guerra. Em julho de 1914, grandes manifestações ocorreram na Alemanha apoiadas pelo SPD contra a guerra, em acordo com a resolução de Chemnitz.¹⁸⁴ No dia 25 daquele mês, apenas 10 dias antes da fatídica votação, um manifesto do SPD dizia “nenhuma gota de sangue de um soldado alemão deverá ser sacrificada pelo poder luxurioso da classe dominante austríaca ou de seus interesses imperialistas por lucro.”^{185 186}

¹⁸³ “Manifesto of the International Socialist Congress at Basel”, 1912, disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/1912/basel-manifesto.htm> Último acesso: 03/11/2019, às 17:51

¹⁸⁴ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, pp. 263-265

¹⁸⁵ “No drop of blood of a German soldier may be sacrificed to the power lust of the Austrian ruling group [or] to the imperialistic profit-interests.” – “25 July Manifesto” *apud ibid.* p. 286

¹⁸⁶ Por essa razão, a votação a favor dos créditos de guerra foi recebida com surpresa e indignação pelos socialistas do mundo todo, sobretudo na Rússia, país inimigo da Alemanha na guerra. Lênin chegou a afirmar que o horror provocado pela traição do SPD era mais doloroso do que os horrores da própria guerra. Dessa forma, declara o fim da II Internacional e inicia as preparações para a criação de uma III Internacional. Ver: LÊNIN, Vladimir (1914) “The European War and International Socialism”, Moscou: *Pravda*, No. 174, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/aug/x02.htm> Último acesso: 03/11/2019, às 19:07

Porém, entre os dias 26 e 30 de julho, Ebert, Scheidemann e Molkenbuhr (membros da direção do SPD mais conservadores e defensores da participação ativa na guerra) trabalharam para convencer o conjunto da direção do partido de que a guerra era inevitável e, com ela, a instituição de um estado de sítio na Alemanha. Por conseguinte, a posição resolutamente contrária à guerra contribuiria apenas para o isolamento ou até mesmo repressão ao partido. Dessa forma, no dia 30 de julho, a direção do SPD lança um novo manifesto reconhecendo a incapacidade de seguir resistindo à guerra:

Até o último minuto, o proletariado internacional cumpriu seu dever, aqui e além de nossas fronteiras, e utilizou todo o seu poder para manter a paz e tornar a guerra impossível. Se nossos protestos sinceros, nossos esforços insistentes, forem infrutíferos, se as condições em que vivemos forem mais uma vez mais fortes do que a nossa vontade e a de nossos companheiros trabalhadores, devemos olhar com coragem o que o futuro pode trazer.¹⁸⁷

De acordo com Schorske, a atmosfera na qual decidiu-se apoiar os créditos de guerra estava tomada pelo medo. Em primeiro lugar, medo de distanciar-se da consciência média dos trabalhadores, eivada de nacionalismo, e perder seu apoio. Desta preocupação depreende-se uma mudança de orientação do partido em relação à estratégia revolucionária: o partido, ao invés de operar como clarificador da consciência histórica do proletariado, adequa o seu programa ao estágio de consciência da classe no momento presente. Em segundo lugar, tinham medo de que a derrota para a Rússia trouxesse perdas econômicas e sociais significativas aos trabalhadores. Já deste medo depreende-se a identificação dos interesses da classe trabalhadora com o destino da nação. Dessa forma, o papel de salvaguardar as condições de vida dos trabalhadores passaria, da classe trabalhadora internacional, para o Estado nacional. Assim sendo, nota-se um distanciamento da visão de sociedade marxista, centrada no antagonismo de classe, e uma aproximação à visão de sociedade burguesa, centrada no antagonismo entre nações. Por fim, havia o medo de que, num contexto de

¹⁸⁷ “Until the last minute, the international proletariat did its duty, here and beyond our borders, and harnessed all its power to maintain Peace and make war impossible. If our earnest protests, our repeated efforts were unsuccessful, if the conditions under which we live were once again stronger than our will and that of our fellow-workers, we must nevertheless look with resolution at what the future may bring.” – “30 July Manifesto” *apud* SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, p. 287

estado de sítio, uma posição enfaticamente contrária à guerra justificasse a volta da repressão contra os socialdemocratas. Como foi apontado anteriormente, este raciocínio não era novo no SPD. Ele justificou, por exemplo, a edição que foi feita ao “Prefácio de 1895”, de Engels. Seu conteúdo revela a opção do reformismo pela adequação ao regime em detrimento do conflito aberto. Mas nenhuma ameaça de repressão anterior pode ser comparada à gravidade de um estado de sítio de um país em guerra. Além disso, o peso institucional alcançado pelo SPD naquele momento (111 deputados, representando um terço do eleitorado) aumentava sua responsabilidade com o regime. Havia muito o que perder. Por outro lado, havia muito o que ganhar também: o reconhecimento, por parte do governo, de que o SPD era peça central para a condução de sua tarefa mais importante¹⁸⁸.

Este conjunto de fatores explica a rapidez com que toda a delegação do Reichstag foi levada a aprovar os créditos de guerra, ainda que alguns deputados o tenham feito a contragosto, alegando estarem puramente obedecendo à disciplina partidária.¹⁸⁹ Em 2 de dezembro de 1914, quando uma nova solicitação de créditos de guerra foi feita ao Reichstag, Karl Liebknecht foi o único a votar contra. O presidente da sessão não permitiu ao deputado declarar seu voto e nenhum jornal alemão se dispôs a publicar o que seria seu discurso, mas o fato contribuiu para fortalecer a posição de Liebknecht como referência na polêmica contra a ala mais conservadora do SPD.¹⁹⁰

Mas a votação dos créditos de guerra não foi a única consequência imposta ao SPD pela Primeira Guerra Mundial. Ainda em agosto de 1914, o SPD acata a um acordo proposto pelo Imperador chamado de *Burgfrieden*, em que todos os partidos se comprometiam a evitar polêmicas e agressões entre si e contra o governo. Na prática, o acordo deu plenos poderes a este último, configurando uma espécie de ditadura consentida. Ao mesmo tempo, os líderes do SPD foram recompensados passando a ser convidados a

¹⁸⁸ Ibid. pp. 285-289

¹⁸⁹ Ibid. p. 291

¹⁹⁰ Ver: LIEBKNECHT, Karl (1914) “Protest Against the War Credits”. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/liebknecht-k/works/1914/12/17.htm>, último acesso: 03/11/2019, às 21:01

debater questões em pé de igualdade com os ministros do Estado. Além disso, os líderes dos sindicatos passaram a conter a mobilização dos trabalhadores e a substituí-la pela negociação direta com o Estado. Como consequência, os líderes socialdemocratas passaram a se identificar mais facilmente com a ordem estabelecida ao mesmo tempo em que as negociações ao nível institucional levadas a cabo por eles substituíam a ação política de massas. Assim, o *Burgfrieden* consolidou a hegemonia do reformismo no SPD em uma velocidade e intensidade que dificilmente seria alcançada pelos próprios reformistas sozinhos.¹⁹¹

O *Burgfrieden* também trouxe como consequência o endurecimento da disciplina interna no SPD. Textos no *Vorwärts* foram censurados, reuniões oficiais do partido foram suspensas, em suma, a possibilidade de manifestar e agir em desacordo com a orientação majoritária do partido foi restrita.¹⁹² Em janeiro de 1916, Liebknecht é expulso da delegação do Reichstag em função de seu posicionamento sobre a guerra e junta-se a Luxemburgo na fundação da Liga Espartaquista (até este momento, uma corrente interna ao SPD formada pela esquerda revolucionária). Em março do mesmo ano, deputados ao centro ideológico do partido que votam contra novos créditos de guerra também são expulsos do Reichstag pela direção do SPD¹⁹³.

A situação se agravou para a ala minoritária do SPD nos meses seguintes. Com o aprofundamento da crise gerada pela guerra, houve escassez de alimentos e cresceram os protestos populares exigindo o fim da guerra. Em resposta, a repressão do Estado também recrudesceu. Em 1º de maio de 1916, Liebknecht foi preso durante uma manifestação e condenado a dois anos e meio de reclusão. No semestre seguinte, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e tantos outros membros da ala radical do SPD foram presos sob “custódia de proteção militar”, isto é, por tempo indeterminado e sem direito a julgamento¹⁹⁴.

Acuados pela direção do partido e pelo Estado, a ala radical e o centro do SPD realizaram em janeiro de 1917 uma conferência da minoria. A

¹⁹¹ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, pp. 292-294

¹⁹² Ibid. pp. 294-295

¹⁹³ Ibid. pp. 307-310

¹⁹⁴ Ibid. pp. 308-310

conferência não decidiu pela ruptura com o SPD, mas a direção do partido considerou a sua simples realização uma afronta à disciplina interna e apenas dez dias depois expulsou todos os seus participantes. Finalmente, o reformismo consolidava-se como única estratégia presente no interior do SPD¹⁹⁵. Em abril, os antigos membros do SPD fundam um novo partido: o USPD, sigla em alemão para Partido Socialdemocrata Alemão Independente.

O contexto econômico e social da Alemanha de 1917 favorecia o distanciamento entre reformistas e revolucionários. Quando foram à guerra, os generais e o imperador prometeram uma vitória rápida. Entretanto, quase três anos se passavam e o morticínio de alemães no front aumentava, a crise econômica se agravava e muitos alemães passavam fome. Além disso, em fevereiro tinha início a Revolução Russa, inspirando os revolucionários alemães. Em abril, greves estouraram em Berlim e Leipzig. Em outubro, os bolcheviques tomam o poder na Rússia. Assim, o contexto da Alemanha de 1917 era marcado pela radicalização e aumento da mobilização operária. É nesse ano que se formam os primeiros conselhos operários no país que reivindicavam declaração de paz sem anexações, fim do estado de sítio, libertação dos presos políticos, sufrágio universal igual e direto em todos os níveis, dentre outras.¹⁹⁶

Se parte do movimento operário animava-se com a revolução bolchevique, outros socialistas discordavam de seus métodos e viam com apreensão a derrubada das instituições do Estado liberal-democrático, particularmente do parlamento. Este foi o caso Kautsky, que criticou o caráter antidemocrático dos bolcheviques em “A Ditadura do Proletariado”. Embora comemore o sucesso da expropriação econômica, Kautsky afirma que o socialismo, mais do que supressão do capitalismo, significa o fim de qualquer forma de exploração. Assim sendo, deve ser necessariamente democrático, o que só é possível, para Kautsky, por meio de eleições livres e diretas, parlamento representativo, dentre outras regras típicas do Estado liberal-democrático. Mas, para o autor, mais do que uma necessidade normativa, a democracia constitui um meio viável para o socialismo. Novamente, Kautsky

¹⁹⁵ Ibid. pp. 312-313

¹⁹⁶ LOUREIRO, Isabel (2005) *A Revolução Alemã [1918-1919]*, São Paulo: UNESP, pp. 47-48

aposta na crescente superioridade numérica da classe trabalhadora, o que permitiria a ela a tomada do poder pela via pacífica e democrática. Mesmo se, diante disso, a burguesia tentasse dar um golpe, então seria ela própria a responsável pela ruptura com a democracia, ou seja, a violência não partiria do proletariado – ao contrário do que teria ocorrido em outubro na Rússia, em que os bolcheviques teriam rompido com a ordem democrática e dado um “golpe”.¹⁹⁷

Em novembro de 1918, espalham-se motins contra a guerra em toda Alemanha. O poder estatal torna-se inoperante diante da mobilização. Conselhos operários e de soldados são improvisados. Funcionários locais do SPD, do USPD e dos sindicatos coordenam as ações sem esperar ordens de suas direções. Ebert se reúne com o Kaiser e sugere que este renuncie para evitar uma revolução como a que ocorreu na Rússia. Segundo o príncipe Max de Bade, então chanceler, Ebert teria dito: “Se o Kaiser não abdicar, a revolução social é inevitável. Eu não quero essa revolução: odeio-a como odeio o pecado.”¹⁹⁸

Mas o imperador não renuncia. No dia 9 de novembro de 1918, uma enorme manifestação armada com apoio de soldados toma conta de Berlim. Mesmo sem autorização, Max de Bade anuncia a abdicação do Kaiser, sua própria renúncia e nomeia Ebert em seu lugar, responsável pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. À exceção do próprio chanceler, todos os demais cargos do governo mantiveram-se ocupados pelas mesmas pessoas. A primeira declaração de Ebert no comando do governo foi: “Cidadãos! Peço-lhes insistentemente: deixem as ruas! Mantem a paz e a ordem!” Pois o sistema parlamentar instituído a partir de 1918, com Ebert no comando do governo, já correspondia aos objetivos do SPD.¹⁹⁹ A reestruturação do Estado que os socialdemocratas desejavam realizar só poderia ocorrer se a administração funcionasse, se não houvesse perturbações na ordem pública e na vida econômica e se a disciplina nos

¹⁹⁷ KAUTSKY, Karl (1979), “A ditadura do proletariado”, em: CARNEIRO PESSOA, Reynaldo & NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) *História e Política* 2, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas

¹⁹⁸ LOUREIRO, Isabel (2005) *A Revolução Alemã [1918-1919]*, São Paulo: UNESP, pp. 54-55

¹⁹⁹ Ibid. p. 56

quartéis fosse mantida.²⁰⁰ Uma revolução levada a cabo pelos conselhos operários - como desejava a Liga Espartaquista, neste momento uma fração revolucionária interna ao USPD, dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht - era temida pelo partido. Por conseguinte, o SPD e os sindicatos aliaram-se às elites dirigentes do antigo império, ao empresariado e ao oficialato das forças armadas para frear a revolução e manter o capitalismo.²⁰¹

Por essa razão, no dia 10 de novembro do mesmo ano, Ebert aceita a ajuda do general Groener para “combater o bolchevismo”. Entretanto, o exército alemão encontrava-se, a esta altura, completamente esfacelado e os soldados que voltavam exaustos a Berlim já não obedeciam mais as ordens de seus superiores. Dessa forma, o papel repressor seria cumprido, posteriormente, pelos *Freikorps* (corpos francos), milícias autorizadas pelo Estado, formadas por ex-combatentes da guerra, e dotadas de uma ideologia nacionalista e profundamente reacionária – futura base social do nazismo.²⁰²

Claude Klein afirma que, portanto, a “revolução” de novembro, na realidade, nunca aconteceu. Ela já estava terminada antes de começar pois foi nada mais do que uma transição de poder articulada pelas próprias forças do império. As mobilizações que ocorrem nas semanas seguintes, até a Assembleia Nacional Constituinte em 19 de janeiro de 1919, não foram revolucionárias pois não foram as responsáveis de fato pelas transformações políticas e institucionais ocorridas no período. Dessa forma, a analogia entre a revolução de novembro, na Alemanha, e a de fevereiro, na Rússia, é falsa.²⁰³

Já Przeworski afirma que a socialdemocracia não tinha um programa efetivo de socialização dos meios de produção, isto é, um programa para tornar socialista a revolução, como ocorreu na Rússia. Além disso, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 19 de janeiro de 1919, o SPD obteve 40% dos votos, e o USPD 7,8% – ou seja, a maior votação, mas

²⁰⁰ Ibid. p. 64

²⁰¹ Ibid. pp. 68-69

²⁰² Ibid. pp. 61-62

²⁰³ KLEIN. Claude (1995) *Weimar*, Coleção Khronos, No. 18, São Paulo: Perspectiva, pp. 27-29

não o suficiente para comporem sozinhos o governo.²⁰⁴ Dessa forma, o governo socialdemocrata só poderia executar um programa de socialização (mesmo se o tivesse) por meio da ruptura com as regras do parlamentarismo. Mas o parlamento e as eleições já haviam ganhado um peso relevante demais na estrutura de poder interna da socialdemocracia para que fosse possível romper o compromisso com as instituições da democracia liberal.²⁰⁵ Até esse momento, os reformistas, como Bernstein, consideravam que sua estratégia se diferenciava da dos radicais apenas no que se refere ao meio – ou seja, reformas progressivas conquistadas pacificamente ao invés do enfrentamento radical – mas não quanto o objetivo final – o socialismo. Entretanto, dando razão tardiamente ao que Rosa Luxemburgo havia afirmado em sua crítica a Eduard Bernstein, *Reforma ou Revolução?* (1999) [1899], meios diferentes levam a fins diferentes – o “meio” do sistema eleitoral e parlamentar está em contradição com o “autoritarismo” (do ponto de vista da democracia liberal) exigido pela realização dos “fins” socialistas durante a crise revolucionária.^{206 207}

Portanto, a socialização dos meios de produção mostrou-se perigosa não apenas para o sistema capitalista mas, em menor medida, para o SPD, que atuou ativamente para reprimi-la²⁰⁸. Em janeiro de 1919, antes das eleições, uma nova insurreição acontece motivada pela direção confusa dos radicais. Ebert nomeia o também socialdemocrata Gustav Noske para reprimi-la, que o faz com o auxílio dos *Freikorps*. Como resultado do embate entre socialistas revolucionários e corpos francos, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo são brutalmente assassinados em 15 de janeiro. Ainda que seus executores não fossem diretamente do governo (pertenciam a um corpo franco chamado “Divisão de Cavalaria da Guarda”) e sua ação tenha sido considerada ilegal (que lhes custou apenas penas leves), muitos

²⁰⁴ Ibid. p. 31

²⁰⁵ PRZEWORSKI, Adam, (1991) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 48-52

²⁰⁶ Ibid. p. 29

²⁰⁷ GAY, Peter. “Introduction” em: *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, 1970.

²⁰⁸ PRZEWORSKI, Adam, (1991) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 48-52

consideraram Ebert e Noske responsáveis pelo – ou no mínimo coniventes com o – assassinato dos dois líderes revolucionários.²⁰⁹

Entretanto, a Revolução Alemã não se desdobrou numa revolução socialista apenas por obra do SPD e das forças repressivas do antigo império alemão. A maior parte dos operários e soldados organizados em conselhos eram dirigidos pelo SPD e pela ala moderada do USPD e não desejavam uma ruptura radical. Eles estavam convencidos de que o melhor seria instaurar um regime liberal-democrático ao invés da revolução socialista e da ditadura do proletariado. O projeto de transformar a Alemanha numa república governada por conselhos aliada da Rússia soviética foi um plano da Liga Espartaquista, mas esta organização nunca esteve tão enraizada nos conselhos quanto seus rivais socialdemocratas.²¹⁰ No 1º Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados de dezembro de 1918, havia uma maioria esmagadora de reformistas que votaram a favor da participação e legitimação das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e contra a transformação do sistema conselhistas no fundamento da constituição da república socialista.²¹¹ Portanto, é correto dizer que o reformismo havia ganho não apenas o SPD, mas a base da classe trabalhadora alemã.

O novo regime político fundado a partir da Assembleia Nacional Constituinte ficou conhecido como “República de Weimar” e durou até 1933, quando foi subvertido pelos nazistas. A Alemanha viveu raros momentos de estabilidade neste período. A década de 1920 e o início da década de 1930 foram marcadas por crises, conflitos armados, tentativas de golpes e radicalização à esquerda e à direita. O SPD manteve durante todo tempo a mesma postura de 1918-1919: mesmo quando os fundamentos da sociedade burguesa pareciam em xeque, buscou estabilizar, junto a partidos burgueses de centro, o regime democrático-liberal para melhorar a terrível situação econômica dos trabalhadores por meio da democracia parlamentar e da luta sindical.²¹² Como se sabe, seu objetivo foi frustrado pelos nazistas em 1933.

²⁰⁹ LOUREIRO, Isabel (2005) *A Revolução Alemã [1918-1919]*, São Paulo: UNESP, pp. 77-84

²¹⁰ Ibid. p. 65

²¹¹ Ibid. pp. 69-70

²¹² Ibid. pp. 128-129

Portanto, a articulação dialética entre tarefas concretas e objetivos maximalistas buscada no Congresso de Erfurt e na II Internacional mostrou-se difícil de realizar. A persecução de objetivos imediatos por parte de sindicatos, parlamentares e burocracia partidária obstruiu o alcance dos objetivos finais do SPD. Como sintetiza Przeworski: “Trabalhar para o presente ou para o futuro torna-se um verdadeiro dilema.”²¹³ O reformismo formou-se, do ponto de vista prático, justamente do “trabalho pelo presente”.

²¹³ PRZEWORSKI, Adam, (1991) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 26

Capítulo 4 – O reformismo teórico: Bernstein e Hilferding

- *O revisionismo de Eduard Bernstein:*

Eduard Bernstein é frequentemente considerado o fundador do reformismo. Mas, como visto anteriormente, este movimento já existia - enquanto ação voltada para tarefas práticas no âmbito dos sindicatos e parlamento – com vigor em boa parte dos partidos socialdemocratas da Europa, em particular na Alemanha, como ele próprio reconhecia²¹⁴. Mesmo do ponto de vista teórico, algumas de suas principais bases já estavam presentes, por exemplo, em Proudhon e Lassalle. Porém, a obra de Bernstein destaca-se por ter criado uma síntese teórica para essa prática política que crescia rapidamente, ainda de forma difusa, entre a esquerda a partir da revisão do pensamento dos próprios “pais fundadores”²¹⁵. Nas palavras de Valério Arcary, Bernstein foi o primeiro a realizar a “estrategização do que antes era somente uma tática, (...) a utilização da legalidade, como um álibi, da adaptação ao regime da democracia.”²¹⁶ Por essa razão ele foi considerado o autor da “bíblia do reformismo”.

Bernstein não assumiu essa posição por acaso. Era um dos interlocutores mais próximos de Engels, o que lhe conferia certa autoridade. Além disso, como afirma Gustaffson (1975), sua trajetória reuniu duas condições essenciais para a elaboração do reformismo. Era dirigente do SPD e havia passado 12 anos exilado na Inglaterra em contato com o movimento socialista menos revolucionário e marxista do mundo.

Peter Gay (1970) indica três influências teóricas fundamentais para o reformismo de Bernstein. Em primeiro lugar, o líder da ala moderada dos

²¹⁴ “En todos los países en los que la socialdemocracia ha alcanzado importancia política observamos el mismo fenómeno: dentro de ella se está produciendo un cambio. Se abandonan las viejas redundancias en frases y argumentaciones, disminuye el entusiasmo por las generalizaciones, ya no se especula sobre la distribución de la piel del oso una vez consumada la catástrofe generalizada; sin embargo, lo que se estudia son las particularidades de los problemas cotidianos y se buscan palancas y puntos de inserción para, sobre la base de éstos, impulsar el desarrollo de la sociedad en el sentido del socialismo.” BERNSTEIN, Eduard. (1982) *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, p. 53

²¹⁵ Vollmar, como já apontado, já pregava abertamente o reformismo desde 1891, mas não havia empreendido uma tentativa de revisão sistemática do marxismo. (GAY, Peter. (1970) *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, p. 61)

²¹⁶ ARCARY, Valério (2000) *As esquinas perigosas da História: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, p. 285

fundadores do SPD, Ferdinand Lassalle. Bernstein não concordava com suas ideias econômicas ou táticas políticas, no entanto, considerava sua filosofia política aceitável. Interessava-lhe particularmente a sua ênfase na democracia política: a classe trabalhadora deveria encontrar uma ferramenta capaz de transformar seu poder político em leis, e essa ferramenta seria o sufrágio universal, igualitário e secreto. Lassalle compreendia que a marcha da história caminhava no sentido de transferir os direitos privados para o domínio público, de modo que a classe trabalhadora, por meio do sufrágio universal, impulsionaria este processo.²¹⁷ Outro aspecto do interesse de Bernstein era a sua teoria ética. Lassalle postulava a independência da ética, ou seja, o socialismo não como uma necessidade histórica (como propunha Marx), mas como uma tarefa moral ou missão ética. Bernstein, da mesma forma, considerava a causa do proletariado como “justa” e o socialismo como “desejável”. Desse modo, aproxima-se do socialismo ético e afasta-se do materialismo ao considerar o socialismo como um ato de vontade.²¹⁸

Outra influência bastante reconhecível de Bernstein – vista muitas vezes como a principal ou mesmo única – foi a Sociedade dos Fabianos. Fundada em 1884, na Inglaterra, essa sociedade de intelectuais buscava convencer elementos de quaisquer classes (da burguesia e aristocracia, inclusive) da necessidade de reformas que conduzissem ao socialismo. À semelhança dos discípulos de Bentham, acreditavam na maleabilidade da natureza humana e na capacidade de melhorá-la pela reforma das instituições sociais. Os fabianos caracterizavam-se por seu compromisso com a ordem tipicamente inglesa, e seus paralelos com o reformismo são evidentes. Entretanto, apesar de ter se tornado amigo próximo de seus principais líderes nos anos em que passou na Inglaterra, Bernstein jamais reconheceu essa influência.

Por fim, destaca-se a revisão que o autor fez da teoria de Marx e Engels. Bernstein não era neófito em filosofia, mas esta área do conhecimento nunca foi o eixo central de sua formação. Ele a via a partir de uma perspectiva empirista, com um senso fundamentalmente prático: a teoria deveria se mostrar eficaz para responder corretamente a um certo número de

²¹⁷ *ibid*, p. 81

²¹⁸ *Ibid*. p.82

questões. Desse modo, ao observar que certas asserções de Marx e Engels (como, por exemplo, o desaparecimento da classe média) não haviam sido confirmadas, Bernstein concluiu que a dialética hegeliana não passava de uma cilada já que, segundo ele, abandonava a observação empírica em favor da pura especulação – refutando, assim, a capacidade de apreensão da realidade pelo pensamento. Por mais que pareça contraditório recusar a dialética e reivindicar Marx e Engels, deve-se levar em conta que Bernstein não faz parte daqueles autores, como Lukács²¹⁹, que consideram a filosofia como o núcleo central do marxismo²²⁰.

Refutando a dialética, Bernstein faz então uma leitura evolucionista de Marx e Engels. Ao retirar seu elemento dialético, Bernstein reconfigurou a teoria marxiana em um evolucionismo muito próximo ao do positivismo em voga naquele período. Dessa forma, ele via o socialismo como superação do capitalismo, porém, sem a necessidade do conflito, da revolução. Em suas palavras: “Eu não sou da opinião de que a luta entre os opostos é a base de todo desenvolvimento. A cooperação entre forças relacionadas também é de grande importância.”²²¹

Deve-se destacar também que Bernstein considerava Marx um determinista em dois sentidos: tanto por afirmar a certeza da vitória do proletariado, quanto pela sua teoria da infraestrutura como determinação da superestrutura. Ambas as interpretações de Marx foram profundamente criticadas ao longo do século XX, mas essa era a leitura predominante entre a II Internacional, e é a partir dela que Bernstein se baseia.

Além disso, Bernstein propunha um retorno a Kant, no sentido de aceitar como válido o juízo ético. Além disso, refutando o princípio da *práxis*, considerava que “a ciência não pode servir como um guia para o que é eticamente desejável.”²²²

Bernstein iniciou sua revisão do marxismo em uma série de artigos publicados no *Die Neue Zeit*, entre 1896 e 1898, que posteriormente foram organizados no livro *Problemas do Socialismo*. Em 1899, a convite da direção

²¹⁹ ver: LUKÁCS, Georg (2003), “O que é marxismo ortodoxo?” em: *História e Consciência de Classe*, São Paulo: Martins Fontes

²²⁰ GAY, Peter. (1970) *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, pp. 133-135

²²¹ BERNSTEIN *apud* GAY, 1970, p. 17

²²² BERNSTEIN *apud* GAY, 1970, p. 149

do SPD, sintetiza suas posições em *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da socialdemocracia*. Trata-se de uma tentativa de atualizar o marxismo face à nova realidade do capitalismo monopolista.

Primeiramente, Bernstein opõe-se ao determinismo vigente na II Internacional em dois de seus pilares: o de que a relação entre classes sociais se desenvolvia no sentido da simplificação (desaparecimento dos estratos intermediários) e consequente aumento da desigualdade e do antagonismo que motivariam a ação revolucionária do proletariado; e o de que razões econômicas imanentes ao modo de produção capitalista o levariam à sua crise terminal. Portanto, seu argumento parte da refutação da “teoria do colapso” tomando-a como princípio que justifica a ação revolucionária²²³. A reorientação que propõe da teoria se faz à luz do presente histórico, ou seja, da observação de dados empíricos da época em que escreve.²²⁴

Do ponto de vista propriamente econômico, observa que o incremento de causas contra-arrestantes no final do século XIX²²⁵ seriam suficientemente fortes para *anular* a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Estas causas seriam o aumento do mercado mundial combinado ao avanço das tecnologias de comunicação, o aprimoramento do sistema de crédito, a crescente mobilidade e adaptabilidade de um setor industrial cada vez mais diversificado, o fortalecimento do poder econômico do Estado e, principalmente, a concentração do sistema de produção em cartéis, trustes, sociedades anônimas, monopólios, etc. Assim, não apenas o colapso, mas como mesmo as crises comerciais cíclicas pertenceriam ao passado. Mais

²²³ Bernstein está se referindo à maioria dos ortodoxos de seu próprio partido. Nem todos os revolucionários justificam sua ação em uma teoria do colapso, haja vista o caso de Lênin, e, dentro do próprio SPD, Pannekoek.

²²⁴ MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], p. 115

²²⁵ A partir de 1873 inicia-se uma fase depressiva do capitalismo europeu, marcada pela concorrência desenfreada, deflação e consequente queda nas taxas de lucro que redundava em crises comerciais a cada dez anos, aproximadamente. Entretanto, a partir de 1896, ocorre uma reorganização do capitalismo por meio de restrições protecionistas e monopolização de mercados que abre um novo período de prosperidade. Este é o contexto histórico que motiva sua revisão. Ibid, pp. 115-116

ainda, acusa os ortodoxos de “Quixotes do colapso” ²²⁶ a esperá-lo ingenuamente como momento chave da revolução:

Dessa forma, é altamente provável que, a partir do *progreso* do desenvolvimento econômico, não iremos mais assistir, de maneira geral, o surgimento de crises comerciais de natureza semelhantes às anteriores, e que devemos lançar ao mar todas as especulações segundo as quais elas seriam o detonador da *grande revolução social*.²²⁷

É necessário observar, como fica claro nesta citação, que Bernstein na verdade apenas inverte o determinismo da “teoria do colapso”, já que considera a estabilidade (e não o colapso) do capitalismo como consequência *necessária* do progresso econômico. Mais ainda, Bernstein concordava com a observação de Marx sobre a tendência a concentração do capital, mas, ao contrário do que ele afirmava, não a via como elemento gerador de crise mas, ao contrário, como sinal da transição evolutiva entre capitalismo e socialismo uma vez que indústrias gigantes seriam muito mais fáceis de socializar do que pequenas companhias.²²⁸

Já do ponto de vista social, utilizando como principal metodologia a observação demográfica, Bernstein argumenta que teria ocorrido um aumento no número de proprietários de meios de produção, em função do crescimento das sociedades anônimas, ao mesmo tempo em que não teria ocorrido uma diminuição na classe média. Portanto, não estaria ocorrendo a concentração dos meios de produção. Do mesmo modo, o número de operários em fábricas teria estancado em, no máximo, metade da população de qualquer país europeu. Ao contrário do aumento no número de operários concentrados em uma mesma fábrica, o que facilitaria sua organização, o que se observa é a sua dispersão em diversos ramos industriais diferentes²²⁹.

Por conseguinte, se a “teoria do colapso” está equivocada, Bernstein conclui que não se deve esperar a passagem do capitalismo ao socialismo em um salto qualitativo, mas, ao contrário, haveria pontos de continuidade

²²⁶ BERNSTEIN, Eduard. (1982) *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, p. 104

²²⁷ Ibid. p. 73 (tradução livre, grifo meu)

²²⁸ GAY, Peter. (1970) *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, pp. 160-161

²²⁹ Sobre os aspectos social e econômico deste argumento de Bernstein, ver ainda o “Informe ao congresso de Amsterdam para acadêmicos e trabalhadores” de 1909 em BERNSTEIN, Eduard. (1982) *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, pp. 289-315

entre os dois regimes. Assim, alargando a transição entre os regimes a tal ponto em que a tomada do poder desaparece de perspectiva²³⁰, Bernstein reconhece que o socialismo em sentido absoluto está ainda distante, mas vê a possibilidade de se realizar tarefas práticas e imediatas, que acumuladas em sentido evolutivo, levariam o capitalismo ao socialismo. Ou seja, os objetivos de longo prazo, abstratos, deveriam ceder seu lugar aos objetivos práticos - a meta é nada, o movimento é tudo:

Reconheço abertamente que para mim faz muito pouco sentido e tenho muito pouco interesse no que comumente se conhece como “meta do socialismo”. Seja lá o que for, esta meta não significa nada para mim e ao contrário o movimento é tudo. E por tal movimento entendo o movimento geral da sociedade, ou seja, o progresso social, como a mobilização política e econômica que conduz a este progresso.²³¹

Peter Gay (1970) compreende a teoria de Bernstein e do reformismo parlamentar a partir de duas doutrinas táticas: o “socialismo no capitalismo” e o “evolucionismo orgânico”. Por “socialismo no capitalismo” compreende-se analiticamente a visão, de cunho marcadamente fabiano, de que as instituições socialistas começam a ser construídas no seio do capitalismo, quando este encontra-se em seu auge. O capital monopolista teria pavimentado o caminho para a socialização da produção. A legislação estaria caminhando progressivamente do direito privado para o direito público:

[A] legislação (...) começa a dominar mais e mais áreas que antes estavam a mercê da guerra cega entre interesses particulares. Essa é a crescente liberdade da sociedade sobre os fatores econômicos.²³²

Porém, essa transição não seria automática, mas dada pela vontade, força moral e habilidade política da classe trabalhadora²³³. Disso se conclui a segunda categoria analítica, o “evolucionismo orgânico”. Bernstein considerava o socialismo adviria do próprio desenvolvimento natural da organização econômica. Nesse sentido, a violência revolucionária, que ele chamava de “blanquismo”, seria fútil e irracional.

O socialismo [diz Gay] seria emancipação pela organização econômica; ele requer uma luta política e econômica persistente em uma ampla frente. Para seguir nesta luta, os revisionistas esforçam-se por mobilizar quatro diferentes grupos sociais: o Partido Socialdemocrata com seus membros ativos e seu

²³⁰ MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], p. 123

²³¹ BERNSTEIN, Eduard. (1982) *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, p. 75

²³² BERNSTEIN *apud* GAY, 1970, p. 214 (tradução livre)

²³³ *Ibid.* p. 216

satélite de eleitores, aliados não-socialistas ocasionais, sindicatos e cooperativas.²³⁴

Portanto, o *meio* para a realização das tarefas reformistas seriam os sindicatos e, principalmente, o Estado democrático. Em *Problemas do Socialismo*, Bernstein argumenta que o Estado democrático tem se provado em todos os países como extremamente maleável aos interesses dos trabalhadores.²³⁵ Em outras palavras, o Estado democrático poderia cumprir um papel socializante. Mas em *Os pressupostos...*, vai adiante, argumentando que a democracia se caracteriza pela ausência de um governo de classe – não há classe privilegiada, mas o povo governa. Desse modo, a democracia seria não apenas o meio, mas própria substância do socialismo. O levante revolucionário e a ditadura revolucionária do proletariado seriam, então, não apenas impossíveis mas, por uma questão de princípios, indesejáveis.

Portanto, Bernstein virou de ponta cabeça o determinismo de que acusou a II Internacional: de colapso, o desenvolvimento natural das forças produtivas levaria necessariamente ao progresso; de levante revolucionário a ação eleitoral e parlamentar; de Estado como órgão de dominação de classe à alavanca da reforma social²³⁶

As teses de Bernstein foram oficialmente rejeitadas pelo congresso do SPD em 1899.²³⁷ Karl Kautsky escreveu *Bernstein e o programa da socialdemocracia* em que refuta enfaticamente as teses de seu amigo de tal modo que o livro ficou conhecido também como *Anti-Bernstein*. Rosa Luxemburgo faria o mesmo em *Reforma ou Revolução?*. A partir de então, ainda que tenha ocupado o cargo de deputado do *Reichstag* por mais muitos anos, Bernstein perde parte do prestígio que tinha como dirigente político do partido. Mas algo curioso e contraditório ocorreu aí. Ao mesmo tempo em que sua teoria era rejeitada formalmente, a *prática* do partido se mostrava cada vez mais condizente com ela. Nada sintetiza melhor essa contradição do que

²³⁴ Ibid. p. 217

²³⁵ BERNSTEIN, Eduard (1982) “Problemas do socialismo” em: *Las premissas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, p. 41

²³⁶ MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese], p. 121

²³⁷ SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, p. 23

a mensagem que Ignaz Auer enviou a ele: “Suas teses correspondem às ideias de muitas pessoas, mas essas coisas não se dizem, se fazem.”²³⁸ Ou seja, a personalidade de Bernstein declinou mas suas ideias ganharam força. Ao fim e ao cabo, a partir de aproximadamente 1914, quando a ala majoritária, reformista, expulsou as tendências mais à esquerda do partido após a polêmica votação dos créditos de guerra, o SPD já era mais reformista que seu idealizador. Mais irônico ainda, Bernstein estava entre os expulsos.

²³⁸ AUER *apud* BERTELLI, Antonio (2003) *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO, p. 71

- *Rudolf Hilferding e o “capitalismo organizado”:*

Rudolf Hilferding possui uma trajetória política, em certo sentido, análoga a de Karl Kautsky, por quem, aliás, nutria grande admiração e foi diretamente influenciado. Austríaco, militou inicialmente no partido socialdemocrata de seu país, mas mudou-se ainda jovem para a Alemanha, em 1906, a convite de August Bebel para exercer a função de professor de economia na escola do SPD. A princípio identificava-se com o socialismo revolucionário, mas foi se tornando progressivamente reformista até tornar-se o principal economista do partido no período weimariano.

Em seu único livro, *O Capital Financeiro* (1986) [1910], Hilferding observa o recrudescimento das causas contra-arrestantes na fase monopolista do capitalismo. A concentração do capital em trustes, cartéis e monopólios torna essas empresas mais imunes à falência em função de sua maior capacidade de racionalização de produção e da extensão de seus negócios. Da mesma forma, a concentração bancária dificulta o surgimento de uma crise monetária. Além disso, a maior influência dos bancos no capital industrial por meio das sociedades anônimas evita a especulação desenfreada:

Os bancos *controlam* diretamente a exploração das sociedades por eles subvencionadas com crédito. O controle é realizado mais sistematicamente, à medida que as tendências conduzirem à *dependência da indústria com relação aos bancos*.²³⁹

Nesse mesmo sentido, o avanço dos meios de transporte e dos serviços de comunicação também coíbem a especulação. Esses fatores de *racionalização* tornam o capital concentrado mais imune às crises. Entretanto, ele não está inteiramente descartada já que a lei da queda tendencial da taxa de lucro não se refere simplesmente à superprodução. O motivo central da crise – a anarquia da produção – só seria eliminado mediante a criação de uma única *organização consciente* que dirigisse a produção total. Um cartel de semelhante magnitude seria impossível social e politicamente.²⁴⁰ Porém, com a maior concentração do capital, torna-se possível uma coesão dos interesses burgueses por meio do *Estado* maior do

²³⁹ Ibid. p. 276 (grifo meu)

²⁴⁰ Ibid. pp. 278-279

que na era da livre concorrência.²⁴¹ Esta coesão entre Estado e interesses burgueses aparece de forma desnuda no *imperialismo* já que é do interesse dos cartéis ampliar o mercado externo.²⁴²

Finalmente, Hilferding observa nos conteúdos essenciais do capitalismo desenvolvido o germe do socialismo. O capital financeiro realizou o controle social da produção em prol da oligarquia dos cartéis e bancos. A última fase da luta de classes entre burguesia e proletariado seria a luta pela expropriação desta oligarquia, pois, para Hilferding, o socialismo seria justamente essa mesma socialização consciente da produção já existente mas com sentido invertido – em prol da classe trabalhadora:

Do dilema burguês: protecionismo ou livre comércio, o proletariado se safa com a resposta: nem protecionismo nem livre comércio, mas socialismo, organização da produção, regulamentação consciente da economia não mediante os magnatas do capital nem em benefício deles, mas mediante o conjunto da sociedade e em seu benefício. A essa sociedade se submete também a Economia, como se submeteu a Natureza desde que encontrou a pista de suas leis de movimento. O socialismo deixa de ser um ideal distante, inclusive deixa de ser uma “meta final” que atua somente como guia para “reivindicações atuais” e se torna um componente essencial da política prática e imediata do proletariado.²⁴³

Portanto, o surgimento do capital financeiro facilita a expropriação uma vez que concentrou a produção - “A tomada de posse de seis grandes bancos berlinenses já significaria hoje a tomada de posse dos setores mais importantes das grandes indústrias”²⁴⁴ – assim como o imperialismo facilitou a tomada do poder ao evidenciar o caráter de classe do Estado.

Estes argumentos de Hilferding apresentam algumas tendências que serão desenvolvidas em seus textos e discursos posteriores. Em primeiro lugar, à semelhança de Max Weber, entende o capitalismo como incremento da “racionalização” (*Rationalisierung*), ou ainda, organização, controle, planejamento, etc. Em segundo lugar, entende o socialismo como fase superior desta racionalização, quando a dominação da Natureza pelo homem se completa com a dominação da Economia. Finalmente, também influenciado pela concepção kantiana, cinde a *práxis* marxista ao distinguir

²⁴¹ Ibid. p. 318

²⁴² Ibid. pp. 341-342

²⁴³ Ibid. p. 343

²⁴⁴ Ibid. p. 344

seus juízos científicos de seus juízos de valor, políticos²⁴⁵. Desse modo, explica-se o subjetivismo de sua orientação política²⁴⁶ que não vê a possibilidade do socialismo como condicionado pelas condições legadas pelo passado, mas como consequência da ação subjetiva do proletariado, de sua “força” (*Macht*).

Em 1914 estoura a I Guerra Mundial e com ela vem à tona a polêmica sobre os créditos de guerra. Hilferding esteve entre os expulsos por discordar da direção do SPD. Mas não por muito tempo. Assim como Bernstein e todos os reformistas anti-guerra (que até então organizavam-se no USPD), Hilferding retornou ao SPD após a proclamação da República de Weimar, em 1919, quando o partido assumiu o governo. A partir de então, deixou de lado a perspectiva revolucionária que ainda mantinha em *O Capital Financeiro* e assume uma posição propriamente reformista. Em 1922, já é considerado o principal economista do partido.

Antes disso, em 1915, observa que as tendências de centralização e direção organizada da economia, que havia apontado no *Capital Financeiro*, encontravam-se reforçadas no contexto de guerra em função da conformação do complexo bélico-militar. Assim, por meio de uma série de artigos publicados no *Die Neue Zeit* e no *Der Kampf*, cunha o conceito de “capitalismo organizado”, uma versão mais acabada do “capital financeiro”²⁴⁷. Além disso, neste período Hilferding concebe a Guerra Mundial como “perturbação” no ritmo normal de acumulação, e não como consequência necessária da fase imperialista do capitalismo.

Em 1920, em um informe apresentado ao I Congresso dos Conselhos de Fábrica, apresenta novos elementos de organização, como a figura do *manager* em substituição ao empresário na direção da fábrica. Em 1924, em seu editorial ao primeiro número do *Die Gesellschaft*, intitulado “Problemas da época”, Hilferding sustenta que a democracia política realiza sua essência na democracia econômica, e a transição ao socialismo ocorre quando o

²⁴⁵ MUSSE, Ricardo (2014) “Weber e o estatuto do reformismo marxista”, Blog da Boitempo, disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/09/12/weber-e-o-estatuto-do-reformismo-marxista/>> último acesso: 03/07/2017, 20:50

²⁴⁶ MARRAMAO, Giacomo (1990) *O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, pp. 130-131

²⁴⁷ Entre 1915 (após a publicação de seus artigos) e 1918, Hilferding paralisou suas atividades teóricas e políticas pois foi obrigado a servir como médico em zona de guerra.

Estado se livra dos condicionamentos do capitalismo e exerce sua função de “máquina administrativa” que racionaliza a sociedade, cumprindo seu princípio de universalidade e igualdade.²⁴⁸ Assim, seria possível, em função do esfriamento das lutas de classes, uma transição pacífica ao socialismo, por meio da ampliação da democracia, ou seja, pelo controle democrático da economia. Além disso, a complexificação da estrutura de classes e o aumento do contingente de membros da classe média abriam a necessidade de o partido realizar alianças em um arco mais amplo e adotar um programa mais universalista²⁴⁹.

Esta transição consolida-se no informe ao Congresso de Kiel, de 1927, intitulado “As tarefas da socialdemocracia na República”, em que define “capitalismo organizado” como

a substituição do princípio capitalista da livre concorrência pelo princípio socialista da produção planificada. (...) Isso não significa outra coisa que o fato de que à nossa geração coloca-se a tarefa de transformar, com o auxílio do Estado, isto é, de uma regulamentação social consciente, esta economia organizada e dirigida pelos capitalistas numa economia dirigida pelo Estado democrático.²⁵⁰

Portanto, o socialismo realiza a “forma de racionalidade” presente no “capitalismo organizado”. A *transição*, evolutiva e pacífica, não é automática mas realizada pelo Político (*Macht*) – diz Hilferding, “o marxismo jamais foi fatalismo, mas, ao contrário, sumo ativismo.”²⁵¹ Sua *técnica* é a democracia e o Estado o seu sujeito. Dessa forma, mais do que reconhecer o Estado democrático como lugar mais favorável ao proletariado, como afirmava Engels na “Introdução de 1895”, Hilferding aproxima-se de Bernstein ao compreender o Estado não como instrumento de dominação de classe, mas como alavanca da transformação, e, da mesma forma, a democracia como a própria substância do socialismo.

Neste Hilferding tardio, a crise praticamente some do horizonte. Quando ocorre a tragédia de 1929, sua tese sobre o “capitalismo organizado” é fortemente contestada²⁵². Ele responde que a crise resultou da não

²⁴⁸ Ibid. pp. 165-166

²⁴⁹ BOTTOMORE, Tom. “What is Austro-Marxism?” em: BOTTOMORE T. & P. GOODE (org.) (1978) *Austro-marxism*, Oxford: Clarendon Press, p. 25

²⁵⁰ HILFERDING *apud* MARRAMAO, 1990; pp. 11-12

²⁵¹ Ibid. p. 162

²⁵² SMALDONE, William., (1988) “Rudolf Hilferding and the Theoretical Foundations of German Social Democracy, 1902-33”, *Central European History*, Vol. 21, No. 3, p. 297

utilização das potencialidades racionais de organização, isto é, não derivou de contradições internas do sistema.²⁵³ Mais ainda, Hilferding era ministro neste período e não atendeu às reivindicações da esquerda por medidas anticíclicas.²⁵⁴ Ao contrário, propôs cortes no orçamento (o custo com seguro desemprego havia disparado) e aumento dos impostos para conter a inflação.²⁵⁵

De acordo com Altvater²⁵⁶ e Bottomore²⁵⁷, Hilferding não apenas teria exagerado em sua caracterização sobre a capacidade do capitalismo organizar-se em sua fase monopolista, como teria subestimado a burguesia ao mesmo tempo em que superestimou a força da classe trabalhadora – em outras palavras, o reformismo acreditou que poderia fazer dobrar a economia capitalista, mas na verdade ele próprio é que foi dobrado. E, uma vez deflagrada a crise, teriam se furtado a pensar soluções alternativas, restringindo-se a defender as necessidades fundamentais da acumulação capitalista. Em outras palavras, apegaram-se aos princípios burgueses ao invés de propor uma resposta ao problema de como vencer a depressão²⁵⁸. Nesse mesmo sentido, Hilferding, em seu artigo de 1933 ao *Die Gesellschaft*, “Entre decisões”, vê a legalidade como o principal obstáculo ao nazismo, que, em sua opinião, começava a declinar. Dessa forma, teria sido correta a “política de tolerância” em relação ao governo Brüning pois esta teria evitado a conformação de um único bloco reacionário da burguesia sob direção dos nazistas. A tática correta, portanto, seria tentar retomar o parlamentarismo, e o grande erro seria a ação “autoritária” dos revolucionários (como greve de massas ou formação de milícias armadas)

²⁵³ MARRAMAO, 1990; p. 171

²⁵⁴ SMALDONE, 1988; p. 297

²⁵⁵ DARITY JR., W. A. & HORN, B. L. (1985) “Rudolf Hilferding: The Dominion of Capitalism and the Dominion of Gold”, American Economic Association, The American Economic Review, Vol. 75, No. 2, p. 367

²⁵⁶ ALTVATER, Elmar (1987), *O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929*, em: HOBBSAWM, E. J. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 8, pp. 70-73

²⁵⁷ BOTTOMORE, Tom. (1985) “Introdução a *O Capital Financeiro*”. Em: HILFERDING, Rudolf, *O capital financeiro*, São Paulo: Abril Cultural

²⁵⁸ Ibid. pp. 75-76

que apenas motivariam o nazismo ao colocar em risco as garantias constitucionais de República de Weimar.²⁵⁹ Em outro discurso, diz Hilferding:

Eu acredito que quando a história fizer seu veredicto sobre este governo, este episódio não terá importância. O importante será o seguinte: que neste momento crítico, quando todos os inimigos do parlamentarismo acreditam que a maré está a seu favor, quando todos os inimigos do entendimento na Europa acreditam que seu grande dia está se aproximando, o governo impediu os ataques dos inimigos da democracia e do entendimento internacional²⁶⁰.

Não impediu. Ao fim e ao cabo, o nazismo pôs fim à República de Weimar valendo-se de seus próprios dispositivos legais.²⁶¹ Ato contínuo, Hilferding exilou-se na França. Em 1940 foi capturado pela Gestapo tentando embarcar para os Estados Unidos. Em 1941 cometeu suicídio numa prisão em Paris.²⁶²

A estratégia reformista do SPD esteve relacionada a uma teoria, expressa nos trabalhos de Bernstein e Hilferding, segundo a qual a transição do capitalismo ao socialismo ocorreria como consequência da evolução do regime atual – do ponto de vista econômico, pela socialização da produção, do ponto de vista político, pelo fortalecimento do Estado democrático. Note-se o otimismo desta teoria em relação ao desenvolvimento capitalista, apoiada não só na refutação da “teoria do colapso”, mas, mais ainda, na *inversão* dela ao considerar o capitalismo como sistema estável.

²⁵⁹ HILFERDING, Rudolf (1933) “Between Decisions”, disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/hilferding/1933/decisions.htm>> último acesso em: 31/05/2018 às 19:53

²⁶⁰ HAROLD, James. (1981) “Rudolf Hilferding and the application of the political economy of the second international”, Cambridge University Press, The Historical Journal, Vol. 24, No. 4, p. 862

²⁶¹ BOTTOMORE, Tom. (1985) “Introdução a *O Capital Financeiro*”. Em: HILFERDING, Rudolf, *O capital financeiro*, São Paulo: Abril Cultural

²⁶² SMALDONE, William. (1988) “Rudolf Hilferding and the Theoretical Foundations of German Social Democracy, 1902-33”, Central European History, Vol. 21, No. 3, pp. 267-299

Capítulo 5 - A concepção de história do reformismo:

A partir das análises expostas, é possível tentar traçar a concepção de história do reformismo.

Em primeiro lugar, como afirmado no último parágrafo do capítulo anterior, cabe notar que o reformismo concebe a transição do capitalismo ao socialismo como consequência da evolução do regime atual, considerado estável. Por conseguinte, esse pensamento não concebe a necessidade ou mesmo possibilidade das expressões mais concretas da crise do capitalismo, ou seja, das guerras, revoluções (e contrarrevoluções) e crises econômicas. Nesse sentido, afirma Arcary em relação à concepção de história de Bernstein:

Em suma, um tempo ilimitado e ininterrupto de progresso, um tempo evolutivo e contínuo de civilização, um tempo imperativo e universal da moral e um tempo estável e duradouro para a democracia. Não havia, portanto, lugar nem para a crise e nem para a revolução.²⁶³

Entretanto, o início do século XX foi marcado por acontecimentos em sentido contrário ao de sua formulação - a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o Fascismo e a Crise de 1929 impuseram-se com força em toda a Europa.

Em relação à Primeira Guerra Mundial, a direção do SPD à época orientou seus deputados a votarem a favor dos créditos de guerra. Mais ainda, decidiu expulsar aqueles que se opuseram. A decisão escandalizou os socialistas do mundo todo e marcou a ruptura definitiva do SPD com os militantes revolucionários. Os autores abordados aqui, apesar de sua tendência reformista, se opuseram com veemência à posição belicista do partido e foram expulsos por isso. Entretanto, nem Bernstein e nem Hilferding conceberam a guerra como tendência inerente ao capitalismo. Este último em particular, a considerou como “perturbação” no ritmo normal do modo de produção e não como resultado de suas contradições internas. Portanto, neste caso não apenas o reformismo (como movimento, e não os seus expoentes escolhidos aqui) não pôde compreender o significado da guerra

²⁶³ ARCARY, Valerio (2000) *As esquinas perigosas da História: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, p. 301

como adotou uma postura perfeitamente condizente com as das burguesias nacionais.

Em relação à crise, mais especificamente a grande Crise de 1929, viu-se que Bernstein e Hilferding tinham como prognóstico o oposto do que ocorreu. É particularmente interessante que, em *O capital financeiro*, Hilferding tenha atestado que a especulação, justo a grande razão desta crise, havia perdido terreno na era do capital financeiro. Uma vez que estourou a crise, vimos também que o SPD, personificado por Hilferding, que era Ministro das Finanças à época, não adotou medidas anticíclicas.

Por fim, em relação às revoluções e contrarrevoluções. O pensamento reformista caracterizou-se pela substituição do princípio da revolução pelo da evolução. A revolução era não apenas improvável como indesejável pois destruiria a democracia, substância e meio para o socialismo. Quando irrompeu a Revolução Russa de 1917, os reformistas a encararam como uma aventura autoritária em um país atrasado. E durante a conjuntura revolucionária da própria Alemanha, entre 1918 e 1919, defenderam a reconstituição da estabilidade nos marcos da democracia liberal, ou seja, eleições livres para o parlamento. Mais ainda, contribuíram para a repressão aos socialistas radicais da Liga Espartaquista. Finalmente, às vésperas da contrarrevolução nazista, apostaram que a defesa dos princípios do Estado democrático seria suficiente para deter o nazismo.

Portanto, em todos estes casos nota-se o que se afirmou acima: que o reformismo tanto não compreendeu o significado da crise como não agiu contra ela. A crise é sempre o calcanhar de Aquiles do reformismo. Vejamos o porquê.

O reformismo direciona sua atenção para as necessidades práticas, imediatas, numa palavra, para a particularidade. Ao fazê-lo, concebe o futuro histórico como prolongamento do presente, ou seja, como avanço quantitativo dos sistemas do presente, ou ainda, como evolução. Mais ainda, vê a si mesmo como sujeito desse movimento, quando na verdade é objeto das leis de acumulação do capital. No período de prosperidade, o reformismo acredita estar em consonância com o progresso (motivado pelos sucessos eleitorais, vitórias sindicais, etc.), dessa forma, nutre-se de um otimismo em relação à ordem vigente que o impede de vislumbrar a crise. Quando ela

ocorre, põem-se abaixo todas as suas ilusões e escancara-se para o reformismo que ele está sujeito às leis da sociedade capitalista. Ao aderir à política burguesa e à filosofia burguesa da história, o reformismo solapa a independência de classe do proletariado, e, no momento da crise, não pode impor seu programa. Assim, tende a aderir completamente ao programa burguês. A crise retira do reformismo a sua bússola que aponta sempre para o progresso.

Esta hipótese está baseada em conceitos elaborados pela Teoria Crítica.

Em “Sobre o conceito de história” (2012) [1940], Walter Benjamin sustenta que a história foi sempre marcada pela vitória da classe dominante. Assim, os revolucionários devem voltar-se primeiro ao passado, e não ao futuro, pois se trata de vingar os derrotados. A concepção historicista, por outro lado, tem como objeto de sua empatia o vencedor, e, por conseguinte, os seus herdeiros, ou seja, aqueles que detêm o poder no presente.²⁶⁴ Pois ela concebe a história como massa de fatos acumulados que preenchem o tempo vazio e homogêneo,²⁶⁵ sem atentar para as conexões entre o passado e o presente²⁶⁶ e concebendo o futuro como prolongamento do presente – no movimento que designam como “progresso”. Já o “materialismo histórico” busca romper com este “sentido da história”: ele deve “escovar a história a contrapelo”²⁶⁷, dar o salto de tigre ao passado no céu livre da história²⁶⁸, numa palavra, saltar para fora do “progresso”. Nesse sentido, Benjamin compreende o “estado de exceção” que se impôs à Alemanha em 1933 como sendo, na verdade, a regra, do mesmo modo que a vitória dos oprimidos seria a verdadeira exceção.²⁶⁹ Esta concepção de história defendida por Benjamin aparece sintetizada em sua metáfora sobre o “anjo da história”:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem

²⁶⁴ *ibid.* tese VII

²⁶⁵ *ibid.* tese XVII

²⁶⁶ “Fustel de Coulanges recomenda ao historiador que pretenda reconstruir uma época que ignore tudo o que conhece do desenrolar histórico posterior.” *ibid.* p. 11

²⁶⁷ *ibid.* p. 12

²⁶⁸ *ibid.* p. 21

²⁶⁹ *ibid.* tese VIII

fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval.²⁷⁰

Entretanto, a concepção de história da socialdemocracia atrelou-se ao historicismo e não foi a mesma do “materialismo histórico”. Viram a si mesmos como se estivessem no mesmo sentido da corrente do progresso, o que está na chave para compreender sua derrota:

O conformismo que desde sempre foi apanágio da socialdemocracia prende-se não apenas com a sua tática política, mas também com as suas ideias econômicas. E está na origem da sua derrocada recente. Nada corrompeu mais as classes trabalhadoras alemãs do que a ideia de que elas estavam integradas na corrente dominante. O desenvolvimento técnico foi visto por elas como o declive da corrente que julgavam acompanhar.²⁷¹

É possível enxergar relações entre esta passagem e as teorias de Bernstein e Hilferding cujo otimismo (“a ideia de que elas estavam integradas na corrente dominante”) esteve na base não apenas de sua moderação (“tática política”) mas de sua visão sobre o capitalismo como sistema estável (“ideias econômicas”) cujo próprio desenvolvimento levaria ao socialismo. À maneira do protestantismo ascético, prossegue Benjamin, a socialdemocracia (como está evidente no Programa de Gotha criticado por Marx) compreendeu o “trabalho” como “valor” (em sentido moral) capaz de dominar a natureza e redimir a sociedade – “É uma concepção que apenas leva em conta os progressos na dominação da natureza, mas não os retrocessos da sociedade.”²⁷²

É nesse sentido que se pode compreender por que, para a socialdemocracia, a Liga Espartaquista era inaceitável. Este movimento revolucionário dirigia-se ao passado, ao Spartacus, e à semelhança do que propunha Marx, via a classe trabalhadora como a última classe explorada que iria redimir os explorados do passado. Mas o compromisso da socialdemocracia é com as gerações futuras.²⁷³

²⁷⁰ *ibid.* p. 14, tese IX

²⁷¹ *Ibid.* p. 16

²⁷² *Ibid.* p. 17

²⁷³ *Ibid.* tese XII

Portanto, teoria e a prática da socialdemocracia foram forjadas numa crença dogmática no progresso: a) de toda a humanidade; b) infinito; c) automático. Tudo isso baseado numa concepção de tempo vazio e homogêneo.²⁷⁴ Ao fazê-lo, adotaram a concepção de história dos vencedores que os levou à derrota.

Esta relação aparece de forma muito clara também no ensaio “Consciência de Classe” pertencente ao livro *História e Consciência de Classe* de Georg Lukács (2016) [1920]. Para o autor, o pensamento burguês realiza a “apologia da ordem existente das coisas ou, pelo menos, a demonstração de sua imutabilidade”. (p. 136) Ou seja, a consciência reificada da burguesia vê a história e a sociedade como resultado de forças poderosas e incontroláveis cuja natureza é, ao mesmo tempo, imutável. Mas esta consciência falsa da burguesia é socialmente necessária pois resulta da contradição entre interesse e consciência de classe burguesa. Assim, tomar consciência do caráter das crises, por exemplo, significaria renunciar a seus interesses de classe. A vantagem do proletariado consiste justamente em que seus interesses de classe estão em acordo com sua consciência de classe – a verdade é portadora da vitória. Ao contrário das outras classes, não se atém “às particularidades dos acontecimentos históricos” mas é capaz de perseguir seu interesse histórico, “a grande luta pelos princípios que remetem às questões últimas do processo econômico objetivo”.²⁷⁵ O erro do reformismo (chamado neste ensaio de “marxismo vulgar”) foi justamente perder a perspectiva da totalidade ao perseguir objetivos políticos mesquinhos (a *Realpolitik*) – “o movimento é tudo, a meta é nada”. Ao fazê-lo o reformismo coloca-se no nível da consciência burguesa. Ora, não é surpresa, então, que “em seu próprio terreno, a burguesia seja necessariamente superior ao proletariado, tanto econômica quanto ideologicamente.”²⁷⁶ Isto impõe-se inevitavelmente no momento da crise:

Mas quando, por força do desenvolvimento, as mesmas contradições dialéticas são levadas à superfície da consciência, sua consequência para o proletariado é ainda mais fatal do que para a burguesia. Pois a auto-ilusão da “falsa consciência” que nasce na burguesia pelo menos está de acordo

²⁷⁴ ibid. tese XIII

²⁷⁵ ibid. p. 171

²⁷⁶ ibid. p. 172

com sua situação de classe, apesar de todas as contradições dialéticas e toda falsidade objetiva.²⁷⁷

Por fim, pode-se considerar que a consciência reificada levou o reformismo ao mais estreito pragmatismo (novamente, “o movimento é tudo, a meta é nada”) e ao mesmo tempo subjetivismo (o *Macht* de Hilferding):

A consciência reificada deve permanecer prisioneira, na mesma medida e igualmente sem esperança, nos extremos do empirismo grosseiro e do utopismo abstrato. Desse modo, ou a consciência se torna um espectador inteiramente passivo do movimento das coisas conforme a lei, no qual não pode intervir sob nenhuma circunstância, ou se considera como um poder capaz de dominar ao seu bel-prazer – subjetivamente – o movimento das coisas, em si destituído de sentido.²⁷⁸

²⁷⁷ ibid. pp. 172-73

²⁷⁸ ibid. p. 185

PARTE II – O PÓS-REFORMISMO

Uma vez apresentadas as bases teóricas e históricas do reformismo, cabe agora analisar as causas de sua liquidação, isto é, como e por que essa concepção política e teórica tornou-se substancialmente indistinguível do liberalismo burguês com a hegemonia do neoliberalismo. A essa nova conformação do reformismo, surgida no âmbito do Partido Trabalhista do Reino Unido a partir do fim dos anos 1970, chamaremos de “pós-reformismo”. Para compreendê-lo, antes é necessário realizar um breve exame do neoliberalismo.

Capítulo 6 - O neoliberalismo:

Antecedentes:

A base teórica do neoliberalismo é muito anterior à sua ocorrência como política econômica efetiva. A primeira surgiu em 1944, no livro intitulado *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, cujo argumento central é o de que qualquer mecanismo de regulação do mercado por parte do Estado leva necessariamente à destruição da liberdade individual. Mais tarde, Hayek encontrou o apoio de outros teóricos em sua cruzada em defesa de um capitalismo livre de regras, como Ludwig Von Mises, Milton Friedman e Karl Popper. No entanto, estes autores só passaram a ser enaltecidos por homens de negócios, grande mídia e parte da academia de Ciências Econômicas quase trinta anos depois. Pois suas ideias chocavam-se com os princípios básicos da teoria econômica – por conseguinte, do modo de acumulação – que naquele momento se instituía como hegemônico no capitalismo: o keynesianismo-fordismo²⁷⁹.

Este modelo surgiu sobre a imensa destruição de capitais promovida durante a Grande Depressão e as Grandes Guerras que permitiu ao capitalismo retomar o ciclo de acumulação. O período que se seguiu, aproximadamente entre 1945 e 1973, foi o de maior crescimento da história

²⁷⁹ ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9

do capitalismo, sendo conhecido ao seu final por termos como “30 gloriosos” ou “Era de Ouro”.²⁸⁰ Entretanto, o ciclo de expansão após crise não ocorreu como fenômeno natural do capital, mas foi permitido por políticas de Estado. De acordo com Hobsbawm, a Grande Depressão, as Grandes Guerras e o avanço do comunismo convenceram os grandes tomadores de decisão dos EUA e Reino Unido (políticos conservadores e até grandes empresários) de que era necessário reformar o capitalismo para evitar seu colapso. A solução passava por abandonar o liberalismo ortodoxo e incorporar medidas de planejamento econômico inspiradas em John Maynard Keynes e na União Soviética. Como sintetiza o autor,

(...) por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como “socialista”. Afinal, fora assim que a Grã Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na “economia mista”. Embora houvesse momentos em que as velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda contassem, não eram mais absolutamente obrigatórias. (...) A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada precisava ser salva de si mesma para sobreviver.²⁸¹

Consoante a Hobsbawm, Burawoy argumenta que o regime fabril baseado no despotismo levou a crises de subconsumo e resistência operária, tendo de ser substituído pelo regime fabril hegemônico. No primeiro, há pouca ou nenhuma regulação sobre as relações de trabalho, a coerção se realiza de forma direta e individual da empresa sobre o trabalhador e não há salário mínimo ou limite de jornada de trabalho. Dessa forma, a reprodução da força de trabalho depende exclusivamente da própria produção – isto é, o salário é o único meio pelo qual o trabalhador pode adquirir o que é necessário para repor suas condições de trabalhar. Já no regime fabril hegemônico, o Estado oferece certos serviços de seguridade social que tornam o trabalhador menos dependente do capital para sua reprodução. Além disso, o Estado impõe salário mínimo e limite à jornada de trabalho,

²⁸⁰ HOBBSAWM, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, pp. 202-204

²⁸¹ Ibid. p. 214

impedindo a escalada contínua da exploração. Dessa forma, sem que a coerção desapareça completamente de cena ou que a relação de exploração de classe seja abolida, o trabalhador passa a ter de ser persuadido a cooperar como o capital. Esta situação, nomeada pelo autor de regime fabril hegemônico, é a que predominou nos “30 Gloriosos”.²⁸²

Em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, escrito por Keynes, os elaboradores de política econômica dos países desenvolvidos encontraram uma teoria consoante a seus objetivos. Nessa obra, o autor argumenta que o capital, quando deixado à própria sorte, sem intervenção do Estado, tende a produzir dois problemas para sua reprodução ampliada: concentração de renda, que estagna a economia e quebra a legitimidade do regime; capacidade ociosa, isto é, quando há estagnação pois não há demanda agregada suficiente para estimular o investimento e o consequente pleno emprego e utilização plena da capacidade produtiva existente.²⁸³ A solução para ambos os problemas estaria na intervenção do Estado no sentido de incentivar (ou mesmo obrigar) os capitalistas a investirem seus lucros na reprodução ampliada do valor.²⁸⁴ Primeiramente, por meio da política monetária de controle das taxas de juros e da emissão de moedas, de modo a evitar o entesouramento e a hipertrofia do sistema financeiro. Este tipo de controle do Estado sobre sua moeda foi possível de ser adotado em função do acordo de Bretton Woods, que estabeleceu que todos os países desenvolvidos deveriam indexar o valor de suas moedas ao dólar, que por sua vez estaria ligado ao ouro. Além disso, agências reguladoras do mercado financeiro atuaram para evitar o estouro de bolhas especulativas como ocorrido em 1929. A segunda forma pela qual o Estado estimula os investimentos é a política fiscal. Esta inclui investimentos promovidos pelo Estado de modo a gerar demanda agregada e consequente efeito multiplicador.²⁸⁵ Dessa forma, presumia-se que empresas estatais pudessem controlar os ramos estratégicos da economia – isto é, fornecedoras de bens e serviços que são insumos para boa parte da indústria – que exigiam alto grau

²⁸² BURAWOY, Michael. (1990) “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, vol. 5, nº 13

²⁸³ CARVALHO, Fernando Cardim de (2008) “Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana”. *Revista Análise Econômica*. Porto Alegre: ano 26, n. 50, p. 5

²⁸⁴ Ibid. p. 8

²⁸⁵ Ibid. pp. 9-11

de investimento e ofereciam margens de lucro não compatíveis com o risco para o investidor, como transportes, correios, extração de minérios, etc. Dessa forma, era possível, ao mesmo tempo, gerar demanda agregada, exercer pressão deflacionária e garantir a infraestrutura sobre a qual se construiu a recuperação econômica dos “30 Gloriosos”.²⁸⁶

Esse arranjo da política econômica estava voltado para sustentar uma indústria de produção padronizada que convenientemente encontrava-se com o consumo de massas, isto é, que se satisfazia em grande parte no mercado interno de países com o pleno emprego (portanto, alta remuneração) gerado por essa mesma indústria. Da mesma forma, construiu-se um Estado de Bem Estar voltado para a promoção de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e, principalmente, previdência.²⁸⁷

As razões pelas quais o *welfare* foi criado são motivo de controvérsia. Por um lado, como afirmou-se no capítulo 2, a mais importante das políticas de *welfare*, a previdência, foi criada, como política de Estado, pelo governo conservador de Otto Von Bismarck. Por outro lado, os socialdemocratas costumam creditar a si próprios o mérito pela construção do Estado de Bem Estar, tendo como grande exemplo as políticas do governo trabalhista no Reino Unido a partir de 1945. Curiosamente, os opositores de direita ao Estado de Bem Estar também associam-no à socialdemocracia (especialmente ao Partido Trabalhista), porém, no intuito de critica-lo. Hayek, por exemplo, disse que os Trabalhistas estavam construindo no Reino Unido uma ameaça às liberdades comparável ao que fez Hitler na Alemanha²⁸⁸. Da mesma forma, Margareth Thatcher associou a “ineficiência” do Estado de Bem Estar aos Trabalhistas. Entretanto, o que Thatcher convenientemente ignorou foi o fato de que os Conservadores que sucederam aos trabalhistas também governaram sob os moldes do keynesianismo e das políticas de *welfare*. Mais ainda, como afirma Hobsbawm, “O Partido Conservador britânico [nos anos 1950] reivindicava crédito pelas reformas do governo

²⁸⁶ HOBBSAWM, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 211

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9

trabalhista de 1945.”²⁸⁹ Ao mesmo tempo, as reformas criadas pelos trabalhistas foram bem menos ambiciosas no sentido de criar uma economia planejada do que as empreendidas por governos franceses contemporâneos e não socialistas.²⁹⁰

Na verdade, de acordo com Esping-Andersen, em “As três economias políticas do Welfare State”, o Estado de Bem Estar surgiu de um pacto, mediado pelo Estado, entre burguesia e proletariado. Em termos políticos concretos, isso significou uma coalizão entre partidos socialdemocratas e partidos conservadores. Pois em nenhum país os socialdemocratas chegaram a formar maioria absoluta, de modo a ser impossível supor que eles fossem capazes de estruturar o Estado de Bem Estar sozinhos. Da mesma forma, o Estado de Bem Estar não foi uma conquista exclusiva da classe trabalhadora, mas resultado de uma coalizão de classes.²⁹¹

Consoante a Esping-Andersen, Hobsbawm argumenta que a combinação de crescimento econômico numa economia capitalista baseado no consumo de massas de uma classe trabalhadora plenamente empregada, bem paga e protegida foi consequência de um pacto entre esquerda e direita, trabalhadores e burgueses. Aos primeiros, interessava a garantia legal de direitos. Aos últimos, a manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de certos limites que não afetassem os lucros. Em síntese, afirma o autor:

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão de obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas.²⁹²

²⁸⁹ HOBBSAWM, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 222

²⁹⁰ Ibid. pp. 213-214

²⁹¹ ESPING-ANDERSEN, Gosta (1991) “As três economias políticas do welfare state” *Lua Nova*. São Paulo, n. 24

²⁹² HOBBSAWM, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 221

Portanto, o modelo keynesiano-fordista, como consequência de um pacto, sintetizou sinais contraditórios do ponto de vista das lutas de classes. De um lado, ainda que não tenha abolido a dominação de classe e tenha sido resultado de um pacto com a própria burguesia, é inegável que esta última (como consequência das Grandes Guerras, da Grande Depressão e das revoluções socialistas) perdeu poder em relação ao período em que podia exercer seu domínio sem se preocupar com qualquer mediação. De outro, efetivamente a incorporação das reivindicações dos trabalhadores pelo Estado significou facilitou a sua acomodação ao sistema político e econômico. Em termos políticos, o Estado de Bem Estar condicionou a socialdemocracia não mais à busca do socialismo mas à busca pelo bem estar no interior da ordem capitalista ²⁹³. Em outras palavras, a socialdemocracia passou a trabalhar ao mesmo tempo pelo desenvolvimento do capitalismo e pela atenuação de seus efeitos – atenuação, e não transformação.²⁹⁴

Porém, como afirma Hobsbawm, o equilíbrio da “Era de Ouro” dava-se sobre uma base frágil, impossível de ser mantida para sempre. Como equilibrar por muito tempo salários valorizados, lucros crescentes e moeda estável?²⁹⁵ No final dos anos 1960, toda a gigantesca massa de capital acumulado nesse período começa a encontrar dificuldades para se recolocar no ciclo de reprodução ampliada do valor. Em outras palavras, dá-se início a uma crise de sobreacumulação de capital. Esta crise destruiria o delicado equilíbrio entre classes. A burguesia resgatou teorias até então marginalizadas, como as de Hayek, e pôs em marcha o desmanche do keynesianismo-fordismo para retomar, sem mediações, as rédeas da economia e da política no mundo. O capitalismo despia-se, assim, de sua aparência de harmonia entre classes.

²⁹³ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 21-26

²⁹⁴ PRZEWORSKI, Adam, *Estratégia partidária, organização de classe e votação individual*, em: *Capitalismo e Social-Democracia*, pp. 52-65

²⁹⁵ HOBBSAWM, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 223

A financeirização da economia mundial:

A transformação pela qual passou o capitalismo na segunda metade do século XX teve como seu principal motor a financeirização.

Para compreender esse fenômeno, iniciemos pelo surgimento do mercado de eurodólares, como são conhecidos os depósitos em dólar realizados fora do território americano. Os primeiros eurodólares foram depositados pela União Soviética no início dos anos 1950 com o objetivo de conservar saldo em dólar para realizar transações comerciais com países capitalistas. Entretanto, seu volume ainda era muito pequeno e não seria capaz de produzir os acontecimentos dos quais está se tratando aqui. A maior parte dos eurodólares foram depositados a partir do final dos anos 1950 por empresas multinacionais (e posteriormente bancos) americanas que estavam expandindo a internacionalização de suas atividades e encontraram na praça financeira conhecida como City de Londres uma legislação bancária menos rígida do que a dos EUA para emprestar e tomar empréstimo²⁹⁶.

Em meados dos anos 1960, os primeiros sinais de uma combinação entre estagnação e inflação começavam a ser sentidos em função da dificuldade do capital em se recolocar na esfera da produção – era o início do esgotamento do keynesianismo-fordismo. Um desses sinais foi a desvalorização da libra esterlina, que incentivou os bancos londrinos a realizar suas operações em dólar. Logo a prática se espalhou pelo continente dando início a uma série de operações financeiras realizadas em dólar à revelia do banco central americano (*off shore*, em português, “longe do litoral”). Dessa forma, essas operações interbancárias – conhecidas como euromercados - escapavam dos rígidos controles sobre a atividade financeira em voga na época, convertendo-se numa espécie de mercado financeiro *duty free*²⁹⁷. Consequentemente, entre 1964 e 1968, os eurodólares cresceram \$35 bilhões, ao passo que os déficits acumulados dos EUA – em tese, fonte dos eurodólares - cresceram apenas \$9 bilhões. Isto prova que os euromercados estavam criando crédito em dólar sem caixa correspondente. Na prática, emitindo dólares por fora do Fed²⁹⁸.

²⁹⁶ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, pp. 252-253

²⁹⁷ *Idem*. p. 254

²⁹⁸ *Idem*. p. 255

Com efeito, este acontecimento foi um dos primeiros passos da erosão do acordo de Bretton Woods e da subsequente financeirização capital. Ou, como afirma Chesnais,

Os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo, sem dúvida o mais decisivo, de um processo que colocou (...) o sistema mundial como tal à mercê do capital rentista.²⁹⁹

Além disso, a formação do mercado de eurodólares ajuda a compreender a destacada influência que a City passou a ter na política britânica nas décadas seguintes (como trataremos mais adiante) e a vocação monetarista da elite que ali se encontrava mesmo num período de hegemonia do keynesianismo³⁰⁰.

Mas há outros fatores que contribuíram para o fim do padrão dólar-ouro. Na década de 1960, a indústria americana enfrentava a concorrência crescente promovida pela reconstrução da Europa e Japão após a II Guerra e pela criação de indústrias em locais inteiramente novos, como América Latina e Ásia. Além disso, o governo dos EUA expandia progressivamente os gastos com a malograda Guerra do Vietnã. Estes dois fatores (somados à fuga de capitais dos EUA para os euromercados) levaram à explosão da dívida pública americana e ao crescente déficit na balança de pagamentos dos EUA. Tornava-se difícil para este país manter a conversibilidade do dólar em ouro. Consequentemente, sua posição de centro das finanças mundiais estava ameaçada. Como resultado, o presidente Richard Nixon, em 15 de agosto de 1971, decidiu unilateralmente romper o compromisso de manter o dólar indexado ao ouro, levando o acordo de Bretton Woods ao fim³⁰¹.

Com esta medida, os EUA retomaram as rédeas da economia mundial uma vez que a partir de então puderam

(...) determinar - por meio do manejo de sua taxa de juros – não apenas a variação do valor das demais moedas, mas também a dinâmica de curto prazo da economia mundial.³⁰²

²⁹⁹ Ibid. p. 251

³⁰⁰ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 66

³⁰¹ Ibid. pp. 248-251

³⁰² FIORI, J.L. (2007) "Império e pauperização". em: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, p.112

Entretanto, o fim do padrão ouro foi ao mesmo tempo um reconhecimento por parte do Estado americano do alto grau de autonomização que as finanças vinham tomando ³⁰³. Essa situação contraditória em que se colocou o Estado americano – que aumentou seu poder sobre a economia mundial ao mesmo tempo em que esteve ainda mais sujeito ao mercado financeiro – sintetiza o caráter do Estado neoliberal.

Além disso, a libertação do dinheiro em relação ao seu conteúdo material, isto é, o fim da obrigação de estar vinculado a uma mercadoria dotada de valor cristalizado que sirva de equivalente geral, permitiu o recrudescimento da relativa autonomia do capital financeiro em relação à produção. “Relativa”, pois, de um lado, as transações financeiras têm a capacidade de gerar lucro “sem nenhum processo [de produção e de comercialização de mercadorias] que sirva de mediação entre os dois extremos”. Em outras palavras, trata-se do “dinheiro que gera mais dinheiro”³⁰⁴. Por outro lado, apenas o trabalho gera valor, de modo que o lucro financeiro nada mais é do que apropriação de parte da mais-valia gerada no âmbito da produção. Dessa forma, pode-se dizer que a autonomização do dinheiro (reforçada pelo fim da conversibilidade em ouro) é uma “ilusão socialmente necessária”, pois, por mais que seja um reflexo distorcido da realidade, produziu consequências materiais muito concretas, como a hipertrofia do sistema financeiro, e, por conseguinte, aumento da desigualdade, do exército industrial de reserva, subsunção do capital industrial aos interesses do capital financeiro, etc. Dito de outra forma, a dessubstancialização do dinheiro é o desenvolvimento de seu caráter fetichista³⁰⁵.

Convém observar os efeitos concretos do rompimento dos EUA com o Bretton Woods. Pela preponderância da moeda americana, os demais países capitalistas desenvolvidos foram obrigados a adotar também, na prática, o câmbio flexível – o que aconteceu em 1973 e foi formalizado pelo FMI em

³⁰³ HARVEY, David (2009), “Do Fordismo à Acumulação Flexível” em: *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola, pp. 155-156

³⁰⁴ MARX *apud* CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, pp. 246-247

³⁰⁵ PAULANI, Leda (1991) *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Tese de Doutorado. FEA-USP, pp. 172-178

1976³⁰⁶. A generalização do câmbio flexível gerou uma onda de instabilidade nas moedas do mundo todo, o que fomentou o mercado de câmbio. Os ganhos especulativos retirados da pura compra e venda de moedas, por sua vez, gerou ainda mais instabilidade. Consequentemente, os Estados foram submetidos a um rígido disciplinamento imposto pelo mercado de câmbio para evitar ataques especulativos a suas moedas³⁰⁷.

Outro importante mecanismo de sujeição dos Estados às regras impostas pela mercado financeiro se deu por meio do endividamento. Como vimos, o próprio Estado americano entregou bilhões de dólares a seus credores devido ao endividamento causado pela Guerra do Vietnã e pelo déficit na balança de pagamentos. Mas a concessão de crédito a Estados assumiu contornos internacionais e gerou consequências politicamente relevantes após o Choque do Petróleo de 1973. A elevação unilateral do preço do barril de petróleo por parte dos países da OPEP rendeu à elite de seus países membros (como Arábia Saudita, Kuwait e Abu Dhabi) grande poder financeiro. Em reação à medida, os EUA prepararam-se para invadir esses países. Provavelmente em função dessa ameaça, os sauditas concordaram em depositar os lucros provenientes do petróleo na forma de dólares em fundos de investimento de Nova Iorque – os chamados “petrodólares”. Dada a situação de recessão econômica daquele momento, esses fundos investiram na concessão de créditos a Estados pois este é o tipo de investimento mais seguro possível uma vez que, dado que um Estado extrai seus recursos dos impostos, tecnicamente ele seria o último ente econômico de um país a falir. Os “clientes” (ou devedores) foram os Estados dos países em desenvolvimento. Dessa forma, os petrodólares espalharam-se pelo mundo e garantiram que vultuosas massas de mais-valia produzidas no Terceiro Mundo fossem transferidas para a burguesia rentista de Nova Iorque³⁰⁸.

Os países em desenvolvimento não foram o único destino desses fundos de investimento, mas a própria prefeitura de Nova Iorque também. A

³⁰⁶ MELLO, G. M. C. (2012) *Teorias Marxistas Sobre o Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, p. 68

³⁰⁷ HARVEY, David (2009), “Do Fordismo à Acumulação Flexível” em: *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola, pp. 155-156

³⁰⁸ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 35-38

cidade americana vivia uma dura crise nas finanças públicas em função da recessão econômica. Em 1975, o capital financeiro de Wall Street (liderado pelo Citibank) ofereceu um resgate desde que, em troca, a gestão do orçamento da prefeitura tivesse como prioridade o pagamento dos acionistas. O que restasse ficaria para os serviços essenciais. Isso implicava, por exemplo, implementar congelamento de salários do funcionalismo, cortar investimentos nas áreas sociais e cobrar por alguns serviços públicos. Sendo o maior centro financeiro do mundo, se Nova Iorque não aceitasse e declarasse falência estaria aberta uma crise difícil de mensurar. Foi assim que Wall Street deu um golpe no programa do prefeito democraticamente eleito.³⁰⁹

Outro caso emblemático de golpe do capital financeiro ocorreu no Reino Unido neste mesmo ano (este, por sua vez, não relacionado aos petrodólares). No início daquela década, o Reino Unido sofria os efeitos da sobreacumulação de capital na forma de uma combinação devastadora entre estagnação e inflação. Como consequência - considerando o fato de que a classe trabalhadora britânica era muito numerosa, relativamente bem remunerada em função do pleno emprego e bem organizada em sindicatos fortes -, estouraram greves por todo país. As mais relevantes foram lideradas pelos mineiros (categoria que não entrava em greve desde 1926) em 1972 e 1974. O governo (então nas mãos dos conservadores) impôs retaliações à categoria e convocou novas eleições imaginando que obteria o referendo para sua política. Entretanto, para sua surpresa, a opinião pública se solidarizou com os mineiros e os trabalhistas venceram as eleições. Porém, a vitória veio a um custo tão alto para os trabalhistas que suas consequências se arrastariam por décadas. O partido herdou um Reino Unido em situação econômica pior do que a vivida pelo governo anterior: em 1975, a inflação disparou para 26% e 1 milhão de pessoas estavam desempregadas.³¹⁰ Para conter o aumento do déficit fiscal do Estado, o que poderia agravar ainda mais a inflação, o governo optou, em abril daquele ano, por aumentar impostos e cortar despesas. Pela primeira vez em sua história, o Partido

³⁰⁹ Ibid. pp. 54-57

³¹⁰ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 67

Trabalhista abandonava as medidas anticíclicas do modelo keynesiano para enfrentamento de crises econômicas e colocava o controle da inflação acima da meta de pleno emprego³¹¹. Não foi suficiente. Nos meses seguintes até 1976, o governo apelou a vários empréstimos concedidos pelo FMI. A alternativa seria declarar a falência do Estado, o que acabaria com a confiança na libra esterlina e, conseqüentemente, colocaria o governo em confronto aberto com os interesses da City de Londres. Porém, ao optar pelos empréstimos junto ao FMI, o governo foi obrigado a se comprometer com um ajuste fiscal ainda mais duro. Dessa forma, colocou-se contra os interesses de sua tradicional base social – os trabalhadores, especialmente do setor público³¹². No final de 1978, multiplicaram-se as greves do funcionalismo – inclusive de serviços essenciais como motoristas de ambulâncias - em reação à política de congelamento de salários. No dia 10 de janeiro de 1979, o primeiro-ministro James Callaghan concede uma coletiva de imprensa em que discorda da colocação de um jornalista de que o Reino Unido vivia uma situação de caos. No dia seguinte, o jornal *The Sun* publica uma matéria sensacionalista atribuindo falsamente a Callaghan a seguinte frase: “Crise? Que Crise?” O descompasso entre a suposta declaração do primeiro-ministro e a situação do país animou ainda mais a ocorrência de greves, que atingiram um pico de 80 mil trabalhadores parados. O evento foi batizado pelo próprio Callaghan de “Winter of Discontent” [Inverno dos Insatisfeitos], numa alusão a uma peça de Shakespeare³¹³. Essa sequência de eventos produziu profundas transformações no Partido Trabalhista e foi um dos principais motivos que o manteve afastado do poder por quase vinte anos.

Esses fatos atestam a crescente pressão pela desregulamentação do mercado financeiro que a burguesia exerceu nos anos 1970 para retomar suas altas taxas de lucro e sua hegemonia plena. Quaisquer obstáculos à obtenção de lucros (geralmente na forma de ativos financeiros) precisariam

³¹¹ THORPE, Andrew (1997) *A History of British Labour Party*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 191

³¹² HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 68

³¹³ BANNISTER, Roger (2019) “The 1979 Winter of Discontent”. Socialist Party, Socialist Newspaper. Disponível em: <https://www.socialistparty.org.uk/articles/28522/16-01-2019/the-1979-winter-of-discontent> [último acesso: 19/09/2019, às 15:52]

ser eliminados. A rigidez do modelo keynesiano-fordista deveria ser substituída pela flexibilidade da produção e das finanças mundializadas. Qualquer manifestação de resistência dos trabalhadores deveria ser esmagada, e ao Estado caberia exclusivamente o papel de criar um “ambiente saudável para os negócios”. Como visto até aqui, a chantagem do mercado financeiro foi o mecanismo fundamental por meio do qual tudo isso se impôs. No entanto, é preciso não confundir o fetichismo do capital financeirizado com uma análise que seja, ela própria, fetichizada. Isso significa que o neoliberalismo não pode ser interpretado apenas como resultado do movimento autônomo do capital. Houve um projeto político elaborado por indivíduos bastante conscientes de seus interesses que, no mínimo, catalisaram esse movimento histórico chamado neoliberalismo. Este é o assunto do próximo tópico.

Os governos neoliberais e a “ditadura dos mercados”:

Em 11 de setembro de 1973, o presidente eleito do Chile Salvador Allende sofreu um golpe de uma junta militar liderada pelo general Augusto Pinochet e apoiada financeiramente e militarmente pela elite chilena, por grupos de tendência fascista, por grandes empresas americanas, pela CIA e pelo governo dos Estados Unidos. Dava-se início a uma das mais violentas ditaduras do século XX que destruiu todas as formas de organização da classe trabalhadora (não só em sindicatos e partidos, mas como em centros comunitários de bairros pobres). Com a resistência neutralizada, o capital foi liberado de todas as barreiras que freavam a exploração do trabalho.

Entretanto, ainda restavam elementos de uma política econômica keynesiana no governo chileno até 1975. A partir daquele ano, Pinochet convoca para sua equipe econômica os “Chicago Boys” – economistas formados pela Universidade de Chicago adeptos das teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da instituição. A primeira tarefa da equipe foi solicitar empréstimo ao FMI. Na sequência, promoveu-se uma série de profundas transformações em sentido neoliberal. O mercado financeiro foi desregulamentado e as multinacionais foram liberadas para arremeter lucros para o exterior. Diversas empresas estatais foram desnacionalizadas e privatizadas. A exploração de recursos naturais foi liberada para a iniciativa privada sem regulação. Diversos serviços públicos, como a educação, passaram a ser cobrados³¹⁴.

Dentre as medidas econômicas de Pinochet, merece especial destaque a sua reforma da previdência, que substituiu o modelo de repartição pública (em que Estado, empregadores e trabalhadores ativos contribuem para manter a aposentadoria dos inativos) pelo de capitalização (em que cada trabalhador aposenta-se com recursos depositados em um fundo de pensão privado ao longo da vida laboral). Este novo sistema rendeu grandes lucros (que em boa parte foram aplicados em bolsas de valores de fora do Chile) ao capital financeiro simplesmente por meio da cobrança de taxas de

³¹⁴ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 17-19

administração sobre os segurados³¹⁵. Em outras palavras, a capitalização gerou acumulação pela simples expropriação de parte da renda dos trabalhadores. O modelo foi tão bem sucedido para o capital que se espalhou por boa parte da América Latina e Leste Europeu.

Nos países centrais, não faltaram tentativas de implementar o sistema de previdência completamente privatizado. Em 1997, às vésperas das eleições, o governo conservador do Reino Unido propôs implementar a capitalização, mas perdeu a eleição para os trabalhistas e não pôde executar o plano. No entanto, puderam dar-se por satisfeitos já que, por meio de uma série de reformas executadas desde o início da Era Thatcher, deixaram um saldo de 15 milhões de trabalhadores segurados em fundos de pensão privados contra apenas 6,5 milhões totalmente dependentes do sistema público³¹⁶. Por essa razão, os fundos de pensão britânicos estão entre os maiores do mundo, atrás apenas dos americanos³¹⁷. Mas, além dos ganhos financeiros, os fundos de pensão causam um efeito ideológico sobre os trabalhadores. Ao ter as finanças pessoais dos trabalhadores vinculadas ao capital financeiro, o fundo de pensão causa uma relativa fusão entre os interesses do capital e do trabalho. “Relativa” pois, por um lado, efetivamente a sobrevivência daqueles recursos financeiros depositados pelo trabalhador (de onde virá sua renda no futuro) dependem da valorização no mercado financeiro empreendida pelo fundo de pensão. Mas, por outro lado, os fundos de pensão ampliam a extração de mais valia por outro meio que não a simples relação entre empregado e empregador. Sobre este misto de interdependência e dominação ergue-se uma visão distorcida da realidade que amortece o conflito entre as classes à medida que apresenta os interesses da classe dominante como interesse da sociedade em geral – numa palavra, ideologia.

³¹⁵ “Reversão da privatização da Previdência: questões chaves”, 2018, OIT: Escritório Internacional do Trabalho, disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2019/03/estudo_OIT.pdf [Último acesso: 06/10/2019, às 20:24]

³¹⁶ NÓBREGA, Mailson da (1997) “A Reforma da Previdência (na Grã Bretanha)” Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/07/dinheiro/3.html> [último acesso: 05/01/2020, às 19:36]

³¹⁷ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, p. 258

Portanto, Pinochet pode ser considerado o primeiro governo a implementar sistematicamente reformas neoliberais ³¹⁸. Sua política econômica serviu de laboratório para as potências capitalistas e inspirou diretamente os programas de Thatcher e Reagan³¹⁹. A esta altura, pode-se questionar: não seria contraditório para um movimento político e teórico com raízes no liberalismo ter como berço um regime autoritário? Como apresentado no início desta dissertação, a democracia nunca foi um valor fundamental para os liberais. Ao contrário, os primeiros teóricos do liberalismo temiam que o governo das massas pudesse levar à expropriação dos ricos (e a propriedade privada era vista como fortaleza da liberdade). Hayek sustentava opinião no mesmo sentido: para ele, democracia e liberdade podem entrar em contradição, sendo esta um valor superior àquela³²⁰.

No entanto, por ser um país periférico, a experiência do Chile, ainda que muito relevante historicamente, teve um efeito político internacional muito menor do que o dos governos de inclinação francamente neoliberal que foram eleitos obedecendo as regras do sistema liberal-democrático nos EUA e no Reino Unido – Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente.

A elaboração do programa de governo dessas duas lideranças ocorreu por meio de grandes investimentos de grupos empresariais. Preocupados em retomar a liberdade de mercado livre de quaisquer regulações, burgueses de diferentes ramos uniram recursos para financiar grupos de pesquisa e políticos que legitimassem e colocassem em prática seus interesses. Nos EUA, em 1972, a Câmara de Comércio uniu-se à Federação Nacional da Indústria para realizar pesquisas e praticar lobby no Congresso. Neste mesmo ano, foi fundada a Business Roundtable, organização que reunia CEOs de empresas cuja movimentação anual equivalia a metade do PIB americano, com o objetivo de buscar ativamente “o poder político para as

³¹⁸ ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 18

³¹⁹ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 18-19

³²⁰ ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 19

corporações”. Diversos institutos de pesquisa conhecidos como *think tanks* foram fundados por grupos empresariais deste tipo, como o Heritage Foundation e o National Bureau of Economic Research (NBER). Além disso, o financiamento privado de pesquisa contribuía para aumentar a influência das ideias neoliberais nos departamentos de economia das universidades e nos editoriais dos jornais³²¹. Já no Reino Unido, a opinião da City de Londres ganhava cada vez mais espaço na mídia, com especial destaque para o influente jornal *Financial Times*. Assim, como nos EUA, os *think tanks* - como o Centre for Policy Studies, o Adam Smith Institute e o Institute of Economic Affairs (de onde saiu Keith Joseph, um dos principais conselheiros de Thatcher) - também cumpriam o seu papel de aumentar a influência das ideias neoliberais nas universidades, jornais e, especialmente, partidos políticos. O discurso elaborado por esses institutos tratava as leis econômicas como leis da natureza, as quais não cabe questionar mas apenas adaptar-se. Utilizando avançadas técnicas de cálculo, essas teorias trataram seu objeto de maneira fetichista, afastando a Economia do ramo das humanas e aproximando-a das Ciências Exatas. Com efeito, o debate político foi substituído por uma avaliação “técnica”, e qualquer ideia não neoliberal (como o keynesianismo) foi desqualificada. À medida que esse discurso dominou universidades, mídia e governos, formou-se aquilo que se conhece como “consenso neoliberal”.

Em maio de 1979, Margareth Thatcher foi eleita primeira-ministra do Reino Unido. Mas antes de partir para a descrição de seu governo, é preciso tomar nota de algo que ocorreu em agosto daquele ano. A recessão econômica internacional havia se agravado e, em função de várias ondas especulativas e da política econômica dos EUA voltada para garantir as exportações, o dólar e a libra esterlina encontravam-se desvalorizados. Como resultado, a inflação do Reino Unido e EUA estava em alta e os ganhos da burguesia rentista (como aquela que havia feito aplicações em eurodólares e petrodólares) estavam ameaçados. A gravidade da situação deu margem a hipóteses de que o dólar deixaria de ser o centro monetário internacional. Numa reunião internacional convocada pelo FMI, todas as potências

³²¹ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 52-54

imperialistas sugeriram que o dólar fosse mantido desvalorizado – menos os EUA. Em reação, o presidente do Fed, Paul Volcker, ordenou o aumento abrupto da taxa de juros americana³²².

Com efeito, o dólar foi valorizado, a inflação foi contida e, consequentemente, garantiu-se a estabilidade monetária necessária para o rentismo. De quebra, os proprietários de títulos da dívida pública americana ainda foram presenteados com uma taxa de juros real positiva. Esse presente para o rentismo ajudou a deslocar mais capital do setor industrial para o setor financeiro, deixando um rastro de desemprego e, dessa forma, redução dos salários e enfraquecimento dos sindicatos. Além disso, diversas empresas e países (como aqueles do Terceiro Mundo que haviam tomado empréstimos da reciclagem de petrodólares) foram à bancarrota quando suas dívidas em dólar de repente explodiram, mergulhando o mundo ainda mais na recessão.

Com sua situação fiscal em frangalhos, os países periféricos passaram a contrair mais empréstimos por parte do FMI, Banco Mundial e Fed. Em contrapartida, foram obrigados a adotar rígidas metas fiscais, metas de inflação, desregulamentação das finanças, dentre outras medidas (até mesmo referentes a política educacional) de caráter neoliberal. Dessa forma, temos mais um exemplo de como a política econômica neoliberal foi imposta pelo mercado financeiro aos governos independentemente de sua inclinação ideológica a priori.

Portanto, por meio do “choque dos juros” de 1979, os EUA mais uma vez tomavam uma decisão unilateral que recolocava o dólar no centro das finanças do mundo, garantiam seu domínio econômico e abriam novas portas para o capital financeiro empurrando para o abismo a economia do resto do mundo e dos trabalhadores de seu próprio país³²³.

Margareth Thatcher também adotou a política de juros altos para conter a inflação, o que trouxe consequências semelhantes para o Reino Unido, como aumento do desemprego, por exemplo. Mas foi além. Seu governo pode ser considerado o primeiro e mais puro exemplo de neoliberalismo num país desenvolvido.

³²² MELLO, G. M. C. (2012) *Teorias Marxistas Sobre o Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, pp. 73-74

³²³ NÓBREGA, Mailson da (1997) “A reforma da Previdência (na Grã Bretanha)”, *Folha de São Paulo*, 07/03/1997

A começar pelo discurso de campanha. Em 1979, apenas um milagre reconduziria os trabalhistas ao poder. Além do cenário de estagnação e inflação combinadas, o “Inverno dos Insatisfeitos” tinha, ao mesmo tempo, colocado o Partido Trabalhista em confronto com sua tradicional base social e reforçado o discurso reacionário de que os sindicatos, por culpa da permissividade ou até apoio aberto dos trabalhistas, haviam criado uma situação de caos no país³²⁴. Mais ainda, os conservadores colocavam a culpa pela inflação nas costas dos sindicatos que pressionavam por aumento salarial. Além disso, a pressão por aumento salarial geraria, no caso do funcionalismo público, déficit fiscal, e, no caso do setor privado, restrição à capacidade de investir. Da mesma forma, o Estado de Bem Estar também seria responsável por esses dois fenômenos, pois, tendo um volume de gastos muito alto, demandaria altos impostos (mais uma vez, reduzindo os lucros) e emissão de moedas para cobrir o déficit fiscal. A raiz desse comportamento perverso dos trabalhistas – ainda de acordo com o discurso dos conservadores – estaria, de um lado, na sua incompetência para assuntos econômicos e, de outro, na predisposição autoritária para suprimir a liberdade individual. Dessa forma, dando grande ênfase ao anticomunismo, o discurso dos conservadores defendia o individualismo contra qualquer forma de “coletivismo”.

Uma vez no governo, Thatcher, além de manter altas taxas de juros, beneficiou o capital financeiro retirando regulamentações desse mercado. Em 1986, foram tomadas tantas medidas liberalizantes em um curto espaço de tempo que a City de Londres tornou-se o centro financeiro mais importante do mundo, levando várias outras praças financeiras a adotar a mesma desregulamentação para vencer a concorrência. O episódio, que ficou como conhecido como “Big Bang”, foi fundamental para a difusão do mercado de ações³²⁵.

Na esteira dessa desregulamentação, Thatcher abriu o Reino Unido a investimento de capital estrangeiro. Com efeito, a tradicional indústria

³²⁴ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 68

³²⁵ LOPYDA, Ilan (2011) *A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, pp. 35-36

britânica foi substituída por fábricas estrangeiras (japonesas, por exemplo), desmontando os sindicatos a ela associada³²⁶, que já estavam enfraquecidos pelo desemprego.

Não obstante, Thatcher criou uma legislação sindical que impôs dificuldades para os sindicatos usarem sua principal arma: as greves e piquetes. Entre as medidas, estava a exigência de que a votação de greve fosse feita por meio de cédulas (e não simplesmente erguendo as mãos em assembleia). Também foram proibidos piquetes fora do estrito local de trabalho. E caso o sindicato tomasse alguma atitude considerada ilegal, poderia ser punido financeiramente³²⁷.

Para sacramentar sua vitória sobre os sindicatos, em 1984, Thatcher ordenou o fechamento de várias minas de carvão e uma profunda reorganização do trabalho no setor. A medida era uma espécie de provocação para que os mineiros, uma das categorias mais tradicionais e bem organizadas da classe trabalhadora britânica, entrassem em greve - o que de fato aconteceu. Após quase um ano de conflitos, o governo saiu vitorioso. O efeito simbólico dessa derrota foi devastador para a classe trabalhadora³²⁸.

Em relação às contas públicas, Thatcher perseguiu a meta de redução do déficit fiscal por meio da redução dos investimentos em áreas sociais³²⁹ - ainda que, quanto a esta meta de desmonte dos serviços públicos como saúde e educação, ela não tenha sido tão bem sucedida quanto nas demais. Além disso, alterou o perfil de arrecadação do Estado reduzindo a carga tributária sobre o capital e as rendas mais elevadas e criando impostos que incidiam sobre a população em geral, como o *pool tax*. Em outras palavras, modificou a estrutura tributária para torna-la mais regressiva.

³²⁶ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 69

³²⁷ "Viewpoints: How did Margareth Thatcher change Britain?" 2013, *BBC News*, Politics, 10/04/2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-22076774> [Último acesso: 06/10/2019, às 20:35]

³²⁸ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 69

³²⁹ ANDERSON, Perry (1995) "Balanço do Neoliberalismo", em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 12

A questão fiscal também serviu de justificativa para privatizações. O argumento do governo era o de que a venda das estatais renderia uma grande receita aos cofres públicos e de quebra livraria o Estado de empresas deficitárias. Entretanto, antes de serem vendidas, essas empresas passavam por uma reestruturação (o que na maioria dos casos significava demissões) para torná-las mais rentáveis. Além disso, seu valor real era rebaixado no ato da venda pela omissão de propriedades que pertenciam à empresa. Foram vendidas dessa forma a British Telecom, a British Airways, a British Aerospace e dezenas de empresas dos ramos de aço, eletricidade, gás, petróleo, carvão, água, transporte ferroviário, dentre outros. Porém, a onda de privatizações não começou pelas empresas, mas pela venda de habitações públicas aos seus ocupantes. Dessa forma, o governo possibilitava a muitos trabalhadores adquirirem o status de “proprietário”. O efeito ideológico de passar um bem público, coletivo, para as mãos do indivíduo foi sem dúvida muito eficaz e essencial para legitimar as grandes privatizações que vieram na sequência – além, é claro, de fomentar o mercado da especulação imobiliária³³⁰.

Com este conjunto de medidas, Thatcher fortaleceu o mercado financeiro, aumentou a desigualdade, gerou desemprego e redução de salários, esmagou os sindicatos e fomentou uma visão de mundo individualista - em síntese, impôs uma expressiva vitória da burguesia sobre a classe trabalhadora. Como bem resumiu o próprio conselheiro econômico de Thatcher, Alan Budd,

as políticas dos anos 1980 de atacar a inflação estrangulando a economia e os gastos públicos eram uma estratégia encoberta para neutralizar os trabalhadores.³³¹

Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA em 1981 e adotou medidas semelhantes às de Thatcher, exceto por um ponto crucial: longe de aplicar a “disciplina fiscal”, seu governo aumentou consideravelmente os gastos militares fazendo o dívida do Estado americano dobrar em apenas três anos³³². O motivo, a princípio, era forçar uma nova corrida armamentista

³³⁰ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 70-71

³³¹ Ibid. p. 68

³³² TAVARES, M. C. (1985) “A retomada da hegemonia norte-americana”, *Revista de Economia e Política*, vol. 5, No 2, p. 7

que induzisse a URSS a aumentar também seus gastos bélicos levando-a à falência³³³. Mas, além disso, por ser a maior economia do mundo, os EUA puderam dar-se ao luxo de oferecer liquidez ao capital financeiro mundial por meio da titularização da sua dívida, isto é, transformando o déficit público num ativo negociável no mercado financeiro.

Dessa forma, Wall Street tomou provisoriamente o lugar da City de Londres como centro do mercado financeiro mundial³³⁴. Nota-se, dessa forma, que EUA e Reino Unido empreenderam uma concorrência pela desregulamentação para atrair o capital financeiro, tendência que se espalhou por contágio para o mundo todo. A titularização da dívida pública em particular generalizou-se tanto entre países periféricos como desenvolvidos. Ela ocorreu por atender tanto ao interesse de governos que buscavam financiar seus déficits quanto ao do rentismo interessado em abrir mais uma fonte de liquidez³³⁵. Entretanto, ao contrário do déficit fiscal de tipo keynesiano, que visava a geração de demanda, o mercado de títulos da dívida pública levou à perda quase total do controle dos bancos centrais sobre as taxas de juros³³⁶, aumentando a parcela dos orçamentos públicos destinadas ao pagamento dos serviços da dívida - numa dinâmica popularmente chamada de “bola de neve”. Além disso, como resultado da concorrência internacional pela desregulamentação, da queda no nível de emprego e da recessão mundial, a arrecadação de impostos diminuiu, aumentando a importância relativa da dívida para a manutenção dos orçamentos públicos. Com efeito, os credores dos Estados (ou seja, o capital financeiro) aumentaram seu poder de pressão sobre os governos e passaram a exigir cortes cada vez mais robustos nos investimentos em áreas sociais para garantir a liquidez de seus papéis³³⁷.

Como afirma Chesnais,

³³³ MELLO, G. M. C. (2012) *Teorias Marxistas Sobre o Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, pp. 102-103

³³⁴ TAVARES, M. C. (1985) “A retomada da hegemonia norte-americana”, *Revista de Economia e Política*, vol. 5, No 2, pp. 7-8

³³⁵ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, pp. 259-261

³³⁶ CHESNAIS, François (1998) “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica” em: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, p.26

³³⁷ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, p. 259

As medidas decididas, conjuntamente, pelos governos americano e britânico deram à luz o sistema contemporâneo de finanças, liberalizadas e mundializadas. (...) As medidas tomadas a partir de 1979 acabaram com o controle dos movimentos de capitais em relação ao exterior (entradas e saídas), ou seja, liberalizaram, melhor dizendo, escancararam os sistemas financeiros nacionais.³³⁸

A liberalização, somada ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, formaram um único mercado mundial de finanças operando 24 horas simultaneamente no mundo todo, dando um grau de mobilidade e internacionalização ao capital nunca antes vistos³³⁹. Como apontou o editorial do *Financial Times* de 8 de maio de 1987, “a atividade bancária está se tornando com rapidez indiferente às restrições de tempo, de espaço e de moeda.”³⁴⁰

Esse alto grau de mobilidade refletiu-se também na esfera da produção. Por meio do mercado de ações, o capital adquiriu a capacidade de diversificar e transitar entre diferentes tipos de investimentos. Além disso, a financeirização o tornou menos dependente de investimentos em capital fixo para adquirir lucros. Da mesma forma, a terceirização tornou o capital das grandes empresas ainda menos vinculado ao capital fixo, lhes permitindo acelerar ou contrair a produção com grande facilidade. Por fim, a retirada de barreiras ao investimento de capital estrangeiro e a permissão para arremeter lucros impulsionou a proliferação do Investimento Estrangeiro Direto (IED)³⁴¹
³⁴².

O alto grau de internacionalização e mobilidade permitidas por este conjunto de fatores colocou as economias nacionais em maior posição de dependência em relação ao capital³⁴³. Pois, caso um país eleja um governo zeloso em relação a direitos trabalhistas, regulamentações sobre o mercado

³³⁸ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, p. 258

³³⁹ HARVEY, David (2009), “Do Fordismo à Acumulação Flexível” em: *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola, pp. 152-156

³⁴⁰ *Idem.* p. 154

³⁴¹ Investimento Estrangeiro Direto é aquele em que o investidor - a matriz - controla um negócio fora da economia de seu próprio país - a filial. Matriz e filial juntas formam uma multinacional.

³⁴² CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, pp. 45-69

³⁴³ “Na época das fronteiras nacionais parcialmente protegidas e dos mercados domésticos regulamentados (que é também a época do apogeu da regulação fordista), o capital já gozava de mobilidade, mas ainda estava, em certa medida, enquadrado, delimitado. A liberalização, com a desregulamentação que a protege e acentua seus efeitos, devolveram ao capital uma liberdade de escolha quase total, no momento em que as novas tecnologias ampliam as opções como em nenhuma época anterior da história do capitalismo.” *Idem.* p. 211

financeiro ou proteções à economia nacional, ele pode ser facilmente punido pela temível “fuga de capitais” – acarretando desemprego, desvalorização da moeda, etc. Mais ainda, a internacionalização abriu uma corrida mundial pela desregulamentação (leia-se criação de condições mais favoráveis para exploração do trabalho) para atrair investimentos estrangeiros. Embora isso tenha um impacto muito maior sobre as economias periféricas, os países centrais também estão sujeitos a essa dependência do investimento estrangeiro. Na década de 1990, na Inglaterra, por exemplo, o índice de comércio “intra-setorial” (que mede o grau de interdependência produtiva e comercial entre países) chegava a mais de 80%³⁴⁴. E ao mesmo tempo em que os Estados nacionais perdiam o poder de regulação sobre sua própria economia, as multinacionais, paradoxalmente, foram concentrando cada vez mais capital por meio da dispersão de suas atividades, dando origem aos grandes conglomerados que oligopolizaram o mercado mundial, o que aumentou seu poder econômico³⁴⁵.

Da mesma forma, de acordo com Harvey, a classe trabalhadora perdeu poder frente o capital. Pois enquanto este derrubou quase toda as fronteiras nacionais, os trabalhadores continuaram presos a seus territórios, organizados em sindicatos e partidos nacionais³⁴⁶. Com efeito, além da intensificação da exploração por meio do arrocho salarial, por exemplo, o capital buscou estabelecer contratos de trabalho que também lhe permitissem alto grau de mobilidade. Foram criados então os contratos de trabalho “flexível”, como o trabalho intermitente, temporário, parcial, sazonal ou subcontratado. Dessa forma, os empregos tornaram-se mais precários, com alta rotatividade e baixa remuneração³⁴⁷. Na Inglaterra, por exemplo, os contratos “flexíveis” aumentaram 16% entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram 6% no mesmo período³⁴⁸. Além disso, aprofundaram-se as desigualdades no interior da própria classe trabalhadora.

³⁴⁴ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, pp. 232-235

³⁴⁵ Ibid. pp. 68-111

³⁴⁶ “Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre [a] força de trabalho.” HARVEY, David (2009), “Do Fordismo à Acumulação Flexível” em: *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola, pp. 140-141

³⁴⁷ HARVEY, David (2009), “Do Fordismo à Acumulação Flexível” em: *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola, pp. 143-144

³⁴⁸ Ibid. p. 144

Pois os trabalhadores melhor qualificados (de “colarinho branco”) conseguiram inserir-se no setor de serviços e informação e assim manter remunerações mais altas. Já os trabalhadores menos qualificados (de “colarinho azul”), mais dependentes do emprego nas indústrias, sentiram com maior força os impactos do desemprego e da precarização.

Consoante a Harvey, Burawoy argumenta que a elevação do grau de mobilidade do capital fez retornar o caráter despótico dos regimes fabris. Entretanto, diferente do despotismo existente no passado, a coerção não se dá mais ao nível individual, diretamente da gerência sobre os empregados, mas a nível regional ou mesmo nacional. Isto é, há o temor por parte dos trabalhadores de que legislações trabalhistas rigorosas, altos salários ou quaisquer outros fatores possam motivar a transferência das atividades das empresa para outro local, em que as condições sejam mais favoráveis para o capital. Dessa forma, a correlação de forças do regime fabril hegemônico (em que os trabalhadores eram persuadidos a cooperarem com o capital) pendeu a favor do capital. Isto é, no novo regime fabril, o despótico-hegemônico, o capital possui muito mais condições de forçar o trabalho a submeter-se a sacrifícios. Em síntese, afirma Burawoy:

Como outros argumentaram, as tentativas de dismantelar o que existe do Estado de Bem Estar social podem alcançar apenas sucesso limitado. Mais importante para o desenvolvimento de regimes fabris no período contemporâneo é a vulnerabilidade do trabalho coletivo à mobilidade nacional e internacional do capitalismo, levando a um novo despotismo construído sobre os fundamentos do regime hegemônico. Ou seja, os trabalhadores enfrentam a perda de seus empregos não como indivíduos, mas como resultado de ameaças à viabilidade da empresa. Isso permite que a administração volte o regime hegemônico contra os trabalhadores, contando com seus mecanismos de coordenação de interesses para obter o consentimento ao sacrifício.³⁴⁹

Essa nova fase do capitalismo – marcada pela mobilidade, internacionalização, flexibilização e financeirização, batizada por Harvey de “acumulação flexível”³⁵⁰ – só foi possível graças à desregulamentação e

³⁴⁹ BURAWOY, Michael. “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, 1990, vol. 5, nº 13

³⁵⁰ “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas alatamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e

desmantelamento das conquistas sociais e democráticas empreendidas sobretudo por Thatcher e Reagan³⁵¹. Portanto, ainda que o neoliberalismo já estivesse sendo posto em marcha pelo fortalecimento do capital financeiro, esses dois governos trouxeram um avanço qualitativo a esse desenvolvimento, sobretudo pelo aniquilamento da resistência da classe trabalhadora e pela consequente imposição da “ditadura dos mercados” sobre os Estados.

No capítulo 4 de *O Novo Imperialismo*, intitulado “A Acumulação Via Espoliação”, Harvey caracteriza o neoliberalismo como recrudescimento do que o autor chama de “acumulação por espoliação”. Este conceito é derivado do conceito de “acumulação primitiva”, que é definido por Marx em *O Capital* como o conjunto de processos de acumulação por pilhagem, exploração e expropriação violenta (como os cercamentos, a escravidão e o colonialismo) ocorridas ao arrepio das leis de mercado (marcadas pela troca livre entre sujeitos juridicamente iguais) e que permitiram o surgimento do capitalismo. Entretanto, afirma Harvey a partir de uma citação a Hanna Arendt, esses mecanismos de “simples roubo” característicos da acumulação primitiva não deixaram de existir com o desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário, mostraram-se importantes para contornar as crises de sobreacumulação. Portanto, ainda que a pilhagem e a expropriação simples não sejam caracteristicamente capitalistas, são mecanismos fundamentais para sua sobrevivência. Dessa forma, o capitalismo busca formas de acumulação externas a si mesmo para corrigir as falhas em seu ciclo de reprodução ampliada do valor. Por não se tratar de uma prática “primitiva” mas de um processo contínuo, Harvey renomeia o conceito em questão como “acumulação por espoliação”. Como afirmado anteriormente, a acumulação por espoliação é particularmente importante nos períodos de crise de

organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’. Bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.” – Ibid. p. 140

³⁵¹ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, p. 34

sobreacumulação. Dessa forma, o neoliberalismo, como consequência de uma crise deste tipo, caracteriza-se pelo recrudescimento dessa forma de espoliação por meio de diversos mecanismos como as privatizações e o desmoronamento do Estado de Bem Estar e dos direitos trabalhistas. Entretanto, de acordo com o autor, o mecanismo mais efetivo de acumulação por espoliação desenvolvido no capitalismo foi o capital financeiro:

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital se tornaram (...) grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. (...) [o]s ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro [são] a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes.³⁵²

Como se os fatos narrados até aqui já não fossem suficientes, o fim do “socialismo real” – leia-se: as reformas liberalizantes empreendidas nos países que se autodenominavam comunistas ou socialistas, tendo acarretado ou não no abandono formal desta alcunha - terminou por coroar a vitória do neoliberalismo.

O primeiro passo nesse sentido foi dado por Deng Xiaoping, a partir do momento em que assume a liderança do Estado chinês em 1978, dois após a morte de Mao Tsé Tung. O novo líder da China rompe com o modelo econômico de centralização exclusiva do Estado e inicia a abertura da economia do país ao mercado, inclusive estrangeiro.³⁵³

Mas é na União Soviética e nos demais países socialistas do leste europeu onde foi reconhecido o colapso do “socialismo realmente existente”. Desde que foram estabelecidos, pesou sobre esses regimes a acusação de autoritarismo (vindas à esquerda e à direita), sobretudo após Stálin assumir plenos poderes na URSS, promover uma violenta repressão a opositores e constituir uma hermética burocracia estatal. Ao longo das décadas, as acusações de incompetência, inoperância e corrupção somaram-se à acusação de autoritarismo.³⁵⁴ A realidade dessas acusações veio à tona em

³⁵² HARVEY, David (2005) “A acumulação via espoliação” em: *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 122-123

³⁵³ HOBBSBAWM, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 362

³⁵⁴ Ibid. p. 363

função da crise econômica causada pelo Choque do Petróleo de 1973. A princípio, poderia se supor que o aumento do barril de petróleo favoreceria as economias do Leste, já que a exportação deste produto era uma de suas principais atividades econômicas. Entretanto, em função da ausência de dinamismo desses regimes, não foi possível investir adequadamente o excedente gerado pelo aumento do petróleo. Os custos dos insumos industriais cresceram, os poços de petróleo começaram a secar e, ao mesmo tempo, os gastos militares em função da Guerra Fria (particularmente com a Guerra do Afeganistão) dispararam. Este conjunto de fatores fez os países socialistas mergulharem em uma profunda crise de abastecimento.³⁵⁵ Consequentemente, a partir da metade dos anos 1980, membros das próprias burocracias estatais passam estudar formas de reformar os regimes socialistas (à exceção da Polônia, onde a pressão surge de fora do regime, por sindicatos e pela Igreja Católica).³⁵⁶ Entretanto, estes regimes são profundamente estáticos e as tentativas de reforma acabam tendo como consequência o seu colapso total. Na URSS, entre 1985 e 1991, Mikhail Gorbachev buscou realizar um conjunto de reformas do sistema político e econômico, conhecidas, respectivamente, como *glasnost* e *perestroika*, que visavam aproximar o regime soviético do regime liberal e terminar com a Guerra Fria. Entretanto, as consequências das reformas foram além do esperado, tornando-se mais do que apenas “reformas”: em 25 dezembro de 1991, Gorbachev renuncia. No dia seguinte, Boris Yeltsin declara o fim da URSS.³⁵⁷ Algo semelhante ocorreu em praticamente todos os demais países socialistas do leste europeu. Entre agosto de 1989 e o fim daquele mesmo ano, os partidos comunistas deixaram o poder ou deixaram de existir na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Alemanha Oriental (onde o ato foi marcado pela celebrada Queda do Muro de Berlim). Pouco tempo depois, o mesmo ocorreu na Iugoslávia e na Albânia.³⁵⁸

Um dos elementos que tornaram o “fim do comunismo” desmoralizante foi o fato de que (novamente, à exceção da Polônia) ele não ocorreu por meio de revoluções ou invasões estrangeiras, mas em função de suas próprias

³⁵⁵ Ibid. pp. 363-365

³⁵⁶ Ibid. pp. 365-369

³⁵⁷ Ibid. pp. 377-380

³⁵⁸ Ibid. pp. 373-374

crises econômicas e políticas internas, executado pelos próprios membros do regime. Dessa forma, parecia evidente para qualquer observador que o socialismo tal como havia sido praticado até então não era mais possível, tampouco desejável. Hobsbawm resume dessa forma a situação:

Com o colapso da URSS, a experiência do “socialismo realmente existente” chegou ao fim. Pois, Mesmo onde os regimes comunistas sobreviveram e tiveram êxito, como na China, abandonaram a ideia original de uma economia única, centralmente controlada e estatalmente planejada, baseada num Estado completamente coletivizado – ou uma economia de propriedade coletiva praticamente operando sem mercado. (...) A tentativa de construir o socialismo produziu conquistas notáveis (...) mas a um custo humano enorme e inteiramente intolerável, e daquilo que acabou se revelando uma economia sem saída e um sistema político em favor do qual nada havia a dizer. (...) Uma revivescência ou renascimento desse padrão de socialismo não é nem possível, nem desejável, nem mesmo – supondo-se que as condições o favorecessem – necessário.³⁵⁹

Além disso, de acordo com Perry Anderson, mais do que simplesmente restituir o capitalismo, os “reformadores” do Leste revelaram-se os mais intransigentes neoliberais. O primeiro ministro da República Tcheca, Vaclav Klaus, por exemplo, criticou a “revolução thatcheriana” de ir apenas até a metade do caminho, e, no mesmo sentido, acusou a política monetária de Reagan de “débil” e “frouxa”. Ainda de acordo com Anderson, essa seria a razão primordial pela qual o neoliberalismo, apesar de seu fracasso em promover crescimento econômico e de toda miséria e desigualdade que provocou no mundo, ganhou vigor renovado na década de 1990.³⁶⁰

Dessa forma, a Guerra Fria não apenas acabava com a vitória acachapante do bloco capitalista liderado pelos EUA, como produziria o efeito de desmoralizar a militância socialista. A promessa de um mundo mais igualitário, abundante e livre conflitou-se com a realidade das enormes filas de abastecimento, das execuções sumárias, da corrupção, dos privilégios dos burocratas, etc. A Revolução Russa, sem dúvidas a maior afronta à dominação burguesa da história, era finalmente neutralizada não apenas objetivamente como subjetivamente, isto é, quanto ao seu papel de exemplo e guia para os socialistas do mundo todo. Como Hobsbawm aponta, o que acabou não foi o socialismo em geral, mas a experiência específica que foi

³⁵⁹ Ibid. pp. 381-382

³⁶⁰ ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 17-18

desenvolvida até aquele momento. Entretanto, por muitas décadas essa foi a única referência de socialismo existente para o senso comum. Consequentemente, os neoliberais puderam facilmente associar qualquer forma de coletivismo ao socialismo, e, por conseguinte, à tirania, à miséria, e à incompetência. Em oposição, defenderam a “liberdade”, o consumismo, o “empreendedorismo”, a “autonomia”, a “independência”, numa palavra, o individualismo. Numa das declarações mais famosas de Thatcher, por exemplo, a primeira ministra disse que “não existe essa coisa de sociedade; o que há e sempre haverá são indivíduos.”

Desde então, a afirmação de que o socialismo não passou de uma aventura fracassada pertencente ao passado dominou o senso comum. Anthony Giddens, por exemplo, afirma sem cerimônia que “o socialismo e o comunismo sucumbiram”, como se não precisasse de nenhum argumento para sustentar essa “óbvia” constatação³⁶¹. O ônus da prova passou para aqueles que defendem que o capitalismo, em função de suas contradições internas, tende ao colapso - leve o tempo que for – e que portanto seria necessário forjar novas relações sociais de produção. Com efeito, muitas organizações da classe trabalhadora retiraram de uma vez por todas o socialismo do horizonte. Além disso, multiplicaram-se teorias atestando a vitória definitiva do capitalismo. Nesse sentido, não apenas o socialismo teria chegado ao fim, como a própria história. Esta tese foi desenvolvida no famoso livro de Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, de 1992. Entretanto, ela também encontra-se na afirmação que originalmente foi feita por Hayek mas que tornou-se conhecida ao ser citada por Thatcher (tendo sua autoria comumente atribuída a ela): “there is no alternative” [“não há alternativa”].

Portanto, o neoliberalismo declarou a morte do Estado, da classe trabalhadora e da história (três instâncias fundamentais para o reformismo, como retomaremos adiante). Do Estado, pois o capital internacionalizado estaria acima das restrições dos Estados-Nação. Além disso, as privatizações e a retirada de seu papel como regulador dos mercados e indutor de investimentos seriam um sintoma da sua sucumbência às

³⁶¹ “GIDDENS, Anthony (1999) *A Terceira Via*. Brasília: Instituto Teutônio Vilela, p. 11

corporações capitalistas. Da classe trabalhadora, pois a “acumulação flexível”, ao diversificar os tipos de contrato e serviço, a teria fragmentado a tal ponto que se tornaria impossível a formação da identidade de classe, o que por sua vez tornaria impossível a existência de organizações baseadas em classe. Além disso, o deslocamento das malhas produtivas dos tradicionais bolsões da classe trabalhadora para economias periféricas (na busca do capital por melhores condições de exploração), a hipertrofia do capital financeiro em relação ao capital industrial e a intensificação da produção (isto é, a capacidade de gerar um valor cada vez maior com um número menor de trabalhadores) estariam provocando um progressivo encolhimento da classe trabalhadora. Com efeito, estaria ocorrendo não apenas o desaparecimento da classe trabalhadora “em si” (isto é, objetivamente), como “para si” (subjetivamente). Finalmente, o fim da história seria consequência das duas sentenças anteriores, sacramentada na “morte do socialismo”.

O fatalismo dessas três declarações expressa seu caráter ideológico, pois, considera as relações materiais de produção do tempo presente como eternas e imutáveis. Como qualquer ideologia, ela é uma *distorção* da realidade, não uma invenção arbitrária. Isto é, ela parte de fatos objetivos, ou, mais ainda, faz uma apologia intransigente deles, negando (e aqui está a sua falsidade) seu caráter histórico e, dessa forma, transitório.

E qual seria a realidade a partir da qual se construíram as asserções ideológicas de que teria ocorrida o fim da classe trabalhadora, dos Estados e da história? A restauração do poder da burguesia após relativa derrota na luta de classes no século XX – isto define, afinal, o que foi o neoliberalismo. Como afirma Harvey,

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e da restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica³⁶².

³⁶² HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, p. 27

Dessa forma, é fato que a classe trabalhadora foi derrotada politicamente e esmagada socialmente, mas não parece verdadeiro que ela tenha deixado de existir. Pois, assumindo como verdadeira a asserção presente em *O Capital* de que todo valor é produto do trabalho e, por conseguinte, todo lucro é fruto da exploração do trabalho, se há lucro, há exploração do trabalho, portanto, classe trabalhadora. E uma observação sobre os dados de desigualdade econômica indicam que a exploração do trabalho atingiu maior intensidade no neoliberalismo. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o 1% mais rico da população dobrou sua parcela de renda nacional entre 1982 e o início dos anos 2000, indo de 6,5% para 13%.

A financeirização do capital tornou a exploração mais impessoal, mediada, mas de forma alguma inexistente. Pois, como dito anteriormente, se todo lucro é uma expressão monetária de mais-valia gerada na esfera da produção, os extraordinários lucros financeiros não foram, como aparentam, criados como mágica nos movimentos da ciranda financeira, mas arrancados do capital industrial e, principalmente, do bolso dos trabalhadores³⁶³. Aliás, a financeirização não só não aboliu a exploração como a tornou muito mais rápida, eficaz, concentradora e difícil de conter. Por meio do “choque dos juros” de 1979, por exemplo, grandes contingentes da população dos países do Terceiro Mundo foi condenada à miséria para garantir os lucros dos rentistas americanos. Da mesma forma, a financeirização tornou a exploração muito mais imune à resistência dos trabalhadores ao se deslocar para o terreno fetichizado dos “mercados”.

Com efeito,

Por serem os que movimentam os bilhões e bilhões de dólares de capitais que transitam, a cada dia, de um país para outro, os mercados financeiros tornaram-se, ao mesmo tempo, polícia, juiz e júri da economia mundial (...).³⁶⁴

Isto significa que os Estados nacionais tornaram-se irrelevantes? Como vimos no caso do Reino Unido, o Estado foi fundamental para reprimir greves e assim abrir caminhos para a exploração do trabalho. Da mesma forma, os títulos da dívida pública foram (e ainda são) fundamentais para garantir a liquidez do mercado financeiro mundial. Além disso, por mais que o

³⁶³ CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, pp. 240-241

³⁶⁴ *Financial Times* apud CHESNAIS (1996), p. 237

neoliberalismo tenha se caracterizado pela desregulamentação do mercado financeiro, é impossível imaginar seu funcionamento sem Estados que fossem capazes de garantir um patamar mínimo de segurança jurídica aos investidores. Mais ainda, o Estado pode cumprir o papel de resgatar instituições financeiras que estejam à beira da falência, como efetivamente ocorreu nos EUA, em 1984, quando o governo americano depositou \$4,5 bilhões nas contas do Continental Illinois por considerar o banco – nas palavras do então presidente do Fed, Paul Volcker – “too big to fail” [“grande demais para falir”]³⁶⁵. Portanto, tudo leva a crer que o Estado não perdeu sua relevância no neoliberalismo, mas mudou seu perfil, passando a ter como objetivo primordial a criação de – para usar o jargão neoliberal – “um ambiente saudável para os negócios”³⁶⁶.

Dessa forma, o Estado, no neoliberalismo, estaria assumindo de maneira menos mediada o seu caráter de instrumento para a dominação de classe³⁶⁷. Isso significa, como os fatos observados até aqui sugerem, que o que entrou em declínio não foi o Estado, mas a democracia. Isto é causa e consequência da derrota da classe trabalhadora. Pois, como observado no segundo capítulo desta dissertação, a democracia foi fundamental para a formação de partidos nacionais da classe trabalhadora. À medida que esses partidos não podem mais elaborar ou colocar em prática um programa de enfrentamento ao capital, seu papel de representante e organizador da classe se desvanece. Da mesma forma, a democracia surgiu como subproduto do acirramento da luta de classes, de modo que sua existência só faz sentido em um contexto de tensão entre elas. Uma vez que a classe trabalhadora foi neutralizada, o capital impôs sua ditadura.

O que torna a ditadura neoliberal particularmente desafiadora é que ela não foi imposta apenas por tanques e fuzis (ainda que isso também tenha ocorrido, como no Chile), mas pelo movimento fetichista e impessoal dos

³⁶⁵ Ibid. p. 261

³⁶⁶ HARVEY, David (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 88-89

³⁶⁷ No “Manifesto Comunista”, Marx e Engels (1998) [1848] afirmam que “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (p. 42) Esta é uma das frases mais controversas do texto, tendo sido muito criticada por sua suposta simplificação. Entretanto, como observado aqui, não se deve ignorar o quanto ela soa atual.

“mercados”. No filme ficcional *Network* [no Brasil, “Rede de Intrigas”], de 1976, é feita uma interessante alegoria a isso. Em uma determinada cena, o apresentador de televisão Howard Beale é repreendido pelo dono do canal em que trabalha, Arthur Jensen, por ter denunciado ao vivo uma transação financeira que seria feita pela própria corporação que transmitia o programa. Jensen, então, diz:

Você mexeu com as forças primárias da natureza, Sr. Beale. e eu não as tenho! Está claro? Você acha que meramente parou uma negociação? Não, não foi só isso. Os árabes tiraram muito dinheiro deste país e agora eles devem devolver. É a lei da gravidade, aquilo que sobe tem que descer. É o equilíbrio ecológico! Você é um velho homem que pensa em termos de nações e pessoas. Não existem nações. Não existem pessoas. Não existem árabes. Não existem russos. Não existe terceiro mundo. Não existe Ocidente. Só um sistema holístico de sistemas. Um vasto e imanente, interligado, interagente, multi-variante, multinacional domínio de dólares! Petrodólares, eletro-dólares, multi-dólares. Marcos, ienes, rublos, libras e shekels. É o sistema monetário internacional que determina a totalidade da vida deste planeta. Esta é a ordem natural das coisas hoje em dia. Esta é a estrutura atômica e subatômica e galáctica das coisas hoje em dia. E você mexeu com as forças primitivas da natureza! E você irá se retratar! Você está me entendendo, Sr. Beale...? Você se insurgiu com sua televisãozinha de 21 polegadas e praguejou sobre a América e a Democracia. Não há América. Não há Democracia. Só há IBM e ITT e AT&T e DuPont, Dow, Union Carbide e Exxon. Essas são as nações do mundo de hoje. (...) Nós não estamos mais vivendo em um mundo de nações e ideologias, Sr. Beale. O mundo é um colegiado de corporações inexoravelmente determinado pelas leis imutáveis dos negócios. O mundo é um negócio, Sr. Beale. Tem sido desde que o homem saiu da caverna.³⁶⁸

Finalmente, Perry Anderson faz um interessante resumo das tendências observadas até aqui:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.³⁶⁹

³⁶⁸ REDE de Intrigas [NETWORK]. (1976) Direção de Sidney Lumet. Los Angeles: Metro-Goldwyn-Mayer (122 min.)

³⁶⁹ ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 23

A hegemonia neoliberal fez-se refletir na liquidação do reformismo. A “ditadura dos mercados” fez dobrar o programa do reformismo até o ponto em que tornou-se irreconhecível. Ao mesmo tempo, a adesão de partidos de esquerda à ortodoxia neoliberal sem sombra de dúvidas foi elemento crucial para a constituição do neoliberalismo como hegemônico.

Capítulo 7 - “New Labour”: o surgimento do “pós-reformismo”

Antecedentes:

O distanciamento entre o Partido Trabalhista e a militância de esquerda, que atingiu o ápice no “Inverno dos Insatisfeitos”³⁷⁰, já vinha se desenvolvendo desde a década de 1960. Entre 1964 e 1970, o Reino Unido foi governado pelo primeiro ministro trabalhista Harold Wilson. Este foi o exato período em que a Europa foi tomada por greves e manifestações radicalizadas. Nessa situação, os trabalhistas priorizaram desempenhar seu papel enquanto governo, isto é, enquanto fiador da estabilidade social e econômica do Estado capitalista, em relação ao seu papel enquanto líder da classe trabalhadora. Assim, reprimiram greves e manifestações colocando-se em confronto com sua base social³⁷¹.

Além disso, a década de 1960 trouxe problemas para a maioria dos partidos de esquerda do mundo. Ganhava terreno a militância associada a pautas que tanto socialdemocratas quanto comunistas não tinham disposição em abordar, como feminismo, antirracismo, direitos LGBT, ecologia e pacifismo. A estrutura burocratizada desses partidos (formada, importante lembrar, quase completamente por homens brancos) não concebia organizar uma base social por outro eixo que não fosse o de classe, compreendida como trabalhadores sindicalizados. Além disso, esses partidos temiam que a incorporação de pautas libertárias ao seu programa pudesse afastar eleitores. Para uma concepção política economicista e mecânica como a que predominava nesses partidos, não fazia sentido partir para o conflito – inclusive com sua própria base social – em defesa de questões “culturais”³⁷². Por fim, o movimento de contracultura criticava a estrutura rígida e hierarquizada desses partidos.

Portanto, já nos anos 1960, o Partido Trabalhista começava a colocar-se em conflito com trabalhadores e militantes de esquerda (sobretudo os

³⁷⁰ “Inverno dos Insatisfeitos” é como ficou conhecido o episódio de greves gerais do funcionalismo público contra o governo trabalhista, ocorridas no inverno entre 1978 e 1979. Ver página 111 desta dissertação.

³⁷¹ GERMAN, Lindsey (2000) “How Labour Lost Its Roots”, *International Socialism*, No. 87

³⁷² As aspas se justificam pois, apesar desses partidos assim conceberem esses movimentos, é evidente que o feminismo, por exemplo, não reivindica transformações sociais apenas no âmbito dos costumes. Suas bandeiras são capazes de produzir alterações na estrutura do modo de produção capitalista.

mais jovens). Dessa forma, sua posição de liderança absoluta da classe trabalhadora e da esquerda começava a ser questionada. Isso se refletiu numa diminuição do engajamento em torno do partido, isto é, no número de militantes, de filiados e de votos. Ainda que o mesmo tenha ocorrido com os conservadores ao longo das décadas seguintes, essa desidratação foi mais intensa no caso dos trabalhistas, assim como estes ganharam muito mais críticos à esquerda do que os conservadores à direita. A diminuição no número de militantes, além de gerar problemas para vencer eleições já que eles possuem um poder de persuasão fundamental para as campanhas dos trabalhistas, provocou também uma mudança no perfil do partido já que boa parte desses desiludidos que deixavam a militância eram justamente aqueles que defendiam posições mais radicais – além, é claro, de aumentar o peso relativo da burocracia partidária na tomada de decisões³⁷³.

Além disso, a cisão entre os governos trabalhistas e sua base ocorrida nas décadas de 1960 e 1970 provocou o aumento da polarização no interior do Partido Trabalhista. A ala esquerda - inconformada com a incoerência de um governo trabalhista reprimir greves, por exemplo – reivindicava de forma cada vez mais intransigente os princípios do socialismo. Após a decepção provocada pelo “Inverno dos Insatisfeitos”, o Partido Trabalhista deveria reconciliar-se com sua base por meio de um giro radical à esquerda. Já a ala direita reagia às contingências como pressões por adaptação³⁷⁴.

O pano de fundo desse aumento da polarização no interior do Partido Trabalhista é o esgotamento do projeto reformista. Se a essa altura o socialismo tinha se transformado, na concepção do Partido Trabalhista, na “distribuição igualitária do lucro produzido pelo crescimento do capitalismo”, o que fazer quando não há mais crescimento em função de uma crise de sobreacumulação?³⁷⁵ Novamente a crise do capitalismo colocava em cheque a hipótese reformista. Do ponto de vista lógico, duas reações seriam possíveis: o abandono do reformismo em favor de uma estratégia revolucionária; ou o abandono do reformismo em favor da pura adaptação –

³⁷³ GERMAN, Lindsey (2000) “How Labour Lost Its Roots”, *International Socialism*, No. 87

³⁷⁴ *Idem*.

³⁷⁵ THORPE, Andrew (1997) *A History of British Labour Party*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 179-180

um “reformismo sem reformas”. Como veremos, a segunda reação predominou no Partido Trabalhista no período aqui analisado.

De 1979 a 1983: o fracasso da esquerda

Entretanto, num primeiro momento, logo após a vitória dos conservadores em 1979, foi a ala esquerda do partido que saiu fortalecida. A partir do balanço do “Inverno dos Insatisfeitos”, ganharam espaço entre os trabalhistas ideias mais radicais que culminaram, em 1982, no *Labour's Programme* - um programa que previa, por exemplo, intensificar a agenda de estatizações³⁷⁶. Porém, a maioria formada pela esquerda era pouco expressiva e frágil, fruto muito mais da circunstância de derrota nas eleições de 1979 do que de um enraizamento de fato dessas ideias entre os filiados³⁷⁷ – tanto que a situação mudaria após o fracasso das eleições de 1983.

Nesse ínterim, resultado da intensa polarização vivida no partido naquele momento, houve duas deserções no partido: uma à direita e outra à esquerda. Em 1981, quatro dirigentes trabalhistas (Roy Jenkins, David Owen, Bill Rodgers e Shirley Williams – conhecidos como “Gangue dos Quatro”) rompem com o partido, acusando-o de ser influenciado por posições esquerdistas de sindicatos e correntes trotskistas, e fundam o Partido Social Democrata (SPD-UK). Já em 1982, alguns militantes da corrente trotskista *Militant* foram expulsos pela direção nacional por defender certas posições radicais em Liverpool que, de acordo com a sentença, contrariavam o programa comum do partido.

No entanto, a saída desses dois grupos não levou a um equilíbrio de forças no interior do partido uma vez que seus efeitos foram bastante desiguais. O SPD-UK, aliado ao Partido Liberal, foi capaz de construir uma ampla base eleitoral que em 1983 esteve apenas 2 pontos percentuais atrás da votação do Partido Trabalhista. O mesmo não foi feito pelos trotskistas. Dessa forma, a direção trabalhista chegou à conclusão de que teria sido um erro adotar as posições esquerdistas que acarretaram na saída da “Gangue dos Quatro” uma vez que, em outro partido, eles estavam roubando a base dos trabalhistas. Portanto, ainda que a ala direita tenha perdido importantes quadros com a criação do SPD-UK, a médio prazo seu argumento saiu fortalecido. Com efeito, os trabalhistas tenderiam a ser muito mais zelosos

³⁷⁶ SHAW, Eric (1994) *The Labour Party Since 1979 – crisis and transformation*, Londres: Routledge, p. 8

³⁷⁷ THORPE, Andrew (1997) *A History of British Labour Party*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 209

dali em diante para evitar uma nova ruptura à direita. Já o oposto ocorreu em relação às tendências de esquerda. O precedente aberto pela expulsão dos membros da *Militant* serviu de justificativa para a expulsão de diversos núcleos regionais que adotassem políticas mais radicalizadas³⁷⁸.

As eleições de 1983 foram traumáticas para o Partido Trabalhista. Margareth Thatcher já havia iniciado seu programa de reformas cuja magnitude, como vimos, foi tanta que chega a ser nomeada de “revolução thatcherista” por alguns. Os sindicatos perdiam sua capacidade de resistir a essas transformações. As categorias tradicionalmente melhor organizadas (as mesmas que tendiam a apoiar os trabalhistas) viam a perda de seus postos de emprego, o arrocho salarial e a precarização de suas condições de trabalho. Entretanto, o seu clima de pessimismo contrastava com os índices gerais da economia que apontavam o controle sobre a inflação e a retomada do crescimento³⁷⁹. Os trabalhistas e os sindicatos ficaram isolados. Além disso, as regiões e categorias profissionais que mais tendiam a votar nos trabalhistas (como servidores públicos, escoceses e moradores da região Norte do país) estavam diminuindo demograficamente, ao passo que as ocupações e regiões mais simpáticas aos conservadores (como trabalhadores não manuais e moradores da região Sul) cresciam demograficamente. Por fim, a campanha daquele ano foi mal organizada, incoerente, sem quaisquer eixos prioritários e elaborada sem o auxílio de pesquisas que apontassem as tendências do eleitorado. Da mesma forma, o candidato a primeiro ministro, Michael Foot, era mal articulado e não se saiu bem em entrevistas ou debates. Como resultado, os trabalhistas tiveram seu pior desempenho em eleições de sua história desde 1900.³⁸⁰

Posto que a campanha de 1983 havia sido elaborada com base no *Labour's Programme* (de esquerda) de 1982, o balanço negativo imediatamente recaiu sobre os ombros da esquerda. Em 1974, o Partido Trabalhista havia obtido 64% dos votos entre os trabalhadores, contra 55% em 1979 e 49% (ou seja, menos da metade) em 1983³⁸¹. A interpretação

³⁷⁸ Ibid. pp. 218-219

³⁷⁹ Ibid. pp. 214-215

³⁸⁰ SHAW, Eric (1994) *The Labour Party Since 1979 – crisis and transformation*, Londres: Routledge, pp. 26-28

³⁸¹ Ibid. p. 27

para esses dados era a de que a classe trabalhadora estava se tornando mais conservadora e, portanto, era preciso adaptar o discurso de campanha a essa nova realidade. Na verdade, boa parte das políticas trabalhistas criticadas pelos conservadores eram compartilhadas até então por todos dentro do partido. Porém, a esquerda acabou levando a “culpa” sozinha. Num efeito semelhante ao que ocorreu após as eleições de 1979, a direita do partido assumia novamente o comando em 1983.³⁸² Entretanto, essa não foi uma vitória momentânea como a da esquerda. Neil Kinnock, o novo líder do partido, empreenderia nos anos seguintes uma profunda transformação no programa do Partido Trabalhista.³⁸³

³⁸² THORPE, Andrew (1997) *A History of British Labour Party*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 216-217

³⁸³ Tony Blair reconheceria mais tarde a importância que o ano de 1983 teve em sua carreira e na política do partido: “O ano de 1983 foi para mim um divisor de águas. A partir daquele ano, transformamos o nosso Partido – nosso estatuto foi reformado, nosso relacionamento com os sindicatos mudou, nossa organização foi aprimorada, tivemos uma educação política em escala sem precedentes, adotamos novas políticas, inovamos.” – BLAIR, Tony (1998) *Minha Visão da Inglaterra*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, p. 83

De 1983 a 1987: a transição do reformismo para o pós-reformismo

A greve dos mineiros de 1984 foi publicamente defendida por todos os membros do partido. Entretanto, internamente, Kinnock demonstrava apreensão de que o conflito repercutisse negativamente em termos eleitorais para os trabalhistas, mas evitou tornar sua posição pública para não gerar uma reação na base do partido. A derrota do movimento diminuiu a confiança de muitos militantes trabalhistas na estratégia política baseada na mobilização da base da classe trabalhadora, isto é, na ação extra-parlamentar. Isto fortaleceu a transformação à direita do Partido Trabalhista. Pois, de ponto de vista organizacional, justificou um controle maior da direção sobre a política do partido. E, do ponto de vista programático, motivou transformações cujo objetivo seriam acabar com a imagem de que, nas palavras de Kinnock, o partido seria meramente um “grupo de apoio a sindicatos”.

A Conferência do Partido Trabalhista de 1985 foi um importante passo nesse sentido. A partir deste evento, Kinnock aumenta seu poder sobre o partido e consegue levar a cabo importantes mudanças programáticas. Por exemplo, o programa passa a admitir a importância do investimento privado para o dinamismo da economia (diminuindo, relativamente, o papel do Estado nesse sentido). Ainda que sejam mudanças muito mais tímidas do que aquelas levadas a cabo a partir de 1987, as revisões executadas entre 1983 e 1987 foram importantes para construir no interior do partido um clima favorável à criação daquilo que ficaria conhecido como o “*New Labour*”. Caso Kinnock tivesse ido à direita mais rapidamente, poderia enfrentar a resistência mesmo dos setores mais moderados do partido, perdendo sua capacidade de direção. Como sintetiza Eric Shaw:

O destino que a [questão da] democracia industrial [teve no programa do partido] ilustra o padrão geral de mudança de políticas de 1983 a 1987: uma retirada gradual de esquemas de reforma mais ambiciosos, que visam (ainda que com pouca frequência) uma reformulação da ordem social e [a adoção de] uma reforma consensual que sinalize o abandono de qualquer desafio sustentado ao poder e privilégios das empresas em favor do desenvolvimento da cooperação entre as organizações de produtores e o Estado, com medidas redistributivas amplamente confinadas à esfera social.³⁸⁴

³⁸⁴ The fate of industrial democracy illustrates the general pattern of policy change from 1983 to 1987: a gradual retreat from more ambitious schemes of reform aimed (albeit often loosely) at a recasting of the social order and a consensual reform signalling the abandonment of any

Outro passo decisivo para a construção do pós reformismo foi a preparação para as eleições de 1987. A partir do balanço de que a campanha anterior havia sido desorganizada e amadora, o Partido Trabalhista estabeleceu um comitê especial para campanha ocupada por pessoas com experiência em publicidade de mercado, comunicação em televisão e pesquisas de opinião. A centralização da tática eleitoral por quadros técnicos marca uma mudança na forma de se fazer campanhas, de um perfil mais programático, baseado nos debates realizados por todo partido, para um perfil mais pragmático, voltado para a maximização de votos. Além disso, a comunicação de massas começava a tomar o lugar do debate “corpo a corpo” feito pela militância. Com efeito, as mensagens foram ganhando tons mais simplistas, dando lugar a apelos sentimentais, por exemplo. Ademais, a campanha começou a ser construída com base nos resultados das pesquisas de opinião, isto é, não naquilo que deveria ser dito mas naquilo que o público gostaria de ouvir. E o que essas pesquisas apontavam era uma desconfiança em relação à competência dos trabalhistas para questões econômicas, ou seja, para cumprir suas promessas de campanha. Olhando mais a fundo, crescia a desconfiança do público em relação às políticas keynesianas. Por exemplo, nos grupos focais algumas pessoas diziam, de forma pejorativa, que a solução encontrada pelos trabalhistas para todos os problemas econômicos era simplesmente “imprimir mais dinheiro”. Percebe-se, dessa forma, que a ortodoxia neoliberal ia ganhando o senso comum. Da mesma forma, crescia a associação positiva entre liberdade, individualismo e consumo, tríade da qual o trabalhismo ainda parecia muito distante³⁸⁵. Como ficou mais claro nos anos seguintes, a opção dos trabalhistas não foi desafiar o senso comum, mas adaptar-se a ele.

Mas o esforço de profissionalização da campanha não surtiu o efeito esperado e o resultado das eleições de 1987 foram bastante decepcionantes – os trabalhistas aumentaram a sua votação em apenas 3,2%. Apesar de um

sustained challenge to the power and privileges of business in favour of developing cooperation between the producer organisations and the state, with redistributive measures largely confined to the social sphere.” - SHAW, Eric (1994) *The Labour Party Since 1979 – crisis and transformation*, Londres: Routledge, p. 50

³⁸⁵ Ibid. pp. 59-79

ligeiro crescimento em algumas categorias pontuais, a análise geral da votação por região e categoria profissional continuou apontando que a base eleitoral do Partido Trabalhista não estava acompanhando as transformações demográficas pelas quais o Reino Unido estava passando. O partido seguia representando um tipo de trabalhador fordista que aos poucos ia desaparecendo³⁸⁶. Frente a isso, a decisão tomada não foi a de adaptar o programa à nova conformação da classe trabalhadora, mas a de deixar de lado o perfil de classe para apelar à sociedade em geral.

³⁸⁶ Ibid. p. 80

“The Policy Review” (de 1987 a 1992)

O conjunto de transformações no programa do Partido Trabalhista realizadas entre 1987 e 1992 foi nomeada por seus idealizadores de “The Policy Review” [“A Revisão da Política”]. Um de seus primeiros passos foi a publicação em 1988 do documento intitulado “Meet The Challenge, Make The Change” [“Encare o desafio, faça a mudança”]. O objetivo do texto era orientar o partido a acabar com o “tabu” em relação ao mercado ressaltando alguns de seus supostos valores positivos, como fica expresso no seguinte trecho:

Em muitas áreas da economia o mercado e a competição são essenciais para satisfazer a demanda dos consumidores, promover eficiência e estimular a inovação, e por vezes o melhor meio de assegurar todas as inúmeras mudanças necessárias para fazer a economia avançar.³⁸⁷

Dessa forma, o objetivo de mudar a base da propriedade na sociedade (de propriedade privada para propriedade coletiva) era abandonado. O mercado não apenas não precisaria mais ser abolido como passaria a ser desejável (ao menos em “algumas áreas”). Consoante a isso, “Make the challenge, make the change” também substituíu o termo “propriedade estatal” por “propriedade social”. Isto significava que o partido não mais deveria buscar a ampliação de empresas estatais mas a ampliação dos mecanismos de participação dos trabalhadores nas empresas privadas. Na prática, a mudança do termo implicava na aceitação dos processos de privatização empreendidos por Thatcher.

Este documento ainda havia sido feito em consenso entre duas alas dos trabalhistas: os “desenvolvimentistas”, liderados por Peter Gould (que naquele momento chefiava a equipe para assuntos econômicos do partido), e os “liberais”, liderados por Gordon Brown³⁸⁸. Os desenvolvimentistas defendiam a abordagem keynesiana, isto é, partia do pressuposto de que o mercado possui problemas endêmicos que devem ser corrigidos pela regulação sobre o mercado financeiro, pelo financiamento à indústria, por pesquisas de longo prazo, etc. Com efeito, suas propostas colocavam-se em

³⁸⁷ “In very many areas of the economy the market and competition are essential in meeting the demands of the consumer, promoting efficiency and stimulating innovation, and often the best means of securing all the myriad, incremental changes which are needed to take the economy forward.” – *Idem*. p. 86

³⁸⁸ Em 2007, Gordon Brown tornou-se primeiro ministro do Reino Unido, sucedendo Tony Blair.

conflito mais abertamente com a City de Londres. Mas Neil Kinnock buscava evitar esse conflito e acreditava que a abordagem desenvolvimentista estava em desacordo com o perfil mais pró mercado que ele pretendia construir para o partido. Dessa forma, Gould foi afastado do comando da equipe econômica e foi substituído por Brown. Os liberais defendiam, então, que o mercado possui defeitos mas não um problema endêmico. Assim, caberiam intervenções pontuais, mas não o planejamento global por parte do Estado. Parafraseando o mote adotado pelo Partido Socialdemocrata Alemão na mesma época, “empresas [*business*] onde for adequado, governo onde for necessário”. Pois, nas palavras de Kinnock, “o governo não possui nem os recursos e nem o discernimento para fazer investimentos industriais de larga escala”³⁸⁹. Portanto, a condução de Gordon Brown ao posto de economista³⁹⁰ chefe do Partido Trabalhista marcava um afastamento do partido da concepção keynesiana que por tantos anos balizou seu programa.

Com efeito, a nova equipe econômica passou a admitir que, numa economia globalizada, o Estado teria poder reduzido de planejamento da economia. Assim, políticas centradas na geração de demanda teriam efeito reduzido, além de acarretarem a inflação crescente. Dessa forma, os investimentos deveriam ser feitos prioritariamente pelo mercado e não pelo Estado. Sendo assim, caberia a este apenas criar as condições favoráveis para que aquele possa investir. Em outras palavras, regatar a confiança dos investidores (o que certamente não passa por impor políticas regulatórias). Expressando essa nova abordagem, em 1990 um novo documento da equipe economia é lançado. Intitulado “Looking to the future” [“Olhando para o futuro”], o texto suprime as duas grandes prioridades históricas do programa econômico trabalhista – o pleno emprego e o crescimento econômico – e as substitui pela estabilidade da taxa de câmbio e das taxas de lucro. Por conseguinte, assume o controle da inflação como uma de suas prioridades. Consequentemente, o partido passa admitir dali em diante que controle sobre o aumento de salários e até a perda de postos de trabalho seriam medidas aceitáveis para conter a inflação. Mais ainda, retira sua oposição à legislação

³⁸⁹ “The government has neither the means nor the judgment to make large-scale manufacturing investment” – KINNOCK *apud idem*. p. 93

³⁹⁰ Gordon Brown é formado em História, mas aqui refiro-me ao papel que ocupava no interior do partido naquele momento.

sindical criada por Margareth Thatcher que previa restrições à ação dos sindicatos, principalmente relativas a greves e piquetes. Evidentemente, essas atitudes afastaram os sindicatos do Partido Trabalhista. Contudo, o afastamento não era um grande inconveniente. Ao contrário, Kinnock avaliava que a legislação sindical thatcherista era bastante popular e que suas críticas a ela o fizeram perder muitos votos. Assim sendo, o afastamento dos sindicatos vinha bem a calhar para a nova imagem que partido que ele queria criar.³⁹¹

Em 1992, portanto, o Partido Trabalhista disputa as eleições com um programa significativamente diferente daquele que historicamente defendeu. A coordenação da campanha para assuntos econômicos foi formada por membros (dentre eles, Gordon Brown e Tony Blair) que deveriam passar confiança aos mercados, inclusive fazendo constantes visitas à City³⁹². Toda a campanha foi construída para transmitir a imagem de que os trabalhistas, com Kinnock à frente, eram “responsáveis” e tinham competência para assuntos econômicos. Por exemplo, a então secretária chefe da oposição, Margaret Beckett, em seu artigo para o *The Guardian*, deu a seguinte declaração sobre a “disciplina fiscal” de um eventual governo trabalhista:

Temos que minimizar o nível de empréstimos, e isso deve ser julgado pelo o que é considerado prudente, não apenas no julgamento do próprio governo, mas também pelos mercados. Temos que levar em consideração o que os mercados assumirão.³⁹³

Para garantir essa imagem “austera”, o partido foi submetido a uma rígida disciplina interna e centralização pela direção para evitar que as posições mais radicais fossem expostas publicamente. Seguindo a tendência dos últimos anos, o partido tornava-se mais controlado pela direção e pelos parlamentares e com menor poder de decisão por parte da base militante. O temor de Kinnock e seus aliados era o de que qualquer sinalização mais à esquerda da campanha pudesse despertar a ira dos mercados, o que causaria imediato reflexo eleitoral e dificuldades para governar caso

³⁹¹ Ibid. pp. 94-100

³⁹² Ibid. p. 132

³⁹³ “We have to minimise the level of borrowing, and it has to be judged against what is seen to be prudent, not only in the government's own judgement, but also by markets. We have to take account of what the markets will wear.” BECKETT *apud* ibid, p. 156

ganhassem a eleição.³⁹⁴ O líder trabalhista já havia expressado sua capitulação ao mercado financeiro anos antes, em 1986, quando disse: “Nós podemos praguejar contra a irresponsabilidade, o malefício e o poder dos especuladores de moedas. Tudo isso é justificável. Mas também é inútil.”³⁹⁵ Sendo inútil resistir à pressão dos mercados, melhor seria adaptar-se a ela.

Outro temor da liderança trabalhista era tornar-se alvo da imprensa, que àquela altura já estava completamente dominada pelo consenso neoliberal.³⁹⁶ Considerando que, com a diminuição do engajamento da militância, a estratégia de campanha adotada pelo partido o havia tornado bastante dependente dos meios de comunicação de massas, particularmente da televisão, uma repercussão negativa poderia ser desastrosa.

Entretanto, as eleições de 1992 trouxeram novamente um resultado decepcionante. O Partido Trabalhista obteve um crescimento semelhante ao da eleição anterior, em torno de 3%, e manteve-se mais uma vez distante do governo. Os conservadores entraram naquelas eleições com um forte desgaste acumulado em função do desemprego, do *poll tax*, e outras políticas impopulares de Thatcher (tanto que a liderança deste partido havia passado para as mãos de John Major). Com base nisso, os trabalhistas acreditaram que poderiam vencer reconstruindo a imagem que o eleitorado fazia deles – de incompetentes e irresponsáveis para mais capazes que os conservadores de melhorar o padrão de vida (leia-se, de consumo) da população. Entretanto, o imaginário de que os conservadores eram mais competentes administrativamente era tão profundamente arraigado que dificilmente uma campanha eleitoral, por mais bem construída que fosse, poderia dissuadir o eleitorado disso. Com dois programas tão semelhantes, os eleitores optaram por aquele partido que parecia mais apto a executá-lo. Além disso, à medida que o Partido Trabalhista construiu uma campanha não baseada na identidade de classe mas num apelo à sociedade em geral, a diferença substancial entre os partidos – a saber, que classes sociais eles representam – desapareceu e deu lugar a um debate sobre técnicas de governo e gestão da economia. Evidentemente, os trabalhistas não tinham a

³⁹⁴ Ibid. pp. 156-158

³⁹⁵ “we can curse the irresponsability, prejudice and power of the currency movers. All of that is justifiable. It is also idle.” – KINNOCK *apud* ibid. p. 156

³⁹⁶ Ibid. p. 173

menor chance de vencer os conservadores no campo que foi em grande parte construído por eles mesmos.³⁹⁷

Após mais uma decepção, Kinnock renuncia do comando do Partido Trabalhista. Entretanto, ainda que o objetivo central da metamorfose liderada por ele (ganhar as eleições) não tenha se concretizado, seus efeitos perduraram por mais muitos anos. John Major foi eleito líder do partido em seu lugar, mas faleceu logo depois, em 1994. Margaret Beckett assumiu interinamente, e Tony Blair foi eleito o novo líder naquele mesmo ano. Blair não apenas conservou o novo perfil criado por Kinnock, como foi além do que este havia proposto (e talvez desejasse). Cabe, então, analisar as suas propostas presentes numa série de artigos e discursos que foram organizados no livro intitulado *Minha Visão da Inglaterra*³⁹⁸.

³⁹⁷ Ibid. pp. 175-193

³⁹⁸ Na verdade, o título original do livro é *New Britain: My Vision of a Young Country* ["Nova Grã Bretanha: Minha Visão Sobre Um Jovem País"]. O título faz referência ao lema adotado pelo Partido Trabalhista na era Blair – "New Labour, New Britain" [Um Novo Trabalhismo, Uma Nova Grã Bretanha] – e à idade do próprio autor, que, aos 41 anos, tornou-se o mais jovem líder trabalhista da história.

Capítulo 8 - Minha Visão da Inglaterra, de Tony Blair:

Na era Blair, o lema do Partido Trabalhista passou a ser “New Labour, New Britain” [“Um Novo Trabalhismo, Uma Nova Grã Bretanha”], expressando a intenção do partido em se reformular e deixar isso explícito ao público. Assim sendo, Blair parte de um balanço negativo sobre o partido pré 1983. Em sua opinião, o trabalhismo daqueles tempos seria excessivamente ortodoxo e idealista. Isto é, estaria apegado de maneira intransigente a “teorias muito abrangentes, (...) de caráter religioso, (...) que pretendiam resolver todos os problemas da humanidade”, mas muito distantes de encontrar os meios adequados para efetivar a melhoria na situação de vida da maioria das pessoas. Em síntese, aponta Blair:

Confundimos meios com fins, permitindo que um objetivo de caráter econômico esconda os objetivos para os quais supostamente estava dirigido; permitimos que a organização e a estrutura do Partido se debilitassem, e que ele fosse vitimado pela política de vanguarda, em vez de servir o povo; deixamos que a ideia de ação social fosse dominada pela noção de um Estado centralizado; fizemos com que o Partido que deveria transformar o mundo se assustasse com as mudanças pretendidas.³⁹⁹

Além disso, Blair acusa as teorias que balizaram a ação do trabalhismo até então de obsoletas, chamando de “entulho histórico” o marxismo e teorias derivadas dele.⁴⁰⁰ Segundo o autor, a pretensão abrangente dessas teorias se revelaria inútil num contexto de capitalismo globalizado e dinâmico:

Vivemos num mundo em dramática transformação e as antigas ideologias que dominaram o século passado perderam a relevância. Elas simplesmente nada têm a ver com o novo mundo da competição global.⁴⁰¹

Mais ainda, essas teorias, além de ineficazes, teriam um conteúdo autoritário subjacente já que seu caráter totalizante negaria a possibilidade de expressão da diversidade e individualidade: “a era das ideologias grandiosas, que tudo abrangem, que tudo permeiam, totalitárias nas soluções e frequentemente perigosas – já passou.”⁴⁰²

Dessa forma, Blair renuncia à capacidade de apreender pelo pensamento a complexidade do capitalismo. Mais ainda, a incapacidade de apreensão teórica se refletiria na impossibilidade de controle prático sobre o

³⁹⁹ BLAIR, Tony (1998) *Minha Visão da Inglaterra*, Brasília: Instituto Teutônio Vilela, p. 75

⁴⁰⁰ Ibid. p. 131

⁴⁰¹ Ibid. p. 14

⁴⁰² Ibid. p. 251

capitalismo. Em outras palavras, reconhecendo a incontrollabilidade do capital, o autor renuncia ao papel de planejador da economia ou mesmo de reformador (como se verá melhor adiante). Assim, há nesta concepção o pressuposto de que o capitalismo venceu e só o que resta fazer é adaptar-se. A partir disso é possível compreender três características da teoria de Blair: o idealismo, o individualismo e o pragmatismo.

O individualismo e o idealismo aparecem de maneira clara em seu artigo publicado no *Sunday Telegraph* em 1996 intitulado “Por Que Sou Cristão”⁴⁰³. De acordo com o autor, “o cristianismo ajudou a inspirar minha rejeição ao marxismo”, pois, a doutrina religiosa o teria feito enxergar a importância do livre arbítrio e da ética de solidariedade como valores fundamentais do socialismo.⁴⁰⁴ O marxismo, ao contrário, teria tentado “fazer da política uma ciência, o que não é possível”, já que a grande motivação da política deve ser a “responsabilidade individual”. Assim,

o problema com a ideologia marxista está em que, no final das contas, *ela suprimiu o indivíduo* (grifo meu), ao começar com a sociedade, enquanto é pelo sentido de dever individual que podemos associar o bem maior e os interesses da comunidade – um princípio que a Igreja celebra no sacramento da comunhão.⁴⁰⁵

Dessa forma, para Blair, o núcleo do socialismo não estaria na defesa dos interesses materiais da classe trabalhadora, mas na ética de solidariedade presente no socialismo cristão⁴⁰⁶. Essa seria uma conclusão não apenas lógica mas histórica: “Desde o colapso do comunismo, a base ética do socialismo é a única que resistiu ao teste do tempo.”⁴⁰⁷ A ética socialista, ainda que altruísta e voltada para a promoção do bem comum, deveria ser cultivada no âmbito individual. O caráter duplo dessa concepção – isto é, ao mesmo tempo solidária e individualista – o diferenciaria, nas palavras dele, dos “dois extremos”, a saber, o marxismo e o conservadorismo.

⁴⁰³ Ibid. cap. 7

⁴⁰⁴ Apesar de tudo, Blair reivindica-se socialista.

⁴⁰⁵ Ibid. p. 79

⁴⁰⁶ Como mais uma expressão do distanciamento de Blair em relação marxismo e sua aproximação ao idealismo, o autor cita como exemplos a serem seguidos alguns daqueles que foram criticados por Marx e receberam dele a alcunha de “socialistas utópicos”: Robert Owen e William Cobbett – Ibid. p. 277

⁴⁰⁷ Ibid. p. 34

Disso se depreende sua visão de sociedade: como uma cooperação entre indivíduos livres. Os indivíduos “tendem a agir melhor e se aprimorar em uma sociedade que lhes oferece oportunidades para tal.”⁴⁰⁸ Portanto, a sociedade deve ser forte e coesa para que os indivíduos prosperem⁴⁰⁹. Dessa forma, Blair busca se diferenciar novamente do que considera ser o “individualismo grosseiro” dos conservadores, que ignora a importância da solidariedade e instituições sociais fortes. Neste ponto, opõe-se, por exemplo, ao desmonte dos direitos do Estado de Bem Estar. Por outro lado, enfatiza que “social” não é o mesmo que “estatal”. Com efeito, deixa entrever a possibilidade de privatizações, de retirada do papel planejador do Estado e da redução da suas obrigações. Em síntese, afirma:

A tarefa da esquerda não consiste em substituir esse individualismo grosseiro pelas velhas noções de um Estado paternalista e dominador. A tarefa é reconstruir uma sociedade civil forte e basear nela a moderna noção de cidadania, na qual os direitos e os deveres estão de mãos dadas; e o propósito da ação social é desenvolver o potencial individual, não subjugar-lo. Em particular, temos de considerar a crença histórica da direita, mas algumas vezes também da esquerda, de que a ação da sociedade para melhorar as condições sociais é incompatível com as noções de responsabilidade pessoal. Na verdade, o oposto é verdadeiro. O propósito da ação social não deveria ser a substituição da ação social ou do Estado pela responsabilidade pessoal mas, ao contrário, pelo aperfeiçoamento do social para ampliar as perspectivas de auto aperfeiçoamento. Isso não significa mudar a tradicional filosofia da esquerda, mas redescobri-la.⁴¹⁰

Por fim, cabe destacar o caráter pragmático de sua teoria. Como o próprio autor afirma, “fui educado para (...) estudar a realidade, não teorias.”⁴¹¹ Como foi dito acima, Blair trocou teorias sociais abrangentes como o marxismo por princípios morais abstratos que deveriam ser realizados por medidas práticas. E, posto que a transformação radical da realidade some do horizonte desta teoria, as medidas práticas são nada mais do que adaptações às leis do mercado. Além disso, à medida que Blair renuncia às teorias sociais materialistas e abrangentes e as substitui por princípios éticos abstratos, torna-se livre para adaptar seu programa retirando pontos que antes eram caros ao trabalhismo. Por exemplo, o controle do Estado sobre a economia era uma política materialmente necessária para a concepção keynesiana. Ao abrir mão do keynesianismo, Blair torna-se livre

⁴⁰⁸ Idem

⁴⁰⁹ Ibid. p. 275

⁴¹⁰ Ibid. p. 285

⁴¹¹ Ibid. p. 13

para defender, por exemplo, privatizações, desde que saiba demonstrar a relação entre elas e os princípios do socialismo ético. Dado o caráter abstrato desses princípios, esta tarefa não é tão difícil. Pois quando os princípios são muito genéricos qualquer meio é adequado, ao mesmo tempo em que qualquer política, por mais que tenha sido historicamente considerada um princípio importante para o partido, pode ser considerada um simples “meio” – descartável, portanto. Por exemplo, em 1994, Blair retirou da Cláusula 4 da Constituição do Partido Trabalhista a parte em que previa que o partido deveria lutar pela socialização dos meios de produção⁴¹². Em defesa da medida, argumentou que este era um meio e não um fim para o partido⁴¹³. É dessa forma que o autor conecta duas pontas, a um primeiro olhar, tão distantes: pragmatismo e idealismo. Novamente, o próprio autor oferece uma boa síntese:

O trabalhismo voltou a encontrar seus valores e procura agora os meios mais claros e eficazes de pô-los em prática. Trata-se de uma mudança histórica, livrando-nos da terrível tirania representada pela confusão entre meios e fins.⁴¹⁴

Para justificar sua heterodoxia, Blair recorre ao argumento, já utilizado anteriormente pelos reformistas, de que de que ela é necessária para se atingir o poder, sem o qual quaisquer princípios ou promessas de uma nova sociedade são palavras vazias. Com efeito, diz, suas propostas, que à primeira vista parecem mais moderadas, seriam na realidade mais radicais, posto que efetivas. Dessa forma, ele declara:

Não ingressei no Partido Trabalhista para participar de um grupo de pressão, nem me tornei líder do Partido para conduzir um movimento de protesto. Desprovido de princípios, o poder é estéril, mas, desprovido de poder, os princípios são fúteis. Este é um Partido que deseja governar, e eu pretendo levá-lo nesta direção.⁴¹⁵

Blair reivindica que o “New Labour” seja um partido de centro - entre a velha esquerda e a nova direita⁴¹⁶. Isso implica, primeiramente, abrir mão de

⁴¹² Mais exatamente, “garantir aos trabalhadores manuais e intelectuais os plenos frutos de sua indústria e a distribuição mais equitativa possível dos mesmos com base na propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca.”

⁴¹³ “O partido declarou claramente que estamos na política visando certos valores, não para implementar um dogma econômico.” – Ibid. p. 34

⁴¹⁴ Ibid. p. 16

⁴¹⁵ Ibid. p. 74

⁴¹⁶ Ibid. p. 57

seu caráter como partido de classe para defender um partido que apele à toda nação e atue em prol do bem comum. Dessa forma, o partido deveria manter-se equidistante de sindicatos e empregadores, dialogando com ambos mas sem se submeter a nenhum deles⁴¹⁷. Essa síntese seria possível, pois, para Blair não há antagonismo imanente entre capital e trabalho. Ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo seria do interesse tanto de trabalhadores como de empresários, de modo que ambos tenderiam a trabalhar em “harmonia na defesa de seus interesses em comum.”⁴¹⁸ Com efeito, a identidade de classe não é uma realidade para a maioria das pessoas e um partido não deve basear-se nela para elaborar sua política. Na declaração a seguir, Blair, indiretamente, relaciona esta conclusão à expectativa frustrada de que os partidos da classe trabalhadora pudessem atingir maioria eleitoral por representarem a maior parcela da sociedade:

Um erro que tem afetado vários partidos de esquerda é tentar dividir a sociedade em diferentes grupos de interesse, atribuindo a cada um deles uma posição política, homogeneizando-os e amalgamando-os, para chegar rapidamente a uma maioria governamental. Ora, a vida não funciona assim, porque a maioria das pessoas não se vê dessa forma. Particularmente com respeito à economia, precisamos de um tema econômico unificador, que, na minha opinião, baseia-se na ideia de ação comunitária destinada a oferecer e valorizar as oportunidades individuais – o que pode ser aplicado a todos os grupos que compõem a sociedade.⁴¹⁹

A cooperação entre trabalho e capital que Blair propõe reflete-se em sua concepção sobre a relação entre público e privado.⁴²⁰ O papel dos investimentos públicos seria garantir a “infraestrutura física” e “treinamento da mão de obra” necessários para criar uma “base competitiva” capaz de “atrair o capital que produzirá salários para os trabalhadores e lucro para os investidores.”⁴²¹ Ou seja, setor público e privado deveriam trabalhar cooperativamente em prol do interesse da nação, a saber, ampliação do capital e consequente aumento no padrão de vida da população. Confiar demais no setor privado seria tão equivocado quanto confiar demais no setor

⁴¹⁷ Ibid. p. 161

⁴¹⁸ Ibid. p. 160

⁴¹⁹ Ibid. p. 58

⁴²⁰ “Um país jovem precisa preparar a nova economia do futuro, baseada na parceria, sem oposição entre empregadores e empregados. Sem o contraste entre o financiamento público e o privado, mas com base na cooperação necessária para reconstruir nossos centros urbanos, o sistema rodoviário, [etc.]” Ibid. p. 87

⁴²¹ Ibid. p. 242

público.⁴²² Assim, o autor tenta colocar-se a um meio termo entre keynesianismo e thatcherismo. Os conservadores teriam se equivocado ao confiar demais na capacidade da iniciativa privada, como se a simples desregulamentação fosse suficiente para a geração de crescimento econômico. Além disso, teriam adotado uma estratégia de atração de capital equivocada ao apostar na redução dos custos do trabalho, já que em hipótese alguma a força de trabalho britânica poderia competir com a força de trabalho asiática, por exemplo. Melhor seria investir em educação para atrair capital interessado em mão de obra qualificada. Entretanto, Blair concorda com a política thatcherista de controle da inflação por meio da disciplina fiscal e da contenção das reivindicações salariais – o autor afirma que na década de 1970 os sindicatos teriam cometido “abusos”, de modo que se compromete a manter ao menos parte da legislação sindical criada pelos conservadores⁴²³. Além disso, coloca-se favorável à privatização de alguns setores inclusive como forma de gerar receitas⁴²⁴. Por fim, Blair admite que, em função do caráter mundializado do capital financeiro e da sua preponderância na Inglaterra, seria impossível submetê-lo a uma maior regulamentação ou retirar unilateralmente o Reino Unido desse mercado, de modo que caberia apenas ajustar-se a ele.⁴²⁵ Em síntese, Blair propõe que:

O papel do governo em uma economia moderna é limitado, mas de crucial importância. Deve propiciar um ambiente de baixa inflação e promover investimentos de longo prazo, fazer com que haja pessoas capacitadas para serem recrutadas pelo comércio; garantir o funcionamento de uma infraestrutura de primeira qualidade; trabalhar sempre em entendimento com a classe empresarial, no sentido de promover o desenvolvimento regional e o crescimento de firmas pequenas; procurar abrir mercados para nossos produtos ao redor do mundo; e criar uma sociedade forte e unida que elimine os entraves à economia representados pelos custos sociais, como o desemprego e os onerosos benefícios a eles ligados. Se o governo alcançar esses objetivos, terá dado uma enorme contribuição ao crescimento da economia.⁴²⁶

Blair é consciente de que esse programa político-econômico pode colocar o Partido Trabalhista em conflito com sua base. Entre as “decisões difíceis de tomar” estariam evitar a inflação mesmo que isso signifique abrir mão da geração de alguns empregos a curto prazo, dizer não a pedidos de

⁴²² Ibid. p. 107

⁴²³ Ibid. pp. 104-107

⁴²⁴ Ibid. p. 44

⁴²⁵ Ibid. p. 107

⁴²⁶ Ibid. p. 134

aumento dos funcionários públicos ou reduzir o empréstimo estudantil.⁴²⁷ Entretanto, como já foi exposto, o “New Labour” não é um partido da classe trabalhadora, de modo que tais decisões poderiam ser tomadas por ele.

Ao fim e ao cabo, nota-se desde já que, em que pesem as diferenças dos meios, o objetivo do governo Blair não é muito diferente do governo Thatcher: promover um ambiente favorável para os negócios.

⁴²⁷ Ibid. p. 84

Capítulo 9 - Anthony Giddens e a “terceira via”

Ao contrário de Tony Blair, Anthony Giddens não foi dirigente do Partido Trabalhista e é questionável o quanto sua teoria de fato influenciou os tomadores de decisão desse partido. Entretanto, as considerações do sociólogo sobre a “renovação da socialdemocracia”⁴²⁸ contribuem para entender as características centrais desse fenômeno. Em outras palavras, ainda que não se possa afirmar o quanto sua teoria contribuiu ativamente para formar o pós reformismo, ela ao menos expressa uma boa síntese desse fenômeno.

A constatação que introduz as duas obras aqui analisadas - *Para Além da Esquerda e da Direita* (1996)⁴²⁹ e *A Terceira Via* (1999)⁴³⁰ – é a de que o socialismo (enquanto sistema econômico e teoria social) chegou ao seu fim.

A primeira razão para este acontecimento seria o fim da classe social como elemento fundamental da política. O “proletário universal” teria perdido a capacidade de carregar sozinho as aspirações históricas da esquerda. Dessa forma, o movimento emancipatório seria conduzido por uma miríade de movimentos sociais “progressistas” (feminismo e ambientalismo, por exemplo) que, por mais radicais que sejam suas reivindicações, não possuem um projeto “totalizante”, isto é, de construção de “uma nova ‘etapa’ do desenvolvimento social que transcende a ordem existente.”⁴³¹ Em outras palavras, o projeto de emancipação de toda a sociedade levada a cabo por uma única classe social (categorias abrangentes, portanto) teria sido substituído pela amálgama de movimentos mobilizados em torno de pautas específicas. Com efeito, a identidade de classe teria deixado de ser a

⁴²⁸ Referência ao título original de *A Terceira Via*, a saber: *The Third Way – The Renewal of Social Democracy* [“A Terceira Via – A Renovação da Socialdemocracia”]

⁴²⁹ “As esperanças dos radicais de uma sociedade na qual, como disse Marx, os seres humanos poderiam ser ‘verdadeiramente livres’ parecem ter se transformado em delírios vazios.” – GIDDENS, Anthony (1996), *Para Além da Esquerda e da Direita – o futuro da política radical*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 9

⁴³⁰ “Cento e cinquenta anos atrás, Marx escreveu que ‘um espectro ronda a Europa’ – o espectro do socialismo ou comunismo. Isso permanece verdade, mas por razões diferentes das que Marx tinha em mente. O socialismo e o comunismo sucumbiram, e no entanto continuam nos assombrando. Não podemos simplesmente pôr de lado os valores e ideias que os moveram, pois alguns permanecem intrínsecos à boa vida cuja criação é a meta do desenvolvimento social e econômico. O desafio é fazer esses valores contarem onde o programa econômico do socialismo caiu em descrédito” – GIDDENS, Anthony (1999) *A Terceira Via*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, pp. 11-12

⁴³¹ GIDDENS, Anthony (1996), *Para Além da Esquerda e da Direita – o futuro da política radical*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 11

motivação principal para a decisão do eleitor. Questões não relacionadas ao programa econômico – como relacionada a costumes, por exemplo – estariam ganhando maior relevo. Assim, a linha bem demarcada entre esquerda e direita teria dado lugar a um quadro de referência política mais complexo que abrange “libertário/autoritário”, “moderno/tradicionista”, etc. Portanto, os partidos socialdemocratas não contariam mais com um “bloco de classe” coerente no qual pudessem confiar, sendo obrigados a construir novas identidades sociais e culturais – por conseguinte, um novo programa político - adequadas a um ambiente mais diverso.

Para Giddens, o declínio das grandes identidades (como a de classe) e tradições, isto é, das categorias amplas e homogeneizantes, traria a possibilidade dos indivíduos elaborarem suas próprias reflexões sobre a sociedade e serem mais autônomos e responsáveis sobre suas próprias ações. Isto significa que os indivíduos deste momento histórico possuem costumes e crenças muito mais voláteis e lidam o tempo todo com profundas incertezas. Em uma sociedade desse tipo, é muito difícil que os seus sistemas, como a economia, estejam subordinados a uma “inteligência diretiva” como o Estado – e esta seria a razão da ruína do socialismo. Em outras palavras, a alta complexidade gerada pelo maior potencial de reflexividade dos indivíduos teria tornado insustentável modelos de sociedade tão rígidos, centralizadores e generalizantes como o comunismo soviético e o Estado de Bem Estar. Da mesma forma, o marxismo e o reformismo se tornariam teorias inadequadas para interpretar esse tipo de sociedade. Pois, num mundo marcado por tantas incertezas, não faria sentido este tipo de pensamento – sempre na leitura de Giddens – evolutivo e teleológico. Ainda que o individualismo acentuado também pudesse arruinar da mesma forma o conservadorismo, a direita apoiou-se no neoliberalismo para poder adaptar-se a ele. Para sobreviver, a esquerda teria de fazer o mesmo.⁴³²

Além deste aspecto cultural, a centralização da economia por meio do Estado teria se tornado impossível em função de sua dispersão pelo mundo e de seu crescente dinamismo – numa palavra, em função da globalização. O mercado financeiro (desregulamentado e instantâneo) teria criado uma

⁴³² Ibid. pp. 13-18

“economia plenamente global” que diminuiu o poder relativo do Estado-Nação e, dessa forma, arruinou o keynesianismo e o comunismo.⁴³³ Assim, ao compreender o comunismo e o keynesianismo como formas de racionalização centralizada da economia, Giddens conclui que esses projetos político-econômicos teriam se tornado impossíveis no cenário dinâmico, caótico e mundializado do capitalismo contemporâneo:

(...) Embora não somente pelas razões apresentadas por Hayek e outros, a ideia de que as ‘irrationalidades’ do empreendimento capitalista possam ser superadas pela socialização da produção não pode mais ser defendida. (...) Uma economia moderna pode tolerar uma boa dose de planejamento central, e até mesmo prosperar com isso, mas apenas se existirem determinadas condições: que essa economia seja primordialmente nacional; que a vida social seja segmentada e não penetrada extensivamente por influências globalizadoras; e que o grau de reflexividade institucional não seja alto. À medida que essas circunstâncias se alteram o keynesianismo recua e as economias de tipo soviético entram em estagnação.⁴³⁴

A perda da centralidade do Estado-Nação também traz como consequência o surgimento de formas de ação política e exercício do poder que extrapolam o seu âmbito. Assim, a ação política não estaria presente mais apenas nos partidos políticos mas também em movimentos sociais e Organizações Não Governamentais.⁴³⁵ Além disso, os serviços de Bem Estar não seriam mais garantidos exclusivamente pelo Estado, mas por uma parceria entre o setor público e o privado. O *welfare*, antes garantido exclusivamente pelo Estado, deveria ser adequado a essa nova realidade diversa em que aumentaram as responsabilidades individuais:

Em suma, que aparência teria um *welfare state* – o Estado do investimento social na sociedade de *welfare* positivo – radicalmente reformado? Dispendio com *welfare*, compreendido como *welfare* positivo, será gerado e distribuído não através de todo o Estado, mas pelo Estado que trabalha em combinação com outras instituições, inclusive as empresas. A sociedade de *welfare* aqui não é apenas a nação, mas se estende acima e abaixo dela. (...) Na sociedade do *welfare* positivo, o contrato entre o indivíduo e o governo se transforma, uma vez que a autonomia e o desenvolvimento da pessoa – o meio de expandir a responsabilidade individual – torna-se o foco primordial. *Welfare* nesse sentido básico diz respeito tanto aos pobres quanto aos ricos.⁴³⁶

De acordo com Giddens, a falência do socialismo e do keynesianismo não aboliu as diferenças entre esquerda e direita. As políticas de promoção

⁴³³ GIDDENS, Anthony (1999) *A Terceira Via*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, pp. 38-41

⁴³⁴ GIDDENS, Anthony (1996), *Para Além da Esquerda e da Direita – o futuro da política radical*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 81

⁴³⁵ GIDDENS, Anthony (1999) *A Terceira Via*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, pp. 56-63

⁴³⁶ Ibid. pp. 138-139

de igualdade, por exemplo, ainda seriam caracteristicamente de esquerda e a diferenciariam da direita. Entretanto - numa conclusão semelhante à de Perry Anderson em “Balanço do Neoliberalismo” mas que o autor aqui credits a Norberto Bobbio -, após um período de hegemonia da esquerda que consolidou keynesianismo, teria se iniciado o período de hegemonia da direita, que consolidaria o neoliberalismo. Neste período, os partidos de esquerda tenderiam a incorporar algumas das premissas da direita, relançando-as como se fossem originalmente suas, para não perderem por completo o seu espaço⁴³⁷. Além disso, Giddens reivindica que certas políticas deveriam ser defendidas consensualmente por esquerda e direita, como a política ambiental, por exemplo. Nesse sentido, haveria a necessidade de construir um “centro radical”, isto é, favorecer a criação de um consenso em torno dessas políticas⁴³⁸.

Portanto, para Giddens, o capitalismo definitivamente venceu e a construção de uma alternativa é uma questão que foi superada. Esta era uma das principais linhas divisórias entre esquerda e direita. O seu desaparecimento não significa a abolição completa da distinção entre estes polos, mas agora as divergências seriam menos fundamentais do que no passado, dizendo respeito, por exemplo, sobre como o capitalismo deve ser governado ou regulado – e não superado.⁴³⁹

⁴³⁷ Ibid. pp. 48-52

⁴³⁸ Ibid. pp. 53-56

⁴³⁹ “Com a morte do socialismo como uma teoria de administração econômica, uma das principais linhas divisórias entre esquerda e direita desapareceu, pelo menos para o futuro previsível. A esquerda marxista desejou derrubar o capitalismo e substituí-lo por um sistema diferente. Muitos socialdemocratas também acreditaram que o capitalismo podia e devia ser progressivamente modificado, de modo a perder a maior parte de suas características definidoras. Ninguém mais tem qualquer alternativa para o capitalismo – as discussões que restam dizem respeito a até que ponto, e de que maneiras, o capitalismo deveria ser governado e regulado. Essas discussões são certamente significativas, mas não se igualam às discordâncias mais fundamentais do passado. – Ibid. p. 53

Conclusão – o declínio do reformismo:

Na primeira parte desta dissertação, afirmou-se que os sindicatos e os partidos socialdemocratas foram as organizações por meio das quais o reformismo se construiu. Como visto na segunda parte, as bases sobre as quais se construíram essas duas instituições (as relações de trabalho e o Estado democrático) desmoronaram com o surgimento do neoliberalismo. Este é o primeiro motivo de afirmarmos que o reformismo chegou ao seu fim no neoliberalismo.

Pois as finanças mundializadas retiraram a capacidade do Estado reformar, planejar ou mesmo regular a economia, e o controle quase absoluto da burguesia sobre as políticas de Estado anularam a possibilidade de se adotar um programa diferente daquele exigido pela sua fração dominante, o capital financeiro. Uma vez que não há mais espaço para a apresentação, eleição e execução de programas diversos, pode-se afirmar que a democracia está, no mínimo, fragilizada (se não estiver totalmente liquidada). Sem um Estado democrático capaz de levar adiante reformas que mudem substancialmente a configuração do capitalismo (isto é, que seja superior ao capital e não sujeito a ele), não há reformismo possível.

Já do ponto de vista dos sindicatos, os contratos flexíveis, o desemprego em massa, a internacionalização da produção, a desindustrialização dos bolsões tradicionais do operariado, o aumento da desigualdade entre trabalhadores e a relativa autonomia dos lucros financeiros em relação à produção tornaram mais difícil organizar a classe trabalhadora e diminuir seu poder de barganha. Isto sem falar na repressão pura e simples como a levada a cabo por Thatcher, Reagan e Pinochet. Dessa forma, os sindicatos perderam o peso que tinham nos partidos socialdemocratas (e na classe trabalhadora em geral) e, por conseguinte, a capacidade de pressionar por reformas.

O avanço da burguesia sobre a classe trabalhadora refletiu-se também no plano ideológico, ou seja, no enfraquecimento da consciência de classe e crescimento do individualismo. A fragmentação da classe trabalhadora e a diminuição do operariado nas regiões tradicionalmente industrializadas retiraram da classe operária o papel de centro magnético dos partidos de

esquerda.⁴⁴⁰ Com efeito, a política centrada em classe deu lugar a uma série difusa de “políticas de identidade” (mulheres, imigrantes, negros, etc.).⁴⁴¹ Além disso, de acordo com Stuart Hall (1988), o acesso da classe trabalhadora dos países centrais à sociedade de consumo permitida pelos avanços do keynesianismo-fordismo levou à legitimação do mercado como instância emancipadora. Dessa forma, os trabalhadores não encontrariam mais nos projetos coletivos de transformação de toda sociedade o meio para libertação, mas no consumo individual. Assim, ainda que a sociedade estruturada materialmente em classes não tenha deixado de existir, a classe trabalhadora teria aproximado seu padrão cultural ao da burguesia.⁴⁴²

Eric Hobsbawm (1989) vai além e afirma que a perda da consciência de classe é mais grave e antecede historicamente as mudanças objetivas pelas quais passou a classe trabalhadora: “É a consciência de classe, condição na qual nossos partidos foram construídos originalmente, que está enfrentando a crise mais séria.”⁴⁴³ Em outras palavras, a grande ameaça aos partidos de esquerda seria o fim da classe trabalhadora “para si” e não “em si”, ou ainda, o individualismo e não a desindustrialização. A prova disso seria o fato de que os partidos de esquerda já teriam sofrido uma grave perda de engajamento no início dos anos 1970, isto é, antes que a desindustrialização de fato ocorresse com força.⁴⁴⁴ A razão para o declínio da consciência de classe seria, em primeiro lugar, o esvaziamento dos objetivos dos dois grandes polos da esquerda: a socialdemocracia e o comunismo soviético. Este último foi reduzido a um capitalismo de Estado. Já o primeiro, após a II Guerra Mundial, aboliu a perspectiva de superação do capitalismo e contentou-se em promover o bem estar no interior da sociedade capitalista, objetivo que foi em grande parte atingido ao longo dos “30 gloriosos”.⁴⁴⁵ O

⁴⁴⁰ ANDERSON, Perry (org.) (1996), *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, pp. 19-20

⁴⁴¹ EAGLETON, Terry (1998), *As ilusões do pós-modernismo*, Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 7

⁴⁴² HALL, Stuart (1988), “The Culture Gap” em: *Thatcherism and the Crisis of the Left: The Hard Road to Renewal*, Londres: Verso Books, Cap. 13, pp. 211-219

⁴⁴³ “It is class consciousness, the condition on which our parties were originally built, that is facing the most serious crisis.” – HOBBSAWM, Eric (1989) “Farewell to the Classic Labour Movement”, *New Left Review*, No. 173, p. 73

⁴⁴⁴ HOBBSAWM, Eric (2002), “O que restou da esquerda” em: *O Novo Século*, São Paulo: Companhia das Letras, Cap. 4, p. 109

⁴⁴⁵ Ibid. pp. 106-110

apagamento desses objetivos de longo prazo provocou a substituição dos valores de esquerda, em especial o da fraternidade, pelos interesses egoístas e privados. Consoante ao argumento de Hall, Hobsbawm (2002) afirma que o acesso dos trabalhadores aos consumo e a superação da condição de pobreza teriam favorecido o deslocamento dos objetivos coletivos – até então uma necessidade posto que único meio para superação desta condição – para os objetivos individualistas. Além disso, as privatizações reforçaram esse fenômeno.⁴⁴⁶ Da mesma forma, os meios de comunicação de massa suplantaram o debate político coletivo e contribuíram para promover um desinteresse da sociedade em geral por política.⁴⁴⁷ Com efeito, estaria ocorrendo a erosão da cidadania e sua substituição pela “democracia dos consumidores”.⁴⁴⁸

Esses três elementos do neoliberalismo (declínio da democracia, dos sindicatos e da consciência de classe) podem ser lidos como condições objetivas que conduziram à crise do reformismo. Porém, a própria “revisão do revisionismo” – isto é, a transformação programática do reformismo em pós reformismo – pode ser lida como um passo essencial para a consolidação do consenso neoliberal. Nesse sentido, Genro e Robaina (2006) argumentam que a adoção de políticas contrárias aos interesses da classe trabalhadora pelos governos trabalhistas seriam a razão fundamental da perda de consciência de classe. Ou seja, seria o recuo do partido que teria provocado o atraso da consciência, e não o contrário.⁴⁴⁹ Este argumento encontra respaldo na teoria de Georg Lukács, para quem o partido cumpre um papel importante na conscientização da classe trabalhadora sobre seus próprios interesses.⁴⁵⁰

Portanto, pode-se afirmar que o pós reformismo foi tanto causa quanto consequência do neoliberalismo. Em outras palavras, se, por um lado, o pós reformismo surgiu como consequência da derrota da classe trabalhadora e das condições adversas para o reformismo, por outro, ele próprio contribuiu

⁴⁴⁶ Ibid. pp. 111-113

⁴⁴⁷ Ibid. pp. 121-123

⁴⁴⁸ Ibid. pp. 118-121

⁴⁴⁹ GENRO, L. & ROBAINA, R. (2006) “Lições do Trabalhismo Inglês”, em: *A Falência do PT e a Atualidade da Luta Socialista*, Porto Alegre: L&PM Editores, Cap. 2, pp. 55-59

⁴⁵⁰ LUKÁCS, Georg (2016) [1920] “Consciência de Classe” em: *História e Consciência de Classe – estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo: Martins Fontes, pp. 133-191

para o apagamento das alternativas à economia de mercado e para a derrota do projeto de sociedade da classe trabalhadora. Esta conclusão leva à pergunta: havia outra alternativa? Em outras palavras, o pós reformismo foi uma opção das direções socialdemocratas ou foi uma imposição da realidade? Essa pergunta remete a uma questão teórica que perpassa qualquer estudo sociológico: como se relacionam indivíduo e sociedade? Apontar as estruturas em que os atores tomaram suas decisões os isenta de sua responsabilidade sobre elas? Evidentemente, foge ao escopo desta pesquisa responder definitivamente a essas questões. Cabe apenas analisar as circunstâncias nas quais o reformismo e o pós reformismo foram construídos. E o que se pode afirmar é que não só o pós reformismo foi consequência (e causa) do neoliberalismo como foi consequência de certos pressupostos do reformismo quando confrontados com o neoliberalismo. Em outras palavras, que não havia alternativa dentro dos limites do reformismo. Vejamos o porquê.

Na primeira parte desta dissertação, vimos que o reformismo não concebia as crises do capitalismo, e, quando elas ocorreram, em função de seus compromissos com política burguesa e com a filosofia burguesa da história, ele aderiu ao programa burguês ou foi eliminado. Portanto, assim como a Crise de 1929 e a Grande Guerra transformaram o reformismo em keynesianismo de esquerda, a crise de sobreacumulação dos anos 1970 o transformou em pós reformismo. Cabe lembrar que as primeiras contingências que levaram o Partido Trabalhista a rever seu programa foram a crise fiscal enfrentada no governo Callaghan e o fracasso nas eleições. Ou seja, a dependência do partido em relação ao Estado o forçou a, num momento de crise, aproximar seu programa ao programa da burguesia. A “alternativa” seria propor um programa radical, de ruptura, que provavelmente sacrificaria sua posição no interior do Estado burguês e significaria um retorno à posição revolucionária. Portanto, não havia realmente alternativa nos marcos da estratégia reformista. Pois o reformismo não é uma estratégia política adequada para momentos de crise.

Mas, para que se possa afirmar que o pós reformismo significou, na verdade, a liquidação do reformismo, cabe fazer algumas comparações entre os dois. Os reformistas faziam o diagnóstico de que o capitalismo estaria se

tornando progressivamente um sistema mais racionalizado e controlável pelo Estado. A partir desse diagnóstico chegava-se à conclusão de que o capitalismo estaria sujeito a reformas progressivas que levariam à socialização dos meios de produção. O pós reformismo, ao contrário, considera o capitalismo muito poderoso e dinâmico para que possa ser controlado e conclui que as políticas reguladoras adotadas pelos governos socialdemocratas foram um equívoco. Não há em Blair o mesmo otimismo em relação ao capitalismo que havia em Bernstein. Nesse sentido, poderia se afirmar que o diagnóstico sobre o capitalismo dos pós reformistas até se aproxima mais daquele efetuado por Marx. No entanto, a conclusão tomada pelos pós reformistas é inversa àquela tomada por Marx: caberia abdicar da socialização dos meios de produção.⁴⁵¹

Da diferença em relação ao diagnóstico do capitalismo se depreende a diferença em relação à concepção de história do reformismo e do pós reformismo. Os reformistas possuíam uma visão de história linear, concebendo o futuro como desenvolvimento contínuo, progressivo e ininterrupto das tendências do presente. Não só era possível esperar algo do futuro, o socialismo, como era possível saber, por condições bem determinadas, como ele seria. O pós reformismo, porém, não espera nada do futuro. Dessa forma, este seria apenas o prolongamento do presente. Retirando o socialismo dos seus planos, é como se a história tivesse chegado ao seu fim. O capitalismo finalmente venceu e não há o que se possa fazer em relação a isso.

Para os pós reformistas, o que restou fazer então? Em primeiro lugar, preservar ao máximo possível as antigas conquistas da erosão provocada pelo neoliberalismo.⁴⁵² Ou ainda, nas palavras de Eric Shaw:

Tendo abandonado o pleno emprego, uma política fiscal redistributiva e, portanto, a busca da igualdade, as aspirações revisionistas foram contraídas em objetivos mais modestos, como diminuir o sofrimento social, estender a oportunidade individual e promover melhorias nos serviços públicos.⁴⁵³

⁴⁵¹ HARMAN, Chris (1995), "From Bernstein to Blair: One Hundred Years of Revisionism", International Socialist Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/harman/1995/xx/revision.htm> [Último acesso: 06/10/2019, às 18:32]

⁴⁵² HOBBSBAWM, Eric (2002), "O que restou da esquerda" em: *O Novo Século*, São Paulo: Companhia das Letras, Cap. 4, p. 117

⁴⁵³ "Having abandoned full employment, a redistributive fiscal policy and, hence, the pursuit of equality, revisionist aspirations had contracted to post-revisionism's more modest aims of

Mas como realizar até mesmo esses objetivos mais modestos considerando que, na concepção do próprio pós reformismo, ele perdeu suas principais ferramentas de atuação no Estado? Em outras palavras, o pós reformismo estabelece objetivos que ele próprio testemunha a impossibilidade de realizar. Por essa razão, Chris Harman o nomeia como “reformismo do desespero”, para o qual “a reforma provavelmente não funcionará, mas que deve ser tentada como a única alternativa ao colapso.”

454

Já para Flavio Romano, o pós reformismo estipulou dois objetivos contraditórios entre si: investimento público na inovação (basicamente, educação e infraestrutura) e disciplina fiscal com redução dos impostos. Entretanto, a redução dos impostos e a disciplina fiscal implicam aritmeticamente na redução dos investimentos. Quando essa contradição foi precipitada, os pós reformistas sempre penderam para a disciplina fiscal. Além disso, os valores neoliberais de crescimento econômico e competitividade sempre predominaram, nos partidos pós reformistas, sobre os valores socialdemocratas de investimento público e igualdade. Portanto, o pós reformismo seria meramente a combinação de uma retórica socialdemocrata a uma política neoliberal. Em outras palavras, não há “terceira via” alguma, mas apenas uma via de direita, neoliberal. Dessa forma, a “terceira via” representou, na verdade, a vitória do capitalismo sobre o socialismo.⁴⁵⁵

Em conclusão, o reformismo perdeu sua substância no neoliberalismo. Os partidos pós reformistas tornaram-se indistintos dos partidos burgueses sob os três critérios marxistas a partir dos quais seria possível distinguir dois partidos em termo de classes: diagnóstico do capitalismo, concepção de história e representação dos interesses de classe.

abating social distress, extending individual opportunity and incremental improvements to the public services.” - SHAW, Eric (1994) *The Labour Party Since 1979 – crisis and transformation*, Londres: Routledge, p. 107

⁴⁵⁴ “The new revisionist argument is (...) that reform probably won’t work but that it has to be tried as the only alternative to breakdown.” - HARMAN, Chris (1995), “From Bernstein to Blair: One Hundred Years of Revisionism”, International Socialist Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/harman/1995/xx/revision.htm> [Último acesso: 06/10/2019, às 18:32]

⁴⁵⁵ ROMANO, Flavio (2006) “A Third Way Or No Way At All?” em: *Clinton and Blair: the political economy of the third way*, Abdingdon: Routledge, cap. 6, pp. 112-124

Bibliografia:

“Full report of the proceedings of the international Worker's Congress in London”, 1896, disponível em: https://ia601406.us.archive.org/30/items/Proceedings_Of_The_International_Workers_Congress_London_July_and_August_1896/international_workers_congress_1896.pdf último acesso: 03/07/2017, 20:35

“Manifesto of the International Socialist Congress at Basel”, 1912, disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/1912/basel-manifesto.htm> Último acesso: 03/11/2019, às 17:51

REDE de Intrigas [NETWORK]. (1976) Direção de Sidney Lumet. Los Angeles: Metro-Goldwyn-Mayer (122 min.)

“Reversão da privatização da Previdência: questões chaves”, 2018, OIT: Escritório Internacional do Trabalho, disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2019/03/estudo_OIT.pdf [Último acesso: 06/10/2019, às 20:24]

“Viewpoints: How did Margareth Thatcher change Britain?” 2013, *BBC News*, Politics, 10/04/2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-22076774> [Último acesso: 06/10/2019, às 20:35]

ALTVATER, Elmar (1987), *O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929*, em: HOBBSBAWM, E. J. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 8, pp. 11-77

ANDERSON, Perry (1995) “Balanço do Neoliberalismo”, em: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

_____. (org.) (1996), *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto

ANDRADE, Joana El-Jaick. (2006) *O revisionismo de Eduard Bernstein e a negação da dialética*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP

ANDREUCCI, Franco (1982) “A Difusão e a Vulgarização do Marxismo” em: HOBBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II

ARCARY, Valerio (2000) *As esquinas perigosas da História: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP

ARRIGHI, Giovanni. (1998) “Século Marxista, século americano”. Em: _____. *A ilusão do desenvolvimento*, pp. 295-371. Petrópolis: Editora Vozes.

BANNISTER, Roger (2019) “The 1979 Winter of Discontent”. Socialist Party, Socialist Newspaper. Disponível em: <https://www.socialistparty.org.uk/articles/28522/16-01-2019/the-1979-winter-of-discontent> [último acesso: 19/09/2019, às 15:52]

BENJAMIN, Walter. (2012) “Sobre o conceito de história”. Em: BARRENTO, João (org.) *O Anjo da História* São Paulo: Autêntica

BENSAÏD, Daniel (2013) *Marx, Manual de Instruções*, São Paulo: Boitempo

BERNSTEIN, Eduard. (1982) *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno

_____. (1982) *Problemas do socialismo*. In: *Las premissas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno

BERTELLI, Antonio. (2003) *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO

BÖHM-BAWERK, Eugen. (1986) *Teoria Positiva do Capital*, São Paulo: Abril Cultural

BOTTOMORE, Tom. (1985) “Introdução a *O Capital Financeiro*”. Em: HILFERDING, Rudolf, *O capital financeiro*, São Paulo: Abril Cultural

_____. (1978) “What is Austro-Marxism?” em: BOTTOMORE T. & P. GOODE (org.) *Austro-marxism*, Oxford: Clarendon Press, pp. 1-44

CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã
_____. (1998) “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica” em: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã

BLAIR, Tony (1998) *Minha Visão da Inglaterra*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela

BURAWOY, Michael. “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, 1990, vol. 5, nº 13

- CARVALHO, Fernando Cardim de (2008) “Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana”. *Revista Análise Econômica*. Porto Alegre: ano 26, n. 50
- COGGIOLA, Osvaldo (2008) “150 anos do Manifesto Comunista” em: MARX & ENGELS [1848] *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo
- COLLETTI, Lucio. (1978) *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno
- DARITY JR., W. A. & HORN, B. L. (1985) “Rudolf Hilferding: The Dominion of Capitalism and the Dominion of Gold”, American Economic Association, The American Economic Review, Vol. 75, No. 2, pp. 363-368
- DROZ, Jaques (1972), *História Geral do Socialismo*, Lisboa: Livros Horizonte
- EAGLETON, Terry (1998), *As ilusões do pós-modernismo*, Rio de Janeiro: Editora Zahar
- ELEY, Geoff (2005), *Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo
- ENGELS, Friedrich. (1971) “Crítica do Programa de Erfurt”, em: MARX, Karl *Crítica do Programa de Gotha*. Porto: Portucalense Editora, pp. 41-53
- _____. (1982) “Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895”, em: MARX, Karl *As lutas de classes em França*. Lisboa: Edições Avante!
- ENGELS, F. & MARX, K. (1998) *O Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo
- _____. (2007) *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Boitempo
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (1991) “As três economias políticas do welfare state” *Lua Nova*. São Paulo, n. 24
- FETSCHER, Iring (1982) “Bernstein e o desafio à ortodoxia” Em: *História do marxismo*, vol. 2, São Paulo: Paz e Terra
- FIORI, J.L. (2007) “Império e pauperização”. em: *O poder global*. São Paulo: Boitempo
- GAY, Peter. (1970) *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press

GENRO, L. & ROBAINA, R. (2006) “Lições do Trabalhismo Inglês”, em: *A Falência do PT e a Atualidade da Luta Socialista*, Porto Alegre: L&PM Editores, Cap. 2

GERMAN, Lindsey (2000) “How Labour Lost Its Roots”, *International Socialism*, No. 87

GIDDENS, Anthony (1996), *Para Além da Esquerda e da Direita – o futuro da política radical*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista

_____. (1999) *A Terceira Via*. Brasília: Instituto Teutônio Vilela

GUSTAFSSON, Bo. (1975) *Marxismo y revisionismo. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona, Grijalbo

HALL, Stuart (1988), “The Culture Gap” em: *Thatcherism and the Crisis of the Left: The Hard Road to Renewal*, Londres: Verso Books, Cap. 13, pp. 211-219

HARMAN, Chris (1995), “From Bernstein to Blair: One Hundred Years of Revisionism”, *International Socialist Archive*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/harman/1995/xx/revision.htm> [Último acesso: 06/10/2019, às 18:32]

HAROLD, James. (1981) “Rudolf Hilferding and the application of the political economy of the second international”, *Cambridge University Press, The Historical Journal*, Vol. 24, No. 4

HARVEY, David (2005) “A acumulação via espoliação” em: *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola

_____. (2008) *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola

_____. (2009), “Do Fordismo à Acumulação Flexível” em: *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola

HAUPT, Georges (1979) “Marx e o Marxismo” em: HOBSEBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1

HILFERDING, Rudolf (1933) “Between Decisions”, disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hilferding/1933/decisions.htm> > último acesso em: 31/05/2018 às 19:53

_____. (1985) *O capital financeiro*, São Paulo: Abril Cultural

HOBSEBAWM, Eric (1980) “Marx, Engels e o Socialismo Pré-Marxiano” em: _____. *História do marxismo*, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra

_____. (1980) “Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo” em: _____. *História do marxismo*, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra

HOBBSBAWM, Eric. (1982) “A cultura européia e o marxismo entre o século XIX e o século XX”. In: *História do marxismo*, vol. 2, São Paulo: Paz e Terra

_____. (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras

_____. (2002), “O que restou da esquerda” em: *O Novo Século*, São Paulo: Companhia das Letras, Cap. 4

_____. (2003) *Revolucionários – ensaios contemporâneos*, São Paulo: Paz e Terra

JONES, G. Stedman (1979) “Retrato de Engels” em: HOBBSBAWM, Eric, *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1

KAUTSKY, Karl (1968) “O que é uma revolução social?” em: MILLS, C. Wright (org.) *Os Marxistas*, Rio de Janeiro: Zahar

_____. (1979), “A ditadura do proletariado”, em: CARNEIRO PESSOA, Reynaldo & NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) *História e Política 2*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas

_____. (1979), *O caminho do poder*, São Paulo: Editora Hucitec.

KLEIN, Claude (1995) *Weimar*, Coleção Khronos, No. 18, São Paulo: Perspectiva

LAPYDA, Ilan (2011) *A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP

LÊNIN, Vladimir (1914) “The European War and International Socialism”, Moscou: *Pravda*, No. 174, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/aug/x02.htm> Último acesso: 03/11/2019, às 19:07

LOUREIRO, Isabel (2005) *A Revolução Alemã [1918-1919]*, São Paulo: UNESP

LIEBKNECHT, Karl (1914) “Protest Against the War Credits”. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/liebknecht-k/works/1914/12/17.htm>, último acesso: 03/11/2019, às 21:01

LUKÁCS, Georg. (2016) *História e Consciência de Classe*, São Paulo: Martins Fontes

LUXEMBURGO, Rosa (1999), *Reforma ou Revolução?*, São Paulo: Editora Expressão Popular

MARRAMAO, Giacomo. (1990) *O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*, Belo Horizonte: Oficina de Livros

MARX, Karl (2010) [1843] *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo

_____. (2011) *O 18 brumário*. São Paulo: Boitempo

_____. (2012) *Crítica do programa de Gotha*, São Paulo: Boitempo Editorial

_____. (2013-2017) *O capital: crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo

MACLELLAN, David (1980), “A concepção materialista da história” em: HOBBSAWM, Eric (org.), *História do Marxismo*, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra

MELLO, G. M. C. (2012) *Teorias Marxistas Sobre o Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP

MICHELS, Robert. (1982) *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília

MUSSE, Ricardo. (1998) *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: USP/FFLCH [Tese]

_____. (2014) “Weber e o estatuto do reformismo marxista”, Blog da Boitempo, disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/09/12/weber-e-o-estatuto-do-reformismo-marxista/>> último acesso: 03/07/2017, 20:50

NÓBREGA, Mailson da (1997) “A reforma da Previdência (na Grã Bretanha)”, *Folha de São Paulo*, 07/03/1997

PAULANI, Leda (1991) *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Tese de Doutorado. FEA-USP

PRZEWORSKI, Adam. (1991) *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras

- ROMANO, Flavio (2006) "A Third Way Or No Way At All?" em: *Clinton and Blair: the political economy of the third way*, Abdingdon: Routledge, cap. 6, pp. 112-124
- SALVADORI, Massimo (1982) "Kautsky entre ortodoxia e revisionismo" em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II
- SCHORSKE, Carl E. (1972) *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks
- SHAW, Eric (1994) *The Labour Party Since 1979 – crisis and transformation*, Londres: Routledge
- SMALDONE, William., (1988) "Rudolf Hilferding and the Theoretical Foundations of German Social Democracy, 1902-33", *Central European History*, Vol. 21, No. 3, pp. 267-299
- STEINBERG, Hans-Josef (1979) "O Partido e a Formação da Ortodoxia Marxista" em: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1
- TAVARES, M. C. (1985) "A retomada da hegemonia norte-americana", *Revista de Economia e Política*, vol. 5, No 2
- _____. (1997) "Hegemonia Norte-Americana: a estratégia global", *Folha de São Paulo*, 14/09/1997
- THORPE, Andrew (1997) *A History of British Labour Party*. Basingstoke: Palgrave Macmillan
- WALDENBERG, Marek (1982) "A estratégia política da socialdemocracia alemã" em: HOBSBAWM, Eric *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. II
- WEBER, Max. (1974) "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária". In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural